



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (IESA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

JULIANO ALFREDO CRISÓSTOMO MACHADO

**A expansão da fronteira agrícola para o município de
Correntina (BA): as (Re)Existências nas comunidades de
Fecho de Pasto**



GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Juliano Alfredo Crisóstomo Machado

3. Título do trabalho

A expansão da fronteira agrícola para o município de Correntina (BA): as (Re)Existências nas comunidades de Fecho de Pasto

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO ALFREDO CRISOSTOMO MACHADO, Discente**, em 24/03/2022, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 25/03/2022, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

https://sei.ufg.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=239331&id_documento=3014759&id_orgao_acesso_externo=0&infra... 1/2



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,

informando o código verificador **2784360** e o código CRC **3C482CB2**.

JULIANO ALFREDO CRISÓSTOMO MACHADO

A expansão da fronteira agrícola para o município de Correntina (BA): as (Re)Existências nas comunidades de Fecho de Pasto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza e produção do espaço.

Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial.

Orientador: Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira

GOIÂNIA
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

MACHADO, Juliano Alfredo Crisóstomo

A expansão da fronteira agrícola para o município de Correntina (BA): [manuscrito] : as (Re)Existências nas comunidades de Fecho de Pasto / Juliano Alfredo Crisóstomo MACHADO. - 2022.
CXVI, 126 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Rodrigues de OLIVEIRA.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2022.

Bibliografia.

Inclui abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Conflitos No Campo. 2. Oeste Baiano. 3. Grilagem. 4. Comunidades Tradicionais. 5. Geraizeiros. I. OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de , orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **09** da sessão de Defesa de Dissertação de **Juliano Alfredo Crisóstomo Machado**, que confere o título de Mestre em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos **vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **9 horas**, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“A expansão da fronteira agrícola para o município de Correntina (BA): a (re)existência das comunidades de Fecho de Pasto”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Adriano Rodrigues de Oliveira (IESA/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Lara Cristine Gomes Ferreira (IESA/UFG)**, membro titular externo; Professor Doutor **Marcelo Rodrigues Mendonça (IESA/UFG)**, membro suplente interno. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Adriano Rodrigues de Oliveira**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora aos **vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

“A expansão da fronteira agrícola para o município de Correntina (BA): as (Re)Existências nas comunidades de Fecho de Pasto”



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2022, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2022, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

https://sei.ufg.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=239331&id_documento=2920431&id_orgao_acesso_externo=0&infra... 1/2

24/03/22, 17:54

SEI/UFG - 2697416 - Ata de Defesa de Dissertação



Documento assinado eletronicamente por **Lara Cristine Gomes Ferreira, Geógrafo**, em 24/02/2022, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2697416** e o código CRC **1DC3BEF2**.

Referência: Processo nº 23070.002886/2022-11

SEI nº 2697416

A todos que sobrevivem a política de extermínio do Brasil e à todas as vítimas, fatais ou não, da pandemia de COVID-19.

AGRADECIMENTOS

Apenas o meu nome na capa não representa todos os responsáveis por este trabalho, visto que, várias pessoas estiveram ao meu lado e isso foi fundamental para a finalização desse processo. Os professores e professoras, amigos e familiares e todos os funcionários da Universidade Federal de Goiás, bem como os defensores da Universidade pública, gratuita e de qualidade também devem ser creditados por esta pesquisa.

Durante o percurso do mestrado, foram inúmeros os desafios que enfrentei, e conciliar os problemas que apareceram, junto à conjuntura política e sanitária no Brasil me fizeram acreditar que não conseguiria chegar nesse momento de agradecimentos. Eu tive medo, insegurança e cansaço, mas pude contar com pessoas incríveis que me ajudaram a superar tudo isso, para as quais eu deixo meus mais sinceros agradecimentos:

Ao meu orientador Adriano Rodrigues de Oliveira, por me ouvir e me acolher. O senhor se tornou um exemplo para mim e sou profundamente grato por cada conselho, escuta, bronca e orientação.

Aos meus amigos, especialmente os diretamente envolvidos no trabalho: Ao meu amigo MESTRE Gabriel Costa, um anjo na minha vida, que contribuiu na revisão do texto e foi o meu pé no chão nos momentos de desespero, sem a sua objetividade esse trabalho não estaria completo.

À André Luiz Chaves Vieira, meu companheiro de casa, de luta, de pesquisa, de trabalhos de campo e de vida, a sua subjetividade foi determinante para a pesquisa. Rômulo, pela parceria na caminhada e pelo apoio e contribuições, muito obrigado!

Às mulheres de minha família, que são meus exemplos de força, coragem, respeito e resistência. Vovó Elizabete, Mainha (Zídia Crisóstomo), Tia Ada e Tia Jô, muito obrigado por tudo e por tanto. Eu amo as senhoras.

Ao Márcio Vinicius, que me apoiou em todos os momentos desse processo, que esteve comigo, me deu a mão e que entendeu quando precisamos ficar longe. Eu te amo.

À Juliana Faria Meneguelli, por ser quem ela é. Obrigado por cuidar de mim, obrigado pelas conversas, pelo apoio e carinho. Eu sinto seu amor daqui de longe e saiba que te amo muito.

Aos meus amigos: Ana Paula, Thaís, Annaclara, Daniella, Dayana, Rafael Corvalan e Karl Marx, ter vocês ao meu lado deixam meus dias mais felizes, obrigado a cada um de vocês pela amizade.

A todos correntinenses, em especial ao fecheiros e fecheiras, a luta de vocês me inspira.

Aos que compuseram minha banca de qualificação, Manoel Calaça e Lara Cristine Gomes Ferreira, pelas contribuições e sugestões preciosas que muito valeram para pesquisa. Obrigado!

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.”

Guimarães Rosa
(em Grande Sertão Veredas)

RESUMO

A partir das inovações provocadas pela Revolução Verde, de maneira geral, a região Oeste da Bahia começou a ser inserida na lógica de produção global e o município de Correntina apresenta especificidades no conjunto de transformações provocadas pela expansão capitalista no espaço agrário. Essas transformações são repercutidas por diversos atores territoriais. A dissertação apresentada, tem por finalidade analisar a produção do espaço agrário identificando os atores responsáveis pelas diferentes formas de apropriação desse espaço. Nesse sentido o objetivo principal é evidenciar a posição dos atores territoriais na apropriação do espaço agrário de Correntina (BA). Para isso, iremos caracterizar e compreender a atuação dos atores territoriais no contexto regional (Oeste Baiano); entender as diferentes perspectivas capitalistas e tradicionais presentes no município evidenciando as estratégias de (re)existência das comunidades tradicionais de fecho de pasto. O aporte teórico utilizado se deu a partir de revisão bibliográfica em livros, teses, dissertações, monografias e textos publicados em periódicos; levantamento de dados secundários para coleta de informações sobre o tema junto à órgãos e instituições. Além dos trabalhos de campos, dificultados pela pandemia de COVID-19, foi feita a análise de participações e publicações de sujeitos ligados às comunidades de fecho de pasto. A partir dessas estratégias metodológicas, o que se pode perceber é que atuações do Estado e do Capital, em Correntina (BA) provocam a expropriação ou ameaçam as comunidades tradicionais de fecho de pasto. A principal estratégia é a grilagem – que se renova com o tempo – tendo a violência como condutora. Além da flexibilização de legislações, o Estado, por meio dos órgãos responsáveis pela titulação dos territórios tradicionais, arrasta e dificulta o processo, dando tempo e recursos para a efetiva apropriação pelos representantes do capital. Contudo, os sujeitos das comunidades encontram novas estratégias para permanecerem na terra, se adaptando e assim construindo uma (Re)existência. Para que os conflitos cessem, os territórios do Fecho de Pasto de Correntina (BA) devem ser titulados e as empresas responsáveis direta ou indiretamente devem ser punidas e fiscalizadas.

Palavras-chave: Conflitos No Campo; Oeste Baiano; Grilagem; Comunidades Tradicionais; Geraizeiros.

ABSTRACT

From the innovations caused by the Green Revolution, in general, the West region of Bahia began to be inserted in the logic of global production and the municipality of Correntina presents specificities in the set of transformations caused by capitalist expansion in the agrarian space. These transformations are reflected by different territorial actors. The dissertation presented here aims to analyze the production of agrarian space, identifying the actors responsible for the different forms of appropriation of this space. In this sense, the main objective is to highlight the position of territorial actors in the board of the agrarian space in Correntina (BA). For this, we will characterize and understand the performance of territorial actors in the regional context (West Bahia); understand the different capitalist and traditional perspectives present in the municipality, highlighting the (re)existence strategies of traditional pasture closing/*Fundo e Fecho de Pasto* communities. The theoretic contribution used was based on a bibliographic review in books, theses, dissertations, monographs and texts published in journals; survey of secondary data to collect information on the subject from renowned agencies and institutions. In addition to the field work, made difficult by the COVID-19 pandemic, an analysis was carried out of the participation and publications of subjects linked to the pasture closure communities. From these methodological strategies, what can be seen is that actions of the State and Capital, in Correntina (BA), provoke the expropriation or threaten the traditional communities of pasture closing, the main strategy is the /grilagem land grabbing – which is renewed with the time – having violence as a conductor. And beyond that to making legislation more flexible, the State, through the responsible agencies for the titling of traditional territories, drags and hampers the process, wasting time and resources for the effective appropriation by the capital's representatives. However, the subjects of the communities find new strategies to remain on the land, adapting and thus building a (Re)existence. To avoid the conflicts, the territories of Fechos de Pasto de Correntina (BA) must be titled and the companies directly or indirectly responsible must be punished and inspected.

Keywords: Field Conflicts; West Bahia; Grilagem; Traditional Communities; Geraizeiros.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|--|-----|
| Figura 1 | Localização do município de Correntina/BA(2020)..... | 15 |
| Figura 2 | Mesorregião Extremo Oeste da Bahia (2020)..... | 19 |
| Figura 3 | Evolução da questão agrária brasileira..... | 26 |
| Figura 4 | Frentes da fronteira econômica..... | 28 |
| Figura 5 | MATOPIBA: microrregiões e municípios (2020)..... | 43 |
| Figura 6 | Mapa do Levantamento das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto na Regional Bacia do Rio Corrente | 60 |
| Figura 7 | Manchete da capa da edição especial de 1984 do Jornal 'A Foice' | 68 |
| Figura 8 | Mosaico das manchetes publicadas na edição espacial do jornal 'A Foice' de 1985..... | 68 |
| Figura 9 | Evolução multitemporal do desmatamento na bacia do Rio Corrente e áreas de uso e manejo comunitário das comunidades de fundo e fecho de pasto..... | 71 |
| Figura 10 | "Fazendas fantasmas" registradas no SIGEF e SNCI sobre quatro territórios de Fundo e Fecho de Pasto – Bacia do Rio Corrente (2021) | 72 |
| Figura 11 | A grilagem nos territórios tradicionais tem o Estado como facilitador..... | 75 |
| Figura 12 | Grilagem Verde nos territórios tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto da Bacia do Rio Corrente 2021)..... | 77 |
| Figura 13 | Distribuição de registros do SNCI e SIGEF em Correntina/BA 2021) | 79 |
| Figura 14 | Mosaico de imagens da Manifestação em Correntina no ano 2000..... | 83 |
| Figura 15 | Ilustração dos Geraizeiros Gerais..... | 93 |
| Figura 16 | Ilustração de Priscila Barbosa durante trabalho de campo em janeiro de 2020 | 95 |
| Figura 17 | Capa da cartilha: "Comunidades Tradicionais de Fecho de Pasto e seu próprio modo de convivência com o cerrado" | 97 |
| Figura 18 | Banner da live "Comunidades de Fecho de Pasto e seus modos de vida: cuidando da terra e dasguas..... | 98 |
| Figura 19 | Mosaico de imagens do mutirão do dia 10 de julho de 2021 | 100 |
| Figura 20 | Exposição de Conchita Silva no Ranchão, em Correntina (BA)..... | 108 |
| Figura 21 | Xilogravura de Dona Ana..... | 109 |
| Figura 22 | Xilogravura de Aline Barbosa..... | 110 |
| Figura 23 | Xilogravura de Marinês..... | 111 |
| Figura 24 | Xilogravura de Dona Rosa de Zeca e Jakeline Honória... | 112 |
| Figura 25 | Convocação para Audiência Pública após repercussão do ato de 02 de novembro de 2017..... | 113 |
| Figura 26 | Mosaico de fotografias das manifestações do dia 11/11/2017 em Correntina..... | 116 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-----------|--|----|
| Gráfico 1 | Número de estabelecimentos agropecuários por faixa de tamanho (ha) em Correntina/BA (2017)..... | 58 |
| Gráfico 2 | Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários por faixa de tamanho (ha) em Correntina/BA (2017)..... | 59 |
| Gráfico 3 | Principais Lavoras Temporárias por Área Plantada (ha) em Correntina (BA) - 1990 e 2017..... | 62 |
| Gráfico 4 | Número de Conflitos por terra no Brasil (2005 a 2020).... | 64 |
| Gráfico 5 | Número de conflitos por água no Brasil (2005 a 2020).... | 64 |
| Gráfico 6 | Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto na Bacia do Rio Corrente (2018) | 71 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|--|-----|
| Quadro 1 | Principais atores da produção do espaço agrário no Oeste Baiano..... | 37 |
| Quadro 2 | Problemas e Reivindicações das comunidades de Correntina (BA) em edição do “Jornal : A Foice” de 1981..... | 67 |
| Quadro 3 | Fechos de pasto e fazendas fantasmas que se sobrepõem..... | 73 |
| Quadro 4 | Síntese do levantamento da Global Witness (2021) | 102 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|---|----|
| Tabela 1 | Principais municípios exportadores e valor exportado em 2015..... | 44 |
|----------|---|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACV – Associação Ambientalista Corrente Verde
AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais
ACCFC – Associação dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente
ADM – Archer Daniels Midland
AIBA – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEDOC – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino
COP26 - Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FFP – Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos
GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia
LGBTQIA+ – lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais e outros
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MCCFP – Mapeamento Das Comunidades De Fundos E Fechos De Pasto No Estado Da Bahia
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto do Paranaíba
PCI – Programa de Crédito Integrado
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PP – Partido Progressista
PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
RBRC – Regional da Bacia do Rio Corrente
RBRG – Regional da Bacia do Rio Grande
SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado
SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária
SNCI – Sistema Nacional de Certificação de Imóveis
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFG – Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1 A 1.1. NO OESTE BAIANO: PROCESSO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ATORES SOCIOTERRITORIAIS..... | 19 |
| 1.1 Formação Socioespacial..... | 20 |
| 1.1.1 <i>A espacialização de práticas sociais.....</i> | 22 |
| 1.2 O processo histórico-geográfico do Oeste Baiano..... | 26 |
| 1.3 Os atores territoriais no Oeste Baiano..... | 36 |
| 1.3.1 <i>Atores Hegemônicos: Estado e Capital.....</i> | 38 |
| 1.3.2 <i>Povos Geraizeiros.....</i> | 46 |
| 2 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE CORRENTINA: OS CONFLITOS PELO MODO DE USO DA TERRA/ÁGUA..... | 52 |
| 2.1 A questão hídrica/fundiária em Correntina/BA..... | 53 |
| 2.2 A construção da realidade correntinense..... | 63 |
| 2.3 A centralidade da Água..... | 80 |
| 3 A (RE)EXISTÊNCIA EM CORRENTINA: A GÊNESE DOS FECHOS, OS RELATOS E A REPERCUSSÃO DA (RE)EXISTÊNCIA..... | 87 |
| 3.1 Os fechos de (Re)Existência..... | 90 |
| 3.2 Os relatos possíveis da (Re)Existência das Comunidades de Fecho de Pasto de Correntina (BA)..... | 96 |
| 3.2.1 <i>A (Re)Existência que vem das mulheres e da arte.....</i> | 106 |
| 3.3 Repercussão da (re)existência..... | 113 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 118 |
| 5 REFERÊNCIAS..... | 121 |

INTRODUÇÃO

Brasil, junho de 2022, mais de 600 mil pessoas morreram em decorrência da pandemia do novo coronavírus. No contexto geral, além das questões sanitárias, o crescimento do fascismo e as mudanças climáticas, com implicações em várias escalas, convergem para uma proposta de futuro no mínimo amedrontadora.

Nesse contexto, faz-se necessário dar à luz outras possibilidades. É imprescindível reconhecer o papel de quem resiste a barbárie reproduzida ao longo da história, na qual todos os desafios estão imbricados ao sistema capitalista. As mudanças climáticas e a iminência de novas pandemias se relacionam com a pressão exercida por este modo de produção hegemônico.

No campo brasileiro, um dos palcos das transformações propostas por esse modelo, a realidade é alarmante: em 2020, ocorreram 1576 conflitos, em média 4,31 conflitos por dia, provocados por grileiros e supostos proprietários de terra. Os números divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2020), revelam o maior número da violência no campo da série histórica.

Em 2019, no Caderno de Conflitos no Campo, foi dado um alerta:

A 34ª edição do relatório anual da CPT, “Conflitos no Campo Brasil 2019”, talvez se torne uma espécie de divisor de águas ou converta-se em um marco histórico, por discorrer sobre um ano peculiar, forjado em têmpera diferente, de brutal tenacidade. Ano de ascensão da violência e do ódio contra os pobres, os negros, as comunidades e o povo do campo, protagonizados por figuras públicas, dentre elas, principalmente, o presidente da república. Diante disso, os povos gritam e o conflito se expande e ganha dimensões inimagináveis. (CPT, 2019, p. 24).

As proporções inimagináveis, talvez, nem incluíssem os resultados observados após a decretação da pandemia da Covid-19, que foi utilizada pelo governo de Jair Bolsonaro para “passar a boiada”. O contexto atual, portanto, foi fundamental na escolha da problemática tratada nesse estudo. Para além disso, as transformações percebidas ao longo da minha trajetória em Correntina - BA, onde nasci, que ganharam embasamento teórico durante a graduação em Goiânia, e sobretudo, prático, ao longo do mestrado.

Souza (2006, p. 172), enfatiza que a partir da descrição e interpretação dos lugares, a Geografia permite compreender as contradições que originam o grupo dos “sem tudo: sem transporte, sem casa, sem comida, sem emprego,

sem água, sem ar”, e acrescenta-se aqui os sem-terra, sem direitos e sem reconhecimento devido.

Considerando as múltiplas possibilidades de estudos agrários, nas mais diversas áreas da ciência, que envolvem diferentes particularidades entre espacialidades, temporalidades, problemas, abordagens e sujeitos, utilizaremos aqui, a perspectiva da geografia agrária.

A Geografia agrária brasileira, possui grupos de pesquisa preocupados com questões econômicas, políticas, ecológicas, demográficas e culturais, há os preocupados com os produtores rurais e suas produções bem como o funcionamento do sistema agropecuário (FERREIRA, 2011).

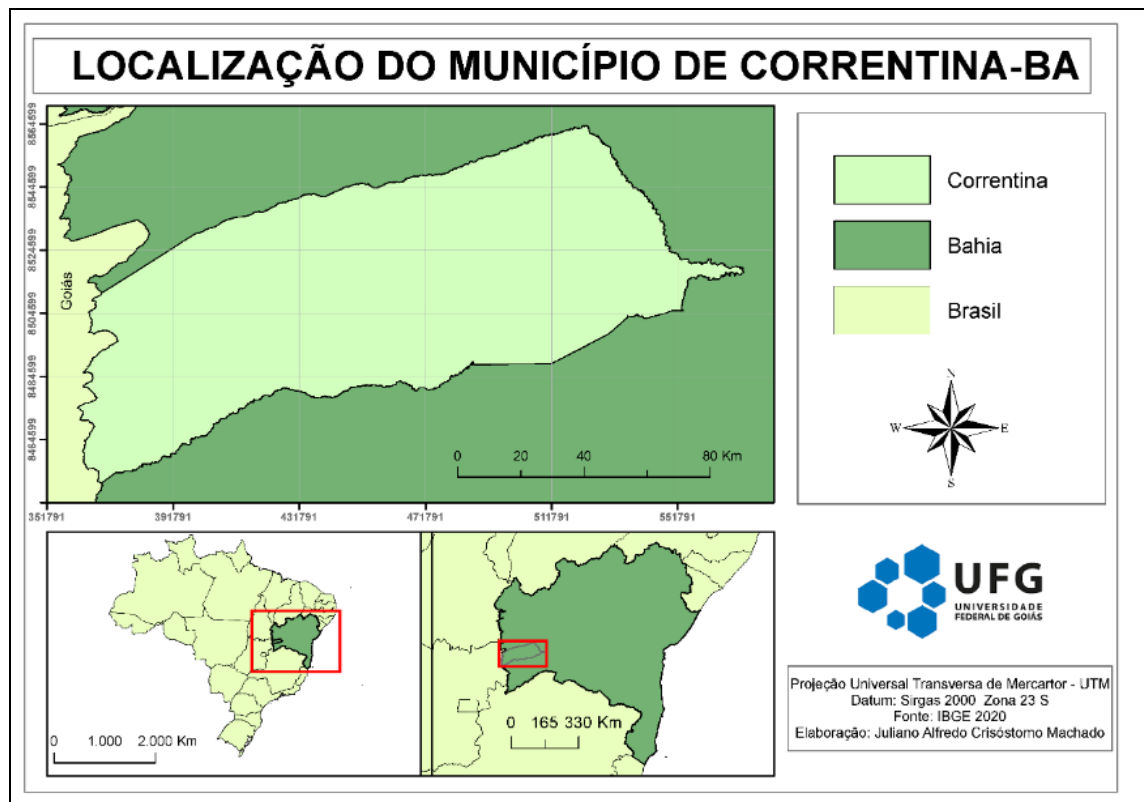
Assim, nesta dissertação, a problemática norteadora se relaciona à produção do espaço agrário, a partir da identificação dos atores e ações que diferenciam este espaço a partir das formas de apropriação e uso da terra. Essa produção é construída ao longo da história por meio de ações e articulações de atores socioterritoriais, que se apropriam do espaço para a reprodução de suas relações sociais e produtivas. Analisaremos neste texto, por meio de um estudo de caso, o processo de territorialização do agrohidronegócio no município de Correntina (BA) destacando a (Re)existência das comunidades de fecho de pasto.

O agrohidronegócio, proposto por Mendonça; Mesquita (2007), e explorado por Thomaz Junior (2009, 2012) considera que a articulação do capital, sobretudo o agroindustrial ao se territorializar em diferentes regiões brasileiras passa a controlar não apenas as terras, mas principalmente, os recursos hídricos superficiais ou subterrâneos (CARNEIRO; MENDONÇA, 2016).

Com isso, o objetivo central desse estudo é evidenciar a relação entre Estado, Capital e demais atores territoriais na apropriação do espaço agrário de Correntina, Bahia. Para aprofundar as discussões, definiu-se os seguintes objetivos específicos: (a) caracterizar e compreender a atuação dos atores territoriais no contexto do Oeste Baiano; (b) compreender o processo de produção do espaço agrário correntinense nas perspectivas capitalistas e tradicionais; e (c) investigar as estratégias de (re)existência das comunidades tradicionais de fecho de pasto.

O município de Correntina (BA) foi escolhido como recorte espacial (Figura 1), visto que, é um dos municípios da Mesorregião do Oeste baiano, que constitui uma das principais áreas de expansão capitalista contemporânea no campo brasileiro, o MATOPIBA¹.

Figura 1 – Localização do município de Correntina/BA (2020)



Fonte: IBGE (2020).

Elaboração: O autor (2020).

O município é caracterizado pela imensa desigualdade social. Enquanto os lucros são concentrados nas mãos de poucos, os prejuízos da degradação ambiental são socializados. As comunidades tradicionais (re)existem e se articulam frente à expansão capitalista. Mortes, perseguições e grilagens são recorrentes e nenhum aparelho estatal é eficiente para solucionar os conflitos. Assim como aponta a Ong Global Witness:

¹ Segundo a EMBRAPA (2014 p. 2): A expressão MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Existem outras denominações equivalentes, menos utilizadas como MAPITOBA, por exemplo. Essa expressão designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os quatro estados mencionados, caracterizada pela expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade.

Membros da comunidade relataram terem sido agredidos fisicamente, detidos arbitrariamente e espancados; terem armas apontadas para eles enquanto eram submetidos a ameaças de morte e outras intimidações; e terem propriedades destruídas, tudo isso enquanto viviam sob a ameaça permanente de perder suas terras e meios de subsistência (GLOBAL WITNESS, p. 34).

A escala de análise principal refere-se ao município de Correntina, contudo, é salutar apontar as consequências da inserção do município no contexto baiano e brasileiro. A região Oeste da Bahia, foi conduzida pelo direcionamento federal e estatal a uma reorganização espacial para atender os interesses inerentes à expansão do capital e o que se percebe, são as transformações nas formas de uso da terra, nas relações sociais, na concentração fundiária e nas dinâmicas demográficas.

No estudo de caso sobre a ação dos atores territoriais em Correntina, verifica-se a maior conflitividade do estado da Bahia no município de Correntina. A territorialização dos empreendimentos capitalistas, sobretudo por meio da grilagem e da violência, pressiona a manutenção do modo de vida das comunidades tradicionais de fecho de pasto. Que por sua vez, encontram novas estratégias para manter-se em seus territórios.

Yin (2015) aponta que o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que busca esclarecer a decisão ou as decisões, revelando o motivo pelo qual foram tomadas, a maneira como foram implantadas e os resultados alcançados em determinada situação. Considerando essa perspectiva, temos aqui um estudo exploratório descritivo, visto que, apresentamos uma sequência de eventos que, ao longo da história, condicionaram a territorialização da agricultura moderna em sobreposição a outros modelos, resultando em uma realidade própria, singular.

A pandemia decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, devido a disseminação do novo coronavírus, impôs algumas regras rígidas que resultaram na paralisação de vários serviços, como transportes, educacionais, religiosos, lazer e entre outros. O distanciamento social se tornou a principal ferramenta para diminuir a transmissão e isso impactou diretamente na realização de várias atividades.

A realização de pesquisas acadêmicas sofreu impactos consideráveis. Assim, dentre os procedimentos metodológicos, que são fundamentais para concretizar os objetivos de uma pesquisa acadêmica de cunho geográfico, o

trabalho de campo é uma das etapas mais importantes. É nessa etapa que o pesquisador se encontra com seu objeto de estudo e os sujeitos da pesquisa, não só coletando dados primários, mas também, torna possível a percepção de aspectos que dificilmente seriam visualizados apenas com as leituras, reflexões e análises de dados secundários.

Nesse contexto, metodologicamente a pesquisa foi organizada da seguinte maneira: a) no primeiro momento realizou-se revisão bibliográfica em livros, teses, dissertações, monografias e textos publicados em periódicos para investigar a organização produtiva do espaço agrário brasileiro e os desdobramentos para o espaço agrário correntinense, além dos demais aspectos (sociais, econômicos e demográficos). Foram visitados textos publicados que tratam acerca da epistemologia do pensamento geográfico, apostando nas que dão especial destaque para o tratamento da questão agrária. Ainda, autores que já realizaram pesquisas sobre essa temática que contribuem na compreensão da formação territorial de Correntina. b) posteriormente o uso de dados secundários para coleta de informações sobre o tema junto à órgãos e instituições como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC) da Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicações da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), Documentos da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) e no Caderno de Conflitos no Campo da CPT. c) Análise das participações e publicações de sujeitos ligados às comunidades de fecho de pasto.

Vale ressaltar, as medidas restritivas para conter o avanço da Covid-19 inviabilizaram o contato direto com as comunidades tradicionais de Fecho de Pasto, por isso, as participações em entrevistas, encontros e conversas *online* contribuíram para a continuidade da pesquisa. A partir da análise bibliográfica, dos dados e informações obtidas a dissertação foi estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo, apresenta discussões sobre os referenciais teóricos que nortearam a pesquisa. Busca-se a caracterização e a compreensão da atuação dos agentes territoriais na formação histórica geográfica do Oeste Baiano.

O segundo capítulo verticaliza a discussão para o município de Correntina (BA), buscando compreender o processo de produção do espaço agrário correntinense por meio das ações dos atores hegemônicos e hegemonzados na formação socioespacial do município.

O terceiro capítulo, evidencia a (Re)existência das comunidades de fecho de pasto de Correntina, apontando os conflitos e as implicações para elas da incursão modernizadora sobre os seus territórios de vida. Destaca-se ainda o papel das mulheres na luta das comunidades, a partir da arte produzida por Conchita Silva, artista geraizeira.

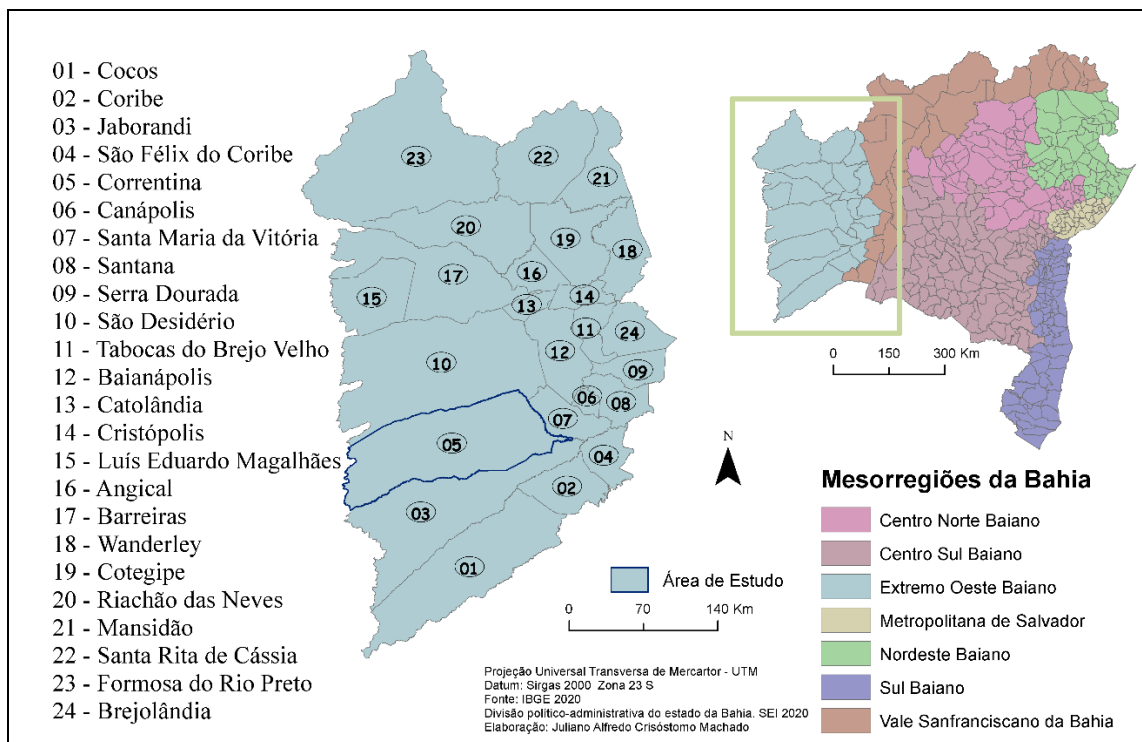
Por isso, espera-se que pesquisas como esta, se tornem ferramentas que fortaleçam a luta cotidiana dessas comunidades, visto que busca dar visibilidade a elas no atual contexto de intensificação de conflitos socioambientais. Espera-se que contribua na elaboração e aplicação de políticas públicas, que tragam direitos efetivos, para atender as demandas sociais, econômicas e estruturais dessas comunidades, que produzem alimentos saudáveis e preservam as áreas cada vez mais ameaçadas do Cerrado.

CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NO OESTE BAIANO: PROCESSO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ATORES SOCIOTERRITORIAIS

A relação entre sociedade e natureza implica na produção, apropriação e transformação do espaço geográfico no decorrer da história. A época muda, as formas são alteradas junto às funções, contudo, as sociedades sempre são responsáveis pelo desenvolvimento das técnicas e estratégias utilizadas.

Neste capítulo, buscamos situar geograficamente a pesquisa a partir dos referenciais teóricos acerca das categorias de análises utilizadas, com destaque para formação socioespacial, espaço geográfico, território, região e escala. Partindo da escala regional, iremos percorrer o processo histórico de formação e reestruturação do Extremo Oeste da Bahia (Figura 2) a mesorregião oficial que engloba 24 municípios baianos, dentre eles, Correntina. Por fim, iremos identificar os atores responsáveis pela formação e transformação dessa região.

Figura 2 – Mesorregião Extremo Oeste da Bahia (2020)



Fonte: IBGE (2020).

Elaboração: O autor (2020).

A grande extensão territorial da Bahia confere ao estado uma enorme diversidade natural, social, cultural, histórica e econômica. Nesse contexto, na

Região Oeste, diversos agentes contribuíram para a produção e organização do espaço geográfico. Historicamente, além dos povos originários, a região foi ocupada por sujeitos, mulheres e homens que estabeleceram um modo de vida próprio, onde as práticas foram perpetuadas e ressignificadas no decorrer do tempo.

Recentemente, os incentivos estatais associados aos interesses do capital, transformaram as paisagens visando a produção agroexportadora moderna e conseqüentemente a sobreposição aos modelos tradicionais que (re)existem, visto que não conseguiram apagar ou impedir a vida de indivíduos, “pelo contrário, os impulsionaram para a luta por reforma agrária, por meio de movimentos sociais, buscando assim, possibilidades de (Re)Existir [...]” (MENDONÇA; MESQUITA, 2016, p. 600).

Na área de estudo, os sujeitos que compõe as comunidades de fecho de pasto, se diferenciam pela luta para que não sejam transformados em “sem-terra” por meio da expropriação/espoliação. Sendo assim, não reivindicam as terras por meio de reforma agrária, visam a proteção de seus territórios ancestrais para a manutenção de seus modos de vida.

Na seção a seguir, iremos nos aprofundar na categoria de formação socioespacial, apontando os pontos dessa perspectiva de análise importantes para essa pesquisa. Na perspectiva de análise geográfica, a categoria de formação socioespacial² se torna uma ferramenta fundamental para compreender a constituição dos conflitos no campo baiano.

1.1 Formação Socioespacial

A formação socioespacial proporciona a integração do tempo e do espaço. A partir de uma perspectiva relacional, Milton Santos insere na geografia uma revalorização do espaço visto que, até então não havia uma

² Existe um debate acerca da grafia desta categoria, Souza aponta que [...] diante da pergunta “o que é correto, sócio-espacial ou socioespacial?”, a resposta deve ser: ambos são corretos. O uso de uma palavra ou de outra dependerá do contexto e dos propósitos. (2008, p,161). Catalão (2011, p.178) reforça essa discussão e aponta que a grafia é do termo é uma escolha dos autores em que “os que grafaram socioespacial estão tratando de processos referentes apenas ao espaço social, enquanto os que grafaram socioespacial estão analisando processos que envolvem relações sociais e espaço social.” Ainda, aponta que a falta de posicionamento dos autores contribui para a difusão proposta por Souza.

narrativa explícita que conferisse “[...] às formações sociais uma base espacial de maneira estruturada. A formação socioespacial permite pensar o materialismo histórico como materialismo histórico e geográfico.” (MACHADO, 2016. p. 95).

Em 1977, em uma de suas publicações no Boletim Paulista de Geografia, Milton Santos ao discutir a categoria de Formação Econômica e Social evidencia a interdependência entre as categorias: modos de produção, formação social e espaço:

Todos os processos, que, juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isso através de uma formação social. (SANTOS, 1977. p. 86).

Entendendo que “os modos de produção se tornam concretos sobre uma base territorial historicamente determinada” (SANTOS, 1977, p. 87), as características naturais são determinantes para a expansão dos interesses do capital, condutor do modelo hegemônico. Assim, as sociedades que se estruturaram fora do circuito de produção capitalista são tratadas como empecilhos, como atrasadas, onde as ações hegemônicas, ignoram e sobrepõem-se ao modo de vida destas sociedades.

A sobreposição gera conflitos, e as relações de poder originam territórios, que são estruturados tendo como base o espaço geográfico, que por sua vez é composto por um conjunto de elementos e dimensões que se relacionam e movimentam os fluxos. Por isso, é salutar reconhecer as bases materiais: naturais ou humanizadas; o viés econômico que se expressa por meio das atividades desempenhadas; as regras estabelecidas; as instituições e projetos e a organização social produzida que gera divergências entre os atores. Perafán e Oliveira apontam que:

O território emerge a partir das relações sociais, relações que não são neutras ou livres de tensões e conflitos, o que nos leva a afirmar que tal emergência é produto de relações do poder exercidas em vários níveis da cadeia social. O poder manifesta-se nas diferentes formas de ocupação e uso dos espaços regionais e locais. Podemos dizer que o território é a expressão política de organização desses espaços para alcançar objetivos comuns e que nele se evidenciam mobilizações concretas frente a finalidades concretas. (2013, p. 9).

Portanto, a inserção de territórios no circuito produtivo mundial ocasiona modificações nos mesmos, onde as forças hegemônicas condicionam a criação de novas formas de ação, físicas ou simbólicas que atendam tal lógica produtiva. As redes técnicas são exemplos de tais modificações que se mostram a partir da intensificação da circulação, percebida através do aumento de fluxos (capital, produtos, pessoas).

O processo de formação socioespacial do Oeste baiano destaca-se, principalmente a partir da década de 1970, no aumento da produção e circulação de *commodities* voltadas para o mercado externo. O poder exercido pelos atores hegemônicos é norteador da modernização, sobretudo no espaço agrário, onde o processo de territorialização do agronegócio acarreta conflitos com territorialidades estabelecidas em períodos anteriores.

A análise socioespacial deve considerar que o espaço é fruto de processos históricos que se distinguem no espaço, principalmente pelas práticas que são intrínsecas à formação da população. Os atores socioterritoriais, portanto, se manifestam distintamente e imprimem suas características políticas, econômicas, produtivas e culturais.

No Oeste Baiano, as singularidades se evidenciam pela luta de uma gama de indivíduos, que ao longo da história incorporaram em seu modo de vida à (re)existência. Analisar a formação socioespacial oestina permite destacar e entender as suas particularidades, enfatizando o papel das comunidades tradicionais como parte desse processo e reconhecendo suas formas de luta, de (re)existir para a manutenção de suas condições de vida frente a investida do agronegócio.

Tais resultados, levam a compreender como os agentes que o produzem se apropriam do mesmo, e estabelecem diferentes perspectivas produtivas e de vida, construídas ao longo do tempo, percebendo as diferentes formas de uso e valorizações concretas e/ou simbólicas desse espaço geográfico.

1.1.1 A espacialização de práticas sociais

Nas mais diversas áreas da Ciência, categorias, conceitos e fórmulas são essenciais para a construção dos saberes científicos pois estabelecem

parâmetros na relação entre sujeitos e objeto. Nas ciências humanas, a Geografia busca compreender a espacialização dos processos sociais e na evolução do pensamento geográfico, conceitos como território, escala e região vêm sendo amplamente debatidos.

O espaço geográfico - principalmente entre os anos de 1960-1980 passou a ser considerado, por vários autores, a categoria máxima da ciência geográfica. Os intelectuais do período, principalmente os geógrafos alinhados ao marxismo, criaram um contexto em que esta categoria evidenciava a articulação entre sociedade e natureza (SAQUET; SILVA, 2008).

Nesse sentido, os conceitos devem ser utilizados tendo esse espaço como base já que as suas definições se dão a partir do mesmo, tornando-os inseparáveis. Ao analisar a evolução epistemológica do conceito de território, é evidente a associação como a área do Estado-Nação. Isso se deu por conta da influência do imperialismo europeu na ciência. Recentemente, vem sendo alvo de “[...] fortes tentativas de redefinição e depuração.” (SOUZA, 2013. p. 77).

Por ser um conceito, foi elaborado a partir de trabalhos empíricos que no decorrer da história sistematizaram a ciência geográfica. Ratzel (1844-1904), um dos pioneiros desta ciência e percussor da geografia política definiu território como um espaço sobre o qual o Estado exerce soberania. Tal definição, claramente institucionalizada e essencialmente política, atrelava território à área de influência dos aparelhos de Estado.

Existem múltiplas interpretações, de vários autores acerca desta categoria. Tais interpretações são condicionadas pela realidade analisada, pela concepção de espaço adotada, pelos objetivos dos autores com suas próprias concepções de sociedade (GIRARDI, 2008).

Entre o final do século XX e início do século XXI destacam-se os avanços na revisão conceitual do território, e a partir daí a discussão ganha mais corpo. O debate se torna mais complexo e abrangente, adquirindo densidade teórica e passa a englobar aspectos sociais, culturais e econômicos. A partir desse momento, as análises geográficas permitem compreender amplamente os processos que dão origem as formas e transformam as paisagens.

A abordagem de território como apenas as limitações político-administrativas de um país, é explicada por Raffestin (1993) como reducionista

e ocorre devido ao poder ser uma ferramenta institucionalizada, e por isso, a consequência espacial foi a formação e valorização do território dos países. Sendo assim, buscaremos analisar Correntina a partir da definição de Souza (1995), onde o território é um “[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Para Perico, território é a dimensão política do espaço, onde a unidade da gestão o diferencia e o atribui existência. Contudo, isso não significa que todo território é uma unidade territorial (como município, província, departamento ou estado). Basta o reconhecimento de unidade que busca controlar ou interagir nas ações cotidianas. Considerando essa perspectiva, o território “pode ser a bacia de um rio, a união de organizações territoriais, um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas” (2009, p. 10).

Ressalta-se que poder, território e Estado se articulam organicamente e são interdependentes, portanto, essenciais para uma análise geográfica. Ainda, é importante destacar que a formação de um território independe da grandeza da escala e, por isso, não ocorre apenas na escala nacional, portanto, “não precisa e nem deve ser reduzido à essa escala ou à associação com a figura do Estado” (SOUZA, 1995, p. 81).

Toda e qualquer relação de poder exercida por um sujeito no espaço geográfico ocasiona a produção de um território, portanto, eles podem ser construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas. Raffestin (1993, p. 153) explica que delimitar um território é “isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa”. Sendo assim, independentemente da escala utilizada, ao falarmos em território, indissociavelmente discutiremos poder. Por isso, se faz necessário evidenciar o alcance do poder de cada agente territorial, e isso implica na delimitação do espaço.

Adotaremos aqui, uma perspectiva de território atrelada à realidade correntinense, repleta de conflitos, destacando as principais ações e consequências dos diversos atores territoriais. A análise deste espaço geográfico, portanto, será realizada a partir das relações de poder estabelecidas, de acordo com a concepção crítico-dialética da sociedade.

A perspectiva socioespacial permite compreender que o território vai além da área delimitada onde vigoram regras político-administrativas, mas também é um espaço onde se reproduz a vida social, onde os sujeitos são influentes e influenciados pelo contexto. No espaço rural, os conflitos se relacionam à divergência entre modelos produtivos e modos de vida.

Na área de estudo, o que se evidencia é que a disputa para a apropriação do espaço se dá pra diversos usos. Os meios são propostos e reproduzidos pelos representantes de cada sistema, moderno ou tradicional. Sendo assim, suas ações buscam espacializar seus respectivos modelos produtivos, e assim, controlar esse espaço. Porto-Gonçalves explica que:

Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. (2006, p. 5).

Além do território, outra categoria que sofreu influência do imperialismo europeu foi a de região e ao longo da construção do pensamento geográfico enfrentou várias mudanças. Aqui, as contribuições das correntes anteriores serão consideradas e a categoria será utilizada “buscando explorar as suas operacionalidades” (GOMES, 2003). Entende-se que as regiões possuem particularidades que as tornam diferentes umas das outras.

Castro (1995) aponta que “a análise geográfica dos fenômenos requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos” e quando se determina uma escala, o fenômeno ganha um sentido particular (1995, p. 120). Se tratando de apropriação do espaço a partir da expansão dos interesses do capital, em escala nacional, o Brasil demonstra estar seguindo o direcionamento produtivo determinado pela colonização da América Latina, assumindo o forte papel de exportador de *commodities*.

Utilizando a escala geográfica “como uma estratégia de apreensão da realidade” (CASTRO, 1995, p. 120) buscaremos compreender a formação territorial e as diferentes territorialidades em Correntina, considerando sua inserção no território brasileiro e baiano. Por isso, buscaremos entender as raízes do processo de constituição desse espaço, analisando o contexto de

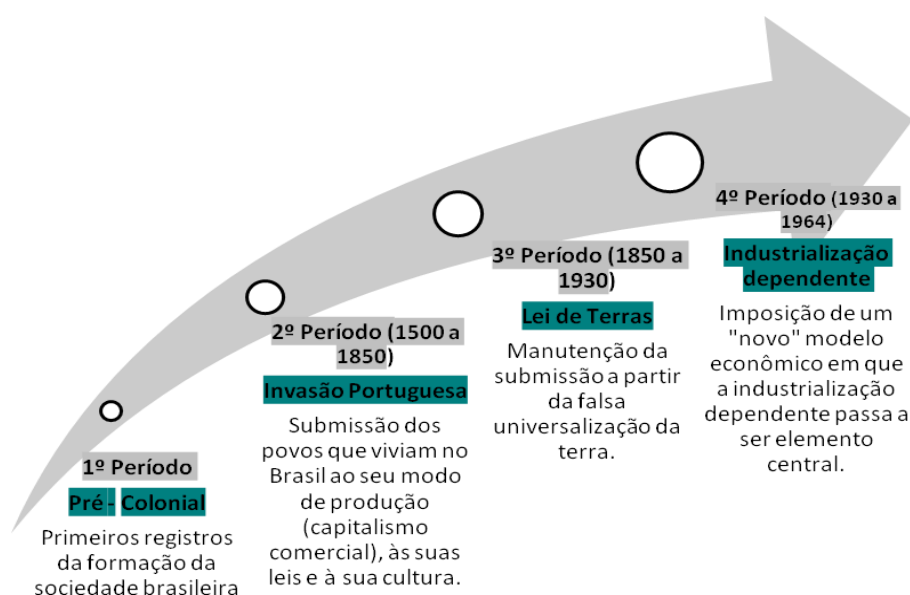
produção do espaço agrário das regiões em que o município se insere, sobretudo: MATOPIBA, Extremo Oeste e Bacia do Rio Corrente.

Tendo isso em vista, evidenciaremos as relações de poder expressas no processo de apropriação de terra e água, considerando os diversos atores territoriais, já que este é um dos municípios baianos que se insere em uma das mais recentes fronteiras agrícolas do país. Portanto, examinaremos “os fatores por trás dos processos de territorialização [...] recuando no tempo e escavando o suficiente” (SOUZA, 2013, p. 101). Por isso, a próxima seção busca a contextualização histórico geográfica do oeste baiano, evidenciando o processo de ocupação e as transformações socioespaciais que ocorreram ao longo do tempo.

1.2 O processo histórico-geográfico do Oeste Baiano

Como já evidenciado, a Bahia apresenta grande diversidade em vários aspectos, contudo, a inserção no território brasileiro condiciona a uniformidade de alguns elementos e atores, ainda que existam nuances particulares em cada parte do estado e do país. Por isso, utilizaremos a divisão proposta por Stédile (2012) que, de maneira geral, apresenta uma divisão para a questão agrária brasileira (Figura 3):

Figura 3 – Evolução da questão agrária brasileira



Elaboração: O autor (2021).

Fonte: Stédile (2012).

O Extremo Oeste Baiano é uma das sete mesorregiões da Bahia e possui um total de 24 municípios, evidenciados no mapa de caracterização no início do capítulo. Neste tópico buscaremos compreender as bases da formação, bem como a reorganização territorial que se intensificou a partir dos anos de 1970 e que nos últimos anos vêm ganhando ainda mais força.

Essa mesorregião destaca-se atualmente pela elevada produtividade agrícola, sobretudo de grãos, e faz parte de uma das principais áreas produtivas do país, sob o ponto de vista do agronegócio. Segundo o IBGE:

Entende-se por Mesorregião uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta forma de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como Mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE, 2017. p. 72).

Atualmente, no Extremo Oeste baiano, os latifúndios, a agroindústria e a produção voltada para o mercado externo se contrapõem ao modo de vida dos pequenos produtores, das comunidades ribeirinhas e tradicionais. Essa configuração confere à mesorregião uma dinâmica própria na produção do espaço agrário, onde a realidade é repleta de conflitos.

Inicialmente, faz-se necessário elucidar e diferenciar alguns termos que recorrentemente são usados para apontar o recorte espacial em questão, visto que, algumas denominações são utilizadas, tais como: Além-São Francisco; Sertões da Bahia; e Mesorregião Extremo Oeste Baiano (Oeste Baiano). Essas denominações possuem sentidos próprios e predominaram ou coexistiram em diferentes momentos históricos, do período colonial à contemporaneidade, assim como aponta Andrade:

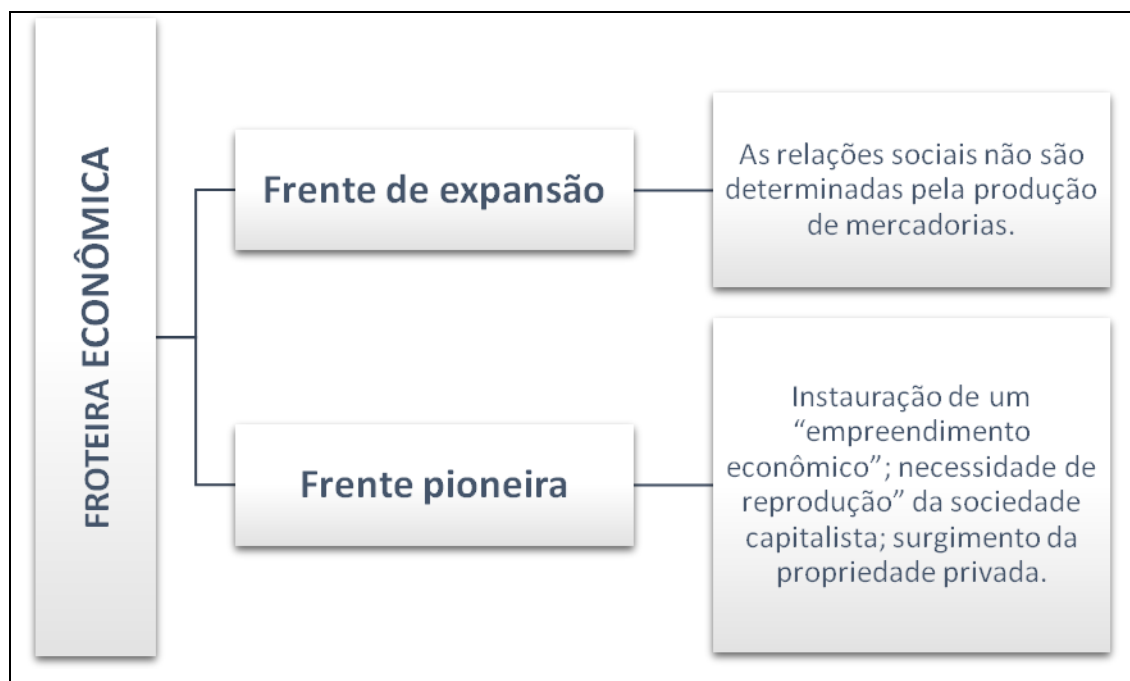
[...] os sertões possuíam a amplitude do desconhecimento do território, era sertão o espaço a ser ocupado e colonizado, [...] muito mais uma generalidade social que uma região geográfica definida. O Oeste baiano responde ao que acima indicamos como mesorregião do Extremo Oeste baiano, composto pelas microrregiões de Barreiras, Cotegipe e Santa Maria da Vitória, um espaço restrito e relativo à nossa contemporaneidade e aos atuais limites políticos. O Além-São Francisco, talvez seja o termo mais adequado para tratar

da região no período colonial visto a precisão deste leito hídrico na demarcação e alcance do território interior. (2013. p. 81).

Ao percorrer historicamente o processo de constituição dessa região, durante o período colonial as terras que viriam a ser ocupadas e exploradas eram conhecidas como Sertão, os sertões da Bahia eram as terras distantes do litoral. À medida que as atividades econômicas foram sendo interiorizadas os espaços ocupados estavam diretamente relacionados à principal bacia hidrográfica da região: a do Rio São Francisco. Assim, no sertão baiano, as terras que estavam à margem esquerda desse rio foram denominadas Além-São Francisco.

Martins, aponta a existência de dois tipos de frentes no processo de apropriação capitalista das fronteiras (Figura 4): “a frente pioneira e a frente de expansão”. Enquanto a pioneira “[...] exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”, a de expansão, é a ocupação inicial de um espaço visto como vazio demográfico (MARTINS, 1975, p. 44).

Figura 4 – Frentes da fronteira econômica



Fonte: Martins (1975).

Elaboração: O Autor (2021).

A Região litorânea da Bahia, que se integrou à dinâmica econômica nacional por alguns fatores, dentre eles, a localização geográfica e a presença

dos solos de massapê, que foram aproveitados para a produção de cana-de-açúcar, principal ciclo econômico do período. Por isso, a comparação entre as realidades socioeconômicas da faixa leste e oeste da Bahia, durante o período colonial revela contrastes econômicos, demográficos, sociais e culturais. Essa realidade, sugere que enquanto o litoral vivenciava a expansão da frente pioneira, o sertão baiano se enquadrava como frente de expansão.

O Oeste Baiano, é apontado por Brandão (2009), entre 1501 e 1827, como um território indiferenciado dos Sertões onde a dinâmica era diretamente influenciada pela natureza no desenrolar da vida nos poucos espaços habitados da região. Sendo caracterizado como um meio natural visto que “era utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação”. (SANTOS, 2002, p. 235).

A denominação sertão foi amplamente utilizada na literatura em referência às terras do interior da colônia, supondo que eram áreas desocupadas sem conexão com o dinamismo econômico do litoral. Os sertões seriam terras que ainda precisavam ser colonizadas. Portanto, a denominação sertão colocava espaços com características distintas como se fossem homogêneos. Na realidade, a denominação não evidencia a diversidade das formas de ocupação, nem as especificidades locais. Essa generalização colocou as fazendas de criação de gado do Nordeste, as regiões de garimpo no Centro-Oeste, as áreas de extrativismo do Norte como espaços uniformes e que ainda seriam efetivamente colonizados.

Moraes (2002) aponta que chamar um lugar de “sertão” ou de “vazio”, é uma maneira de qualificar e valorizar o espaço. Tal qualificação é dada de acordo com os interesses econômicos do modelo colonial hegemônico. Ao apontar o Oeste Baiano como um vazio passível de colonização, considera-se que o lugar precisa ser ocupado de acordo com o modelo capitalista, sobretudo, por sujeitos que atuem para que a produção na terra atenda aos interesses do capital.

Na verdade, o Sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais que acaba por atuar como um qualitativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade

da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes nesse processo. (MORAES, 2002, p. 02).

Na denominação hegemônica, os sertões da Bahia, portanto, durante esse tempo perpetuaram “processos econômicos, sociais e políticos que não foram capazes de produzir transformações significativas ao ponto de gerar um novo quadro na formação do território [...]”. (BRANDÃO, 2009, p. 49).

Assim, enquanto a produção agrícola do litoral baiano gerava renda e incrementava a economia, atraía pessoas e apresentava acelerado crescimento urbano, o Oeste se mostrava com baixo nível de desenvolvimento econômico, fluxos populacionais menos intensos e um baixo grau de integração à economia nacional. As condições naturais dessa região eram muito diferentes das que, até esse momento, eram utilizadas para a produção agrícola, e assim, eram preteridas para a produção voltada à exportação. De maneira geral, o atual Oeste baiano, não dispunha de praticamente nenhuma infraestrutura para que houvesse a integração efetiva com a estrutura econômica nacional.

Contudo, é salutar reconhecer a importância dos habitantes que se estabeleceram e desenvolveram um modo de vida próprio ao lugar: bioma Cerrado. Mesmo antes da chegada de colonizadores, as condições naturais foram aproveitadas por grupos humanos que se estabeleceram na região. Após a invasão portuguesa, os que fugiam da violência colonial (indígenas e negros) também ocuparam a região. Esses indivíduos, estabeleceram outras relações com a natureza, distintas das práticas do litoral. Assim como aponta Barbosa e Araújo:

Os cerrados exerceram um papel fundamental na vida das populações pré-históricas que iniciaram o povoamento das áreas interiores do continente sul-americano. Na região dos cerrados, essas populações desenvolveram importantes processos culturais que moldaram estilos de sociedades bem definidas, em que a economia de caça e coleta imprimiu modelos de organização espacial e social com características peculiares. Os processos culturais indígenas que se seguiram a este modelo trouxeram pouca modificação à fisionomia sócio-cultural e, embora ocorresse o advento da agricultura incipiente exercida nas manchas de solo de boa fertilidade natural existente no domínio dos cerrados, a caça e a coleta, principalmente a vegetal, ainda constituíam fatores decisivos na economia dessas sociedades. (1995, p. 160).

Os povoamentos surgiram ao longo dos leitos dos rios e o modo de vida era baseado na atividade pecuária extensiva associado ao desenvolvimento da agricultura de autoconsumo e de práticas extrativistas locais. A relação entre sociedade e natureza era simbiótica, e os caminhos e atividades dessa sociedade contrastavam com a densidade das redes e fluxos do litoral. À medida que os sertões foram sendo incorporados à lógica de produção colonial essas populações foram sendo expropriadas.

É importante ressaltar, que tais povoamentos são consequências diretas da violência colonial, que sempre enfrentou resistência. Os povos indígenas, quilombolas, outros povos tradicionais e sertanejos protagonizaram revoltas em várias partes do país e se assentavam em áreas distantes da estrutura colonial. A Lei de Terras de 1850 foi a primeira lei que tratou sobre aquisição de terras no Brasil e determinava que só era possível adquirir a partir da compra e venda, ou pelas sesmarias cedidas no passado. Tais mecanismos, portanto, provocaram a fuga de muitos povos indígenas e negros escravizados que fugiam principalmente das áreas de mineração e pecuária encontrando refúgio em regiões de difícil acesso para os colonizadores.

Portanto, a população se formou a partir da miscigenação entre os diferentes povos presentes no Brasil, essas pessoas provocaram a ocupação do Além-São Francisco e segundo Andrade (2013 p.93), foram capazes de gerar uma dinâmica econômica própria, onde as pessoas que habitavam em sua maioria eram “lavradores de mandioca, cana, fumo, milho, arroz, feijão, algodão, mineradores, criadores de gado”. Ainda, aponta a “existência de um comércio regular em unidades construídas ou feiras livres [...]”. Brandão complementa que:

A atividade pecuária extensiva, a pequena agricultura, o trânsito de minérios e o comércio tímido, porém importante para as populações locais, foram os responsáveis principais pela existência de esparsos assentamentos humanos e caminhos que funcionavam como alternativa à navegação, não sendo capazes, porém, de fundar uma vigorosa articulação reticular, como ocorrera no Recôncavo Baiano já no início da colonização portuguesa, o que pesou na manutenção de um quadro da realidade oestina que só viria sofrer transformações significativas no findar do primeiro terço do século XIX. (2009, p. 55).

Andrade (2003, p. 61), aponta que os objetivos dos portugueses com interiorização da colonização consistiam na busca por pedras preciosas e

“procurar indígenas para escravizá-los, de vez que, instalada a atividade agrícola [a cana-de-açúcar], logo perceberam que a mão-de-obra era escassa.” As expedições foram além e cumpriram outros papéis, por exemplo, o estabelecimento de currais e pastagens para a criação de gado, destruição de territórios construídos pelos negros livres (quilombos), além de explorar as drogas do sertão. No interior da Bahia, os bandeirantes caçavam e prendiam as pessoas estabelecidas no sertão (principalmente indígenas e negros). A ação de bandeirantes³ e vaqueiros, no Oeste da Bahia, provocou a expansão de áreas de pastagens e por consequência a maior entrada do colonizador, em detrimento da população inicial que foi reduzida.

Até esse momento histórico, a ocupação da região havia se dado “[...] de forma linear mais do que areal, já que o povoamento e as atividades econômicas obedeciam aos caminhos fluviais e terrestres que eram abertos.” (BRANDÃO, 2009, p. 54). Nesse sentido, a rede hidrográfica foi determinante nesse processo, visto que, o Rio São Francisco e seus afluentes concentravam as principais áreas habitadas.

Assim, o bandeirantismo deu o primeiro impulso à ocupação colonial da região a partir do séc. XVII com a expansão de criação extensiva de gado – ciclo econômico paralelo e complementar ao da cana-de-açúcar. Os grupos de vaqueiros e seus ajudantes - tropeiros – cruzavam junto aos seus rebanhos as áreas do sertão, e com isso provocaram o aumento no número de habitantes e de povoados, principalmente próximos aos leitos dos rios.

Tais povoados funcionavam como ponto de apoio à esta atividade e passaram a fornecer gêneros agrícolas para alimentar os que trabalhavam com o gado e atender aos viajantes que passavam pela região. Contudo, não podemos afirmar que “[...] o crescimento dos criatórios no século XVII e o consequente adensamento populacional ao longo das vias de comunicação trouxesse consigo a ocupação generalizada da região.” (DANTAS, p.13).

No século XVIII, a busca pelo ouro aumenta a intensidade de fluxos em direção ao interior da colônia. Os povoados do Além-São Francisco tornam-se entrepostos comerciais e integram a articulação entre principais estados

³ Bandeirantes foram os exploradores do sertão no período colonial. A partir do século XVI, em busca de riquezas minerais (ouro e a prata), indígenas para escravização e extermínio de quilombos. Partiam do litoral em direção ao interior da colônia.

mineradores - Minas Gerais e Goiás - com a faixa litorânea, núcleo da economia colonial.

No Século XIX a região passa a ser um importante entreposto comercial, que além de ligar a capital ao interior fazia a conexão entre Salvador e os sertões de Goiás por vias fluviais, principalmente pelo Rio São Francisco e seus afluentes. A partir desse processo histórico, Oliveira destaca que:

Até o início do século XX, a porção mais ocidental da Bahia poderia ser considerada como um imenso *fundo territorial*, conforme perspectiva apontada por Moraes (2005), devido ao histórico de ocupação. Também denominado de *sertões*, este recorte representou para Estado, durante um longo período da formação territorial, apenas uma área de reserva, cujos investimentos não se consolidaram economicamente até aquele contexto. A ideia de sertão estaria atrelada à valorização que foi dada e aos interesses numa ocupação futura, explicitando o modo de atuação do Estado desde a colonização. (OLIVEIRA, 2014, p.45).

O processo de ocupação e desenvolvimento de atividades econômicas, até esse momento, havia se dado organicamente, sob o rigor do tempo da natureza. No século XX, principalmente a partir da década de 1970⁴ a modernização da agricultura induz o desenvolvimento econômico, que por sua vez, desencadeia a reorganização territorial.

O Oeste Baiano foi sendo atrelado fortemente à lógica capitalista e as alterações relacionadas aos movimentos populacionais (intensificação de fluxos migratórios) assim como o incremento da economia são evidentes. A partir desse momento, ocorre o direcionamento de investimentos públicos na área de infraestrutura, visto que as políticas do governo federal objetivavam a integração do território.

No contexto de expansão da fronteira agrícola, a região passa a atrair investimentos ancorados na modernização da agricultura. Junto a isso, os incentivos fiscais e as terras mais baratas atraíram fluxos econômicos e populacionais para essa região, a topografia plana e a rica rede hidrográfica

⁴ A inserção do Oeste Baiano no circuito agrário exportador, segundo Stedile, marca o fim do 4º período da questão agrária no Brasil, caracterizada pelo “modelo de industrialização dependente, na conceituação dada por Florestan Fernandes, conceito esse derivado do fato de a industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural, origem das novas elites dominantes.” (2012, p. 30).

foram alguns dos fatores que fundamentaram essa transformação. Frederico e Bühler apontam que:

O Oeste da Bahia se constitui como uma das regiões mais recentes de expansão da fronteira agrícola moderna, isto é, da implantação de uma agricultura intensiva em capital, ciência e tecnologia, praticada em grandes propriedades, em substituição à vegetação original de Cerrado e/ou às práticas agropastoris e de coleta perpetradas por pequenos produtores camponeses. (2015, p. 207-208).

O que antes era um fundo territorial, a partir de 1970, passa a integrar uma das mais importantes frentes da territorialização do capital. Essas ações associadas aos investimentos públicos vêm provocando profundas alterações em vários aspectos. Os estímulos financeiros e fiscais provocaram a reformulação de atividades produtivas, principalmente no espaço agrário.

De maneira geral, a partir desse momento histórico, o direcionamento orquestrado pelo Estado, a partir dos programas e estímulos, contribuiu decisivamente para a expansão agrícola moderna no território brasileiro.

Com a difusão do meio técnico-científico-informacional, a expansão da agricultura moderna no campo brasileiro torna-se um dos motores na formação socioespacial, com consequências nos espaços rurais e urbanos, visto que passa a reproduzir uma “totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas” (SANTOS, 1977. p. 91).

Foram elaboradas estratégias que possibilitaram a difusão da produção, que garantiram a reprodução do capital em várias partes do território. As elaboradas pelo Estado brasileiro foram fundamentais para esse direcionamento.

Naquela época, os objetivos desenvolvimentistas eram baseados em “desbravar” o interior do país, como se este fosse um espaço vazio de gentes, culturas e produção agrícola. Desconsiderava-se, portanto, que os povos nativos e tradicionais, especialmente da Região Oeste da Bahia, detêm um amplo e profundo conhecimento dos ciclos biogeológicos daqueles espaços. (FIOCRUZ, 2021).

A partir dos incentivos, grandes transformações podem ser percebidas na dinâmica econômica do Oeste Baiano, visto que centenas de produtores e empresas rurais nacionais e internacionais se instalaram nesses territórios em busca de vantagens comparativas, principalmente pelo valor das terras, muitas

vezes com documentação incerta, onde a brandura do Estado foi determinante para a territorialização da agricultura moderna.

Desse modo, a região foi incorporada à lógica de produção capitalista e passa a se apresentar como um espaço de conflitos. A sobreposição de tempos históricos e processos sociais distintos acabam reproduzindo, de certa forma, o padrão colonial de desigualdade, principalmente por meio das ações de dominação e reprodução do capital que recorrentemente utiliza da violência para a subordinação dos indivíduos que são atores históricos deste espaço. A incorporação consiste na disseminação do modo de produção capitalista, e nesse sentido:

O modo de produção expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente. O velho é o modo de produção anterior, mais ou menos penetrado pelas formas sociais e pelas técnicas que correspondem ao modo de produção novo, mas sempre comandado pelo modo de produção novo. (SANTOS, 1997, p. 87).

Com isso, temas relacionados à questão agrária, ao território e modos de produção, são fundamentais para compreender a formação socioespacial. No modelo capitalista, as estratégias de apropriação do espaço provocam alterações nas formas de uso e ocupação da terra e isso se dá a partir dos movimentos de atores territoriais.

Os atores hegemônicos são fundamentais para garantir os meios que asseguram e incentivam a manutenção da propriedade privada por meio de estratégias que asseveram a manutenção e expansão dos latifúndios, perpetuando a concentração fundiária e intensificando os conflitos no campo.

A região atualmente é caracterizada pela imensa desigualdade social. Enquanto os lucros são concentrados nas mãos de poucos, os prejuízos da degradação ambiental são socializados. As comunidades tradicionais (re)existem e se articulam frente à expansão capitalista.

Saramago (2002) em seu discurso no Fórum Mundial Econômico, narra a história de um camponês em Florença, que denuncia a morte da justiça ao tocar o sino da Igreja, até então usado para outros fins (missas, falecimentos, datas comemorativas). Essa alusão, proferida nos anos iniciais do século XXI, infere que a justiça é um sujeito morto da modernização territorial, ou seja, o

viés econômico quem controla e, por isso, na realidade a justiça não cumpre a sua verdadeira função. Em Florença, antes de declarar a morte da mesma, o camponês recorreu à justiça contra o avanço de terras de um senhor rico sobre as suas, mas de nada adiantou. E no Oeste Baiano, que sino tocar?

Nesse cenário, o conceito de justiça vem sendo engolido pela modernização do território, visto que, o poder econômico organiza como quer o espaço e isso se mostra principalmente através da destruição do Cerrado e das violações aos direitos humanos. No Brasil, a recente democracia não consegue trazer justiça devido ao poder econômico, que articula o que é necessário para a manutenção desse sistema e ainda sufoca os que resistem.

1.3 Os atores territoriais no Oeste Baiano

Raffestin (1993, p. 40-41) evidencia que em uma relação existem duas categorias de atores, os sintagmáticos e os paradigmáticos. As organizações como a família, os partidos políticos e as igrejas são exemplos de atores sintagmáticos, com destaque para o Estado e as empresas. Esses atores agem articuladamente para atingir seus objetivos, criando projetos e articulando as ações do processo.

Já os atores paradigmáticos (público, contribuinte, habitante, residente, produtor, consumidor, eleitor, fiel, massa etc.) são os conjuntos de seres humanos que são classificados e divididos pelos atores sintagmáticos de acordo com a sua função no processo, por estes determinados.

A principal característica do ator sintagmático é a sua hegemonia nas relações de poder, sendo os responsáveis pela determinação das ações dos atores paradigmáticos, ainda que os interesses sejam divergentes.

Embora pareçam mais evidentes os atores hegemônicos, o campo é composto por uma gama de trabalhadores e camponeses organizados em movimentos sociais, autônomos além de comunidades tradicionais que não são considerados efetivamente no modelo hegemônico. Como afirma Mendonça (2004):

O discurso hegemônico do capital é reafirmado quando se negam as heranças espaciais e os conflitos decorrentes. A Modernização da Agricultura acelerou a mudança na base técnica e aparece como "sujeito" que transforma os espaços pouco produtivos, e sem

funcionalidades definidas no circuito produtivo, em "celeiros agrícolas". Não aponta as alterações nas relações sociais de trabalho, tampouco, ação política dos Camponeses desterritorializados e dos trabalhadores da terra. É como se esses sujeitos sociais não existissem, e a produção do espaço, assim como a construção dos territórios, tivessem sido iniciadas com a modernização da agricultura. (2004, p. 198).

A produção do espaço agrário se dá com a participação de atores que ao constituírem as suas histórias, buscam a manutenção de suas condições de existência. A violência desse processo é crescente. No Cerrado, novamente, qual sino tocar? As (Re)Existências embalam esse sino, e desde antes da colonização efetiva, já havia enfrentamento, assim como aponta Barreto:

Quando os colonizadores chegaram à região à procura do ouro e para estabelecer a criação de gado, e bem depois no período de 1850, os povos originados da miscigenação, aqueles que não se submeteram a escravidão, como pontuado anteriormente, foram se espalhando com mais intensidade pelas barrancas dos rios, Rio Arrojado, Rio Correntina, Rio do Meio, Santo Antônio, Formoso, Corrente e outras áreas distantes, locais ermos, formando assim as diversas comunidades tradicionais, comunidades camponesas existente neste território. Antes da Chegada dos portugueses a região hoje denominada de Município de Correntina era ocupada por diversos povos originários, que fizeram enfrentamento aos colonizadores. (2012. p. 6).

Dessa maneira, no Oeste baiano os atores socioterritoriais⁵ envolvidos, são representados por instituições, sujeitos, organizações que participam ativamente do processo. Podem ser organizados de acordo com o Quadro 1 e nas próximas subseções iremos discutir suas representações e principais ações.

Quadro 01 – Principais atores da produção do espaço agrário no Oeste Baiano

| ATORES | REPRESENTAÇÕES | PRINCIPAIS AÇÕES |
|---------------|---|--|
| ESTADO | GOVERNOS: - FEDERAL - ESTADUAL - MUNICIPAL | CRIAÇÃO E APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS |

⁵ Segundo Fernandes: Pode-se fazer uma leitura mais ampla a partir do conceito de movimento socioterritorial, mas está sempre será uma leitura parcial, porque a totalidade da realidade é um processo coletivo que só pode ser compreendida no movimento de todos. (2005, p. 33).

| | | |
|------------------------|--|---|
| CAPITAL | EMPRESAS RURAIS, BANCOS E INDÚSTRIAS | MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL INTERNACIONAL E NACIONAL |
| POVOS GERAIZEIROS | COMUNIDADES TRADICIONAIS E ASSOCIAÇÕES | (RE)EXISTÊNCIAS |
| TRABALHADORES DO CAMPO | SINDICATOS RURAIS E ASSOCIAÇÕES | CONDUZEM O PROCESSO PRODUTIVO NA CIDADE E NO CAMPO, OPERANDO MÁQUINAS |

Elaboração: O autor (2021).

1.3.1 Atores Hegemônicos: Estado e Capital

Machado (2000) *apud* Calaça e Inocêncio (2010, p. 275) apontam que o Estado é uma instituição político-social, organizada que possui território definido controlado por uma Constituição escrita e administrada por um governo, que possui soberania ratificada nacional e internacionalmente. É a partir da consolidação do Estado que ocorre um “corte tipológico entre as sociedades ditas ‘primitivas’ e as ‘civilizadas’, pela transformação do tempo mítico em secular, definindo-se nesse momento como categoria histórica”.

O poder estatal demonstrado por meio das políticas públicas brasileiras ao longo tempo, evidencia a articulação com o capital nacional e internacional. Essa articulação implica na formação socioespacial altamente concentradora (de renda, de terra) e extremamente violenta, com ênfase nos quase quatro séculos de escravidão.

Hoje, o que se vê é um acordo entre grupos restritos que concentram grande poder econômico, social e político. Direcionando a análise para as áreas de Cerrado fica evidente que o Estado é protagonista da expansão da fronteira econômica do capital. Nesse sentido, Calaça e Inocêncio apontam que:

No Brasil, as ações estatais direcionadas ao Cerrado teve início ainda durante o período imperial, com a missão Cruels, mas foi fortalecida no governo de Getúlio, com a Marcha para o Oeste, e no decorrer dos

governos militares (1964 – 1982), quando foi incorporado ao jogo político/estratégico do capital. (2010, p. 274).

Assim, para que houvesse o *boom* da modernização, as políticas de incentivo ao aumento da produção agropecuária no Brasil foram essenciais, especialmente em áreas do Cerrado. Nas áreas desse bioma no oeste baiano, esse movimento foi criado e incentivado pelas políticas públicas nacionais e estaduais. O posicionamento do Estado é um marco para o surgimento e intensificação de conflitos, por isso o seu papel é emblemático.

As políticas agrícolas surgiram no contexto da implantação do regime militar no Brasil com o objetivo de articular a expansão agrícola e o complexo agro-industrial, atendendo às necessidades de abastecimento interno e às exportações. Abriu-se um novo espaço para a intervenção do Estado, de forma ainda mais massiva que nos anos anteriores. (INOCÊNCIO, 2002, p.26).

As políticas, projetos e programas patrocinados pelo Estado provocaram a efetivação da expansão dos interesses do capital para “novos” espaços. O reordenamento territorial é concebido pela rédea – ainda que solta – do Estado, e isso se evidencia com os programas e projetos dirigidos à área de estudo.

O primeiro projeto brasileiro que fomentou a produção agrícola foi lançado em 1972 - Programa de Crédito Integrado (PCI) – que envolvia recursos do Banco Mundial para o desenvolvimento de 300.000 ha em Minas Gerais. Em 1973 surge Programa de Assentamento Dirigido do Alto do Paranaíba (PADAP) direcionado para as áreas de Cerrado do Alto Paranaíba. Tais programas foram fundamentais para a elaboração e aplicação de novos projetos, mais ambiciosos e direcionados para áreas de Cerrado, destacando o POLOCENTRO, criado em 1975 e o PRODECER, idealizado a partir de 1974.

O POLOCENTRO surge no contexto do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) com objetivo de incorporar 3,7 milhões de hectares da região do Cerrado entre 1975 e 1979. Superando as expectativas, o projeto incorporou entre 1975-1980, 8,2 milhões de hectares, onde 70% se destinaram às pastagens e 23% para lavouras.

Notadamente, esse programa estimulou a concentração fundiária, principalmente por meio da grilagem, além de provocar a gênese da destruição de áreas do Cerrado brasileiro, dado o aumento dos índices de desmatamento

nas décadas seguintes. Já o PRODECER, segundo Oliveira, Ferreira e Garvey, foi:

[...] idealizado a partir de 1974 pelos governos do Brasil e do Japão no âmbito do II PND e pode ser considerado o principal programa viabilizador da incorporação produtiva do Cerrado pelo capital nacional e estrangeiro por meio do forte subsídio estatal. (2018, p. 83)

Este programa foi fundamental para o desenvolvimento da fronteira agrícola na região do Cerrado; contribuiu com o aumento da oferta internacional de alimentos e para o desenvolvimento de estratégias próprias para a incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial (INOCÊNCIO, 2016).

Tais projetos e seus desdobramentos foram o combustível necessário para a territorialização do agronegócio no Cerrado brasileiro, provocando modificações no modelo produtivo, com a aplicação de inovações tecnológicas, mas principalmente acarretando profundas alterações nas formas de apropriação, construção e uso do território, que é direcionado para o aumento na produtividade e nos rendimentos, garantindo assim, a reprodução do capital.

Para Moraes (2005, p. 59) o Estado é um dos principais responsáveis pela produção do espaço, por meio de suas políticas territoriais. Ele é o dotador dos equipamentos e das infraestruturas, “o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais.”

O Oeste da Bahia passou a apresentar o contraste entre as grandes produções monoculturas e as atividades agrícolas e extrativas que até então dominavam a região. Isso se observa sobretudo, entre as décadas de 1970 e 1980, quando a região se consolida como uma nova fronteira agrícola do agronegócio com a expansão da produção de *commodities*.

Contudo, o processo teve início na década de 1940, a partir do estabelecimento das primeiras bases estatais, instaladas na cidade de Barreiras, que hoje é um centro regional. As primeiras obras, segundo Santos Filho & Rios Filho, foram:

A construção do aeroporto internacional de Barreiras, durante o período de 1942-1949, este fato evidencia o objetivo de inserir a região aos interesses do capital estrangeiro; em 1943 foi instalada a primeira agência do Banco do Brasil e em 1957 foi implantado o Instituto de Fomento Econômico, pelo Ministério da Agricultura

Pecuária e Abastecimento (MAPA) com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico. (2008, p. 3).

Os investimentos estatais, sobretudo os federais, tinham como objetivo a inserção da região no circuito produtivo brasileiro a partir de obras que melhorassem a infraestrutura. Dentre essas obras, a construção da usina hidrelétrica de Correntina é um exemplo. Com isso, a partir dessas melhorias na infraestrutura, o Oeste Baiano se torna cada vez mais atrativo para os investimentos de capitais nacionais e internacionais.

Para além dos programas de estímulos nacionais, o desenvolvimento de pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) possibilitou a correção da acidez do solo a partir da adubação química, por exemplo. Assim, foi possível o cultivo de novas culturas na região.

O período desenvolvimentista, por exemplo, marcado pela construção de Brasília, influenciou na reorganização da região, principalmente a partir da chegada de migrantes. A criação de rodovias federais para interligar a capital e integrar o território brasileiro, foi fundamental para a intensificação dos fluxos populacionais, sobretudo com a chegada de sulistas. Santos Filho & Rios Filho (2008, p. 4) apontam que as construções das “[...] BR 135 (Brasília – Barreiras – Piauí), BR 020 (Brasília–Barreiras) e a BR 242 (Barreiras– Salvador)” interferiram diretamente na dinâmica espacial, ao integrar à região à capital federal e aos principais centros consumidores, bem como as áreas estratégicas para a exportação.

A dinâmica de atuação do Estado, na esfera federal e estadual inseriram a região Oeste da Bahia na lógica de modernização da agricultura e partir dessa lógica de produção do território, a região de fronteira dos estados da Bahia, Maranhão, Tocantins e Piauí que apresentam características atrativas para o agronegócio (topografia plana que favorece a mecanização e recursos hídricos em abundância para a irrigação) tornou-se de extremo interesse para o agronegócio que objetiva a produção em larga escala. O Oeste Baiano, insere-se nesse contexto.

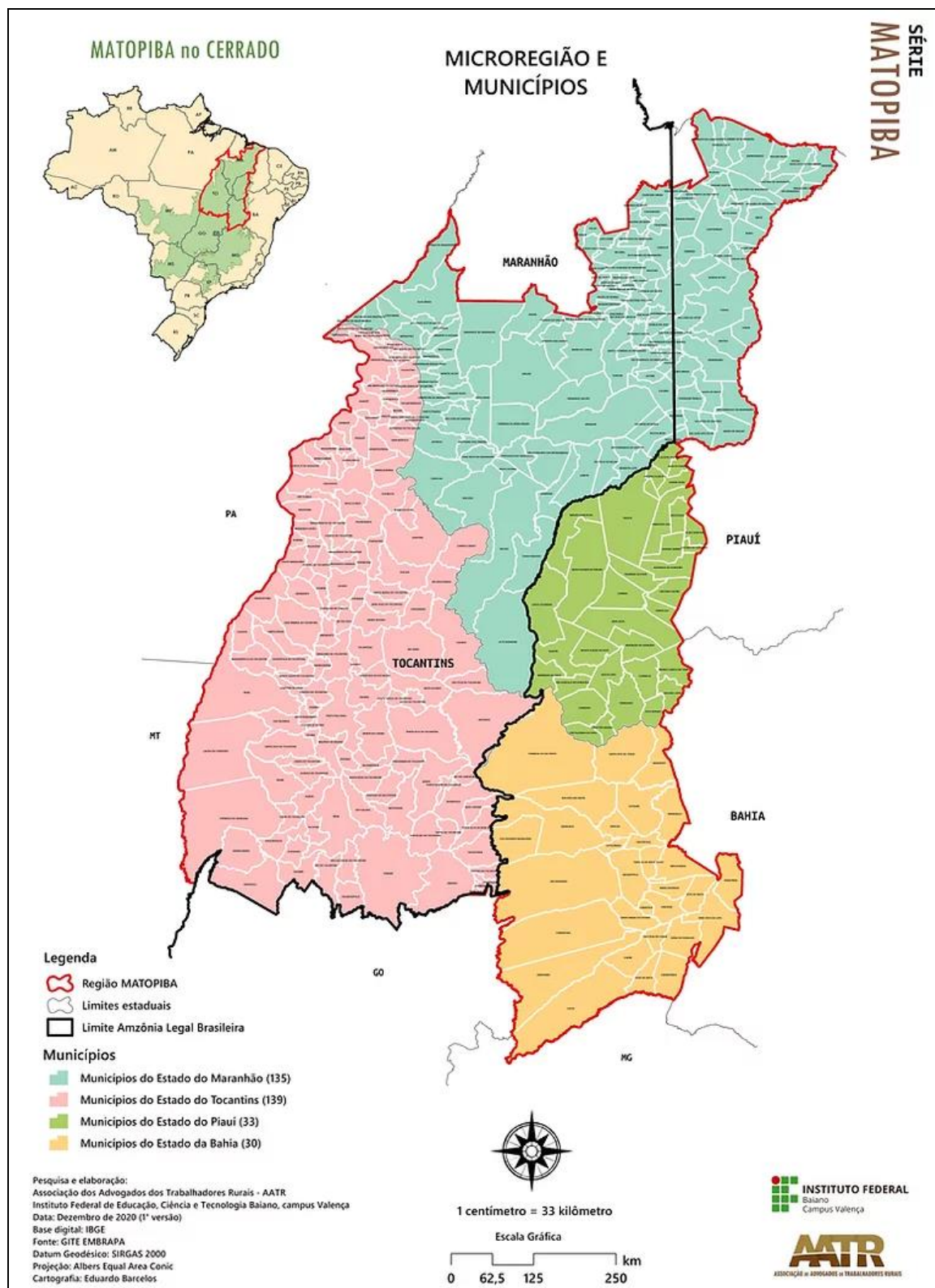
Durante o governo Dilma Rousseff, com a nomeação de Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, a delimitação oficial do MATOPIBA (Figura 05) ganhou força, visto que, a então senadora ruralista é uma das maiores entusiastas desse projeto. Assim, a partir do Decreto Federal

nº 8.447 de maio de 2015 a região passa a ser considerada uma das melhores possibilidades para o enfrentamento da crise econômica, mas também, alvo de debates, estudos e denúncias.

Mesmo antes da publicação deste decreto, o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Embrapa já trabalhava na elaboração de um acervo sobre a região. Em maio de 2014 foi publicada uma nota técnica em que os autores apresentam a proposta de delimitação. De acordo com esta nota:

A definição resultante e proposta para a área do MATOPIBA corresponde aos limites de 31 microrregiões geográficas do IBGE, cujas fronteiras cartográficas são bastante estáveis ao longo do tempo quando comparadas às dos municípios. Elas reúnem 337 municípios e representam de cerca de 73 milhões de hectares. Elas englobam cerca de 324.326 estabelecimentos agrícolas que ocupam uma área de 33.929.100 ha, além de 46 unidades de conservação (8.334.679 ha), 35 terras indígenas (4.157.189 ha) e 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas (3.033.085 ha) num total de 13.967.920 ha de áreas legalmente atribuídas, excluídas as sobreposições. (EMBRAPA, 2014, p.10).

Figura 5 – MATOPIBA: microrregiões e municípios (2020)



Fonte: AATR (2020).

Ainda que o projeto do MATOPIBA não tenha avançado no governo Temer e o decreto tenha sido revogado por Jair Bolsonaro em 2020, os grupos que representam o capital ainda são os principais precursores da delimitação oficial da região e atuam fortemente contra os que criticam e apontam os impactos negativos (sociais e ambientais) inerentes ao modelo proposto.

Sendo assim, mesmo que sem avançar institucionalmente, é precipitado dizer que não existam consequências práticas da ênfase do projeto, pois, o que se vê, a partir de estratégias violentas, é que a concentração de terra/renda permanece em expansão. Isso se deve aos financiamentos públicos articulados com a atuação do capital nacional e internacional.

As ações do Estado contribuíram para a territorialização de empresas do agronegócio, principalmente as produtoras de soja, milho e algodão, culturas que foram induzidas com a utilização de insumos modernos e mecanização. Como resultado, alguns municípios do Oeste Baiano se destacam nos rendimentos ligados à comercialização de *commodities* (Tabela 1).

Tabela 1 – Principais municípios exportadores e valor exportado em 2015

| UF | Municípios | U\$S FOB |
|-------|------------------------|-------------|
| Bahia | Luís Eduardo Magalhães | 848.502.500 |
| | Barreiras | 287.648.691 |
| | Correntina | 165.443.912 |

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2017.

Elaboração: O autor (2021).

Portanto, esses números são resultados dos investimentos estatais em pesquisa e produção, associadas aos fatores naturais atrativos (relevo, clima e hidrografia) e provocaram o aumento da produtividade ao passo que intensificaram as ameaças e a expropriação de comunidades tradicionais camponesas, passando a determinar a ocupação do território.

Até os anos de 1970 os amplos gerais (Cerrado) do Oeste Baiano eram predominantemente terras públicas e livres de apropriação privada, as quais eram de uso comum, praticado por camponeses geraizeiros.

A partir das fontes de financiamento e infraestrutura estatal, a região passa a sofrer modificações, e começa o desenvolvimento agroindustrial, a partir da produção, sobretudo de soja. O PRODECER, citado anteriormente foi

determinante para a territorialização de empreendimentos capitalistas no Oeste Baiano.

A partir desse programa, o que se percebe inicialmente é a intensificação dos fluxos populacionais, com a chegada e saída de migrantes (Tabela 2). Dentre esses imigrantes, estão os fazendeiros, mas também outros indivíduos que não necessariamente trabalhavam em atividades relacionadas a agricultura.

Alguns fatores explicam a chegada dessas pessoas: a) terras mais caras no Sul e Sudeste brasileiro; b) terras devolutas comercializadas a baixos preços na região Oeste da Bahia; c) as características naturais favoráveis ao agronegócio; d) investimentos estatais que visavam a integração da região ao circuito econômico.

Estes fatores, foram fundamentais para a chegada de migrantes sulistas na região. Inicialmente, Barreiras foi o território em que esse fluxo foi mais intenso, com consequências territoriais para o município.

Dentre as consequências territoriais, tem-se o surgimento de municípios e aglomerados urbanos, podemos citar três casos: a) “Posto Mimoso do Oeste”; b) Jaborandi; e o do c) Distrito do Rosário. O primeiro, refere-se ao atual município de Luís Eduardo Magalhães, que antes era distrito de Barreiras e se emancipou em 2000. Mesmo antes da emancipação a área urbana do até então distrito, já possuía infraestrutura (comércio e agências bancárias) e função econômica. Cerca de 10 mil habitantes, e era uma das principais áreas de expansão do agronegócio, [...] “recebendo infraestruturas de cunho científico e tecnológico e redes de aparatos técnicos, voltados para a agricultura mecanizada[...]”, necessárias para a reprodução do capital. (MAGALHÃES; CAMPOS; COVIZZI, 2017, p. 8).

Os casos b e c referem-se ao município de Correntina, que também perdeu território com a emancipação de Jaborandi em 1985⁶, e mais recentemente, a partir da investida capitalista que busca a emancipação do Distrito do Rosário.

⁶ O município de Jaborandi foi emancipado conforme Lei Estadual nº 4.438, de 09 de maio de 1985, no entanto, só foi instalado um ano depois, em 12 de maio de 1986. (BAHIA, 1985).

O aumento da demanda internacional por grãos transforma a produção de soja em carro chefe da economia baiana, e se torna a indutora da modernização da agricultura no Oeste baiano. O crescimento dessa produção integra a região à economia brasileira, mas não só, abre espaço para a inserção dela no mercado internacional. Os efeitos são evidentes a partir do desenvolvimento dos setores de apoio à produção de grãos: “como a produção de calcário, armazenagem, serviços de assistência técnica, comércio de insumos, etc...” (SALES, 2001, p. 22).

Evidentemente, a instauração dos projetos estatais direcionou a expansão da fronteira agrícola e isso é percebido pela crescente área ocupada por grandes empreendimentos. Atualmente, o capital escolhe as regiões e o Estado legitima. Com isso, ocorre a transformação da posse exercida por comunidades tradicionais em propriedades capitalistas, contribuindo para a intensificação de conflitos, visto que, a expansão desse tipo de propriedade na Bahia se materializa em sobreposição ao modo próprio das populações geraizeiras que ocupam historicamente essa região.

Nesse sentido, na seção seguinte situaremos o contexto de surgimento dos povos geraizeiros e sua relevância na formação socioespacial, destacando as que são protagonistas no contexto do Oeste baiano.

1.3.2 Povos Geraizeiros

O espaço agrário brasileiro é bastante diverso e plural, mais do que nos fazem crer. A aglutinação realizada na designação de comunidades tradicionais acaba por invisibilizar alguns grupos. Com a expansão da fronteira agrícola algumas destas comunidades são ameaçadas, algumas desaparecem antes mesmo de serem conhecidos seus modos de vida e reconhecidas pelo seu importante papel na preservação dos biomas brasileiros.

No período colonial, as ações de grupos hegemônicos transformaram a Mata Atlântica em lavoura de cana-de-açúcar com a utilização de mão de obra escrava, provocando a desterritorialização dos povos originários, e hoje, tentam homogeneizar o Cerrado, com lavouras da agricultura moderna a partir da expropriação camponesa. Com o passar do tempo, a expansão dos interesses

do capital provocou alterações na Divisão Internacional do Trabalho e novos espaços passaram a ser apropriados para a reprodução do capital.

Martins aponta que a “história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (1996, p. 26). Sendo assim, na região Oeste da Bahia essa expansão da fronteira agrícola ocasiona o processo cada vez mais intenso de privatização da terra e isso “tem produzido repercussões devastadoras sobre populações locais.” (BARCELOS; VALADÃO, 2012, p. 145). Ao passo que, as comunidades tradicionais incorporam novas maneiras de se manterem e (re)existirem na terra.

Os primeiros registros humanos em áreas de Cerrado são muito antigos, há cerca de 12 mil anos. Hoje, da totalidade populacional, quase 30 milhões de brasileiros vivem nestas áreas, onde todos dependem direta ou indiretamente da preservação do bioma. Sobretudo, as populações tradicionais como indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco-babaçu, vazanteiros, ribeirinhos, além das de Fundos e Fechos de Pasto, agrupados na denominação: geraizeiros que advém do termo “Gerais”, entendido como sinônimo de Cerrado. Segundo seus moradores históricos, antes não havia referência ao Cerrado, apenas aos Gerais, daí o nome geraizeiros. (CERRATINGA, 2021). Na região Oeste da Bahia, destacam-se as Comunidades Tradicionais de Fecho de Pasto, que ao (re)existirem às investidas capitalistas, garantem a preservação do Cerrado.

As ações hegemônicas foram modificadas no decorrer da história assim como o enfrentamento dos sujeitos paradigmáticos. A partir de 2007, com os desdobramentos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), as comunidades de fecho de pasto foram reconhecidas como tradicionais, assim como outros grupos sociais (quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco etc.). Esses povos e comunidades são os principais interessados em uma nova justiça que seja “distributiva e comutativa que todos os seres humanos possam chegar a reconhecer como intrinsecamente sua, pois será protetora da liberdade e do direito [...]”. (SARAMAGO, 2002).

Os impactos da Revolução Verde incorporaram a defesa de seus territórios como elemento central para a manutenção do modo de vida. Nesse

sentido o modo de vida dessas comunidades converge com a ocupação do Oeste Baiano:

A ocupação das terras da região do Oeste da Bahia ao longo de sua história conformou uma ocupação humana que é um verdadeiro caminho das águas e faz parte da cartografia social forjada na geografia dos homens e mulheres comuns da região. Afinal, não se cria gado ou se planta o que quer que seja em terra sem que se use água. Sendo assim, não separemos terra e água, pois a vida depende diretamente destes dois elementos em relação metabólica. A questão fundiária e a questão hídrica se mostram, assim, uma só questão. A região do Além São Francisco/Oeste da Bahia é disso uma prova eloquente. (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2019, p. 31).

A história das comunidades tradicionais de fecho de pasto faz parte do processo de formação territorial do Brasil que, muitas vezes, são repetidos em livros didáticos como pacíficas e orgânicas e assim permeiam o imaginário de boa parte da sociedade. Contudo, a colonização intrínseca ao eurocentrismo fez com que, sobretudo, povos originários e os negros africanos fossem transformados em objeto de trabalho compulsório tendo suas culturas ancestrais, seus territórios e territorialidades expropriados e inferiorizados.

Ainda que a colonização, utilizando a violência como ferramenta, tenha provocado os maiores genocídios da História, grupos remanescentes sempre buscaram e continuam buscando novas maneiras de não apenas resistir, mas (Re)existir. O surgimento dos quilombos é um exemplo de territorialização para a (Re)existência, visto que, foram perseguidos e combatidos, mas ainda assim, atualmente, são a representação da luta contra a barbárie. Nesse sentido, Caldart *et al.*, apontam que:

Quilombolas ou calhambolas tornaram-se identidades de mulheres e homens negros africanos e afrodescendentes que se insubordinavam em relação à ordem colonial no território Brasil, fugindo das fazendas escravistas ou outras unidades de produção e refugiando-se em áreas de difícil acesso. Nesses locais, constituíam seus novos territórios – os quilombos –, abertos a todos os segmentos oprimidos da sociedade e organizados em permanente estado de defesa e com base nas atividades familiares de produção destinadas preferencialmente à subsistência: agricultura, pesca, caça, coleta e outras formas de extrativismo. (2012, p. 647).

Os que negavam a inferioridade ditada pelo sistema colonial refugiavam-se em terras distantes. O desenrolar da vida desses sujeitos deram origem à sistemas próprios. Ainda que as bases historicamente determinadas compostas

de forças políticas, econômicas, culturais e sociais tenham privilegiado determinados setores da sociedade, os grupos inferiorizados pelo sistema vigente ao refugiarem-se da violência colonial, estabeleceram novas formas cotidianas de uso e apropriação do território, sobretudo no Oeste Baiano.

Originalmente, esses camponeses são donos da força de trabalho e dos meios de produção, visto que dominam por completo o processo de produção na terra. Suas dinâmicas produtivas estão ligadas ao tempo da natureza e respeitam os ciclos naturais, contrastando com o tempo do mercado - ligado a produção de *commodities*. Tal produção garante a sobrevivência de sua família, e ainda que comercializem o excedente estão na periferia do sistema capitalista.

Os agentes sociais (Estado, capital, movimentos socioterritoriais e trabalhadores), portanto, são os responsáveis pela produção do espaço agrário, que por sua vez, é resultado das relações históricas entre esses atores na determinação do uso e valor de troca da terra e da água. Sendo assim, a formação e as transformações percebidas no oeste da Bahia são resultadas da ação e articulação desses atores territoriais.

A narrativa que coloca estes espaços como um vazio populacional e econômico foi utilizada para inviabilizar e dar legitimidade à dominação, exploração e expropriação das populações tradicionais. Contudo, a realidade não condiz a essa narrativa, visto que, como já evidenciado, os povos e comunidades tradicionais ocuparam essa região, no mínimo, desde o século XVII e a literatura evidencia que os povoamentos da região Oeste da Bahia estabeleceram uma dinâmica econômica própria, com produção e circulação de produtos.

Com a modernização da agricultura, a partir de 1970, as famílias se viram obrigadas a “fechar” áreas coletivas para o manejo do gado, surgindo assim os “Fechos de Pasto”. A partir dos anos 2000, com a escalada da produção de *commodities*, as comunidades passaram a lidar com à degradação ambiental e com o fluxo migratório intensificados pela chegada da agroindústria.

No século XXI, essas comunidades (Re)existem e estabelecem novas ações no contexto criado pela modernização do território onde, além da concentração fundiária por meio das novas frentes de grilagem o estresse

hídrico provocado pelas produções capitalistas vem causando o ressecamento de brejos e o rebaixamento de rios que impedem a manutenção dos canais tradicionais de irrigação, que são fundamentais para a manutenção de seus modos de vida. Para Pacheco (2018, p. 128):

O agronegócio no Brasil é um dos principais responsáveis pelos conflitos envolvendo água. É importante explicitar que produtos como soja, café, algodão açúcar e carne bovina, enviam para o exterior, conforme dados do Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA 2018, mais de 112 trilhões de litros de água doce, equivalente a cerca de 45 milhões de piscinas olímpicas. Esses números nos colocam entre os maiores exportadores da chamada água virtual, um conceito que mede a quantidade de água utilizada e absorvida na produção de *commodities* agrícolas voltadas à exportação.

A realidade correntinense é percebida a partir da intensificação de conflitos por água, visto que a captação de acordo com a demanda do agronegócio prejudica a disponibilidade desse recurso para as famílias e comunidades tradicionais. Os impactos sociais provocados à essa parcela da sociedade não são considerados efetivamente, dada as concessões e outorgas que viabilizam a prospecção de águas.

Buscaremos a seguir compreender como as diferentes formas de uso de terra e de água culmina em conflitos no espaço agrário correntinense. Evidenciando os atores territoriais e as estratégias utilizadas para apropriação do território.

CAPÍTULO 2 – A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE CORRENTINA: OS CONFLITOS PELO MODO DE USO DA TERRA/ÁGUA

A agricultura brasileira, ao longo da história, foi direcionada para uma produção de larga escala. A produção de baixa escala foi sendo substituída por uma cada vez mais tecnificada, especializada, industrializada e sobretudo, concentradora com implicações para a saúde humana e para o meio ambiente devido à crescente utilização de insumos químicos (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Carlos (2011 p. 23) defende que o espaço é uma realidade empírica constituída ao longo da história como “condição, meio e produto da reprodução social”. Portanto, é salutar reconhecer a constante reprodução e articulação nas mais diversas escalas e dimensões. Neste capítulo, buscaremos apreender a realidade correntinense a partir de mediações teóricas, com o intuito de entender os processos que se relacionam com a construção espacial na perspectiva do território.

As estruturas fundiárias brasileira e correntinense, apresentam problemas condicionados pelas características da construção histórica da propriedade privada no Brasil. Desde a colonização portuguesa que o roubo de terras a partir da violência é regra no Brasil. As diferentes fases do capitalismo provocaram diferentes formas de ação, contudo, o objetivo segue o mesmo.

Martins (1981), explica que a lógica do capital é de se expandir e dominar gradativamente todos os ramos e setores produtivos. Assim, as relações de produção capitalistas devem ser interpretadas como relações sociais de produção que envolvem atores hegemônicos, como o Estado e os representantes do capital, bem como atores paradigmáticos como as comunidades tradicionais.

A análise aqui pretendida reconhece que as questões hídrica e fundiária compõem a questão agrária, por isso, o conceito do *agrohidronegócio* é salutar, pois foi pensado de acordo com a realidade atual, a partir das análises mais recentes acerca da distribuição dos empreendimentos capitalistas que se mostram ancoradas, sobretudo, às condições hídricas das diversas meso e microrregiões brasileiras.

O município de Correntina, foco do estudo, apresenta profundas transformações no que tange a produção do espaço agrário, mas com implicações também no espaço urbano. Nesse sentido, as mudanças no modo de uso da terra e água são responsáveis pelas alterações percebidas, onde as relações não são isentas de conflitos. O que se percebe, é uma formação socioespacial que se dá a partir da fragmentação dos espaços, que estabelece relações desiguais para atender uma lógica global.

Indiscutivelmente as relações capitalistas, ainda que indiretamente sobrepõem-se a outras relações. A violência dos agentes do capital, associada a anuência planejada do Estado são direcionadas a grupos não hegemônicos.

Por isso, para compreender as transformações ocorridas no espaço agrário correntinense, se faz necessário interpretar a lógica neoliberal imposta pela Revolução Verde, revestida de insumos modernos e apoiados na globalização, que a partir da intensificação nos fluxos fragmentam os espaços e ao mesmo tempo os inserem na lógica de produção global. Ainda, compreender a atuação dos atores territoriais, abordados anteriormente, com seus respectivos impactos na produção do espaço agrário correntinense.

2.1 A questão hídrica/fundiária em Correntina/BA

A “questão agrária” possibilita diversas formas de trabalho e interpretação a depender do foco do estudo da realidade. Nas interpretações política e sociológica, a “questão agrária”, respectivamente, relaciona-se ao estudo dos problemas políticos e sociológicos, que envolvem a concentração fundiária e o desenvolvimento das relações sociais. Historicamente a “questão agrária” ajuda a explicar a evolução da posse da terra e na Geografia, permite compreender o processo em que as sociedades se apropriam da terra, e como ocorre a ocupação do território (STEDILE, 2012).

A acelerada expansão do capitalismo no espaço agrário de Correntina está associada às políticas de reordenamento territorial no campo de nível federal e estadual. Ao analisar a evolução do planejamento econômico no conjunto de políticas públicas implementadas pelo Governo da Bahia percebe-se a consonância com o Governo Federal. Nesse sentido, Spinola (2003, p. 109) aponta que “o planejamento baiano se limitou a potencializar, ao nível

estadual, planos e programas decorrentes de decisões federais.” Na década de 1970 isso se torna ainda mais evidente, assim como aponta Souza:

A década de 1970 simboliza uma nova mudança no padrão de intervenção estatal, pois com a crescente centralização do poder nas mãos do executivo federal sobrava cada vez menos espaço para políticas de planejamento estadual. Assim houve o reconhecimento de que as políticas estaduais estavam subordinadas às diretrizes do Governo Federal. (2008, p. 69).

Portanto, a reorganização do campo Correntinense passa a ser cada vez mais ancorada no tripé: a) Estado; b) capital; c) mercado; que inserem o município no processo da mundialização da produção agropecuária, estruturados em latifúndio monocultores voltados à exportação. O modelo de modernização implantado na agricultura correntinense passa a ser um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo.

O planejamento estadual provocou a divisão do estado da Bahia em regiões econômicas que direcionam os investimentos de acordo com as potencialidades que seriam atrativas para o capital nacional e internacional. Souza (2008, p. 86) aponta que “com tais investimentos o governo passava para a população a ideia de que atuava fortemente no combate à pobreza e às péssimas condições sociais”, sem trazer à tona os incentivos para os representantes do capital. As consequências desse modelo produtivo para a parcela da população rural com menor poder econômico - excluídos desses investimentos estatais – e favoreceram a mecanização do campo.

No capítulo 1, evidenciamos o contexto geral do Oeste Baiano, todavia, diferentes estratégias foram utilizadas nos municípios dessa mesorregião. Os projetos foram implementados, sobretudo a partir da infraestrutura básica que os municípios ofereciam, por isso, Barreiras, que vinha sendo estruturado desde os anos 1940, bem como os municípios do entorno, portanto, eram os mais atrativos.

Assim, a mesorregião foi dividida em dois projetos: o de “reflorestamento” em alguns municípios (Correntina, Cocos, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves), e outros foram direcionados para a produção de soja, como é o caso de Barreiras e São Desidério. As consequências desses projetos se aproximam no modo de operar, sobretudo, no uso de mecanismos

de grilagem, como discutiremos adiante, contudo, se diferenciam pela intensidade das transformações.

Enquanto as lavouras de grãos já eram implementadas na Regional da Bacia do Rio Grande (RBRG), nos municípios da Regional Bacia do Rio Corrente (RBRC) foram inseridas as empresas de reflorestamento. A diferença na implementação condiciona a atual performance produtiva, econômica e social dos municípios do Oeste Baiano.

De acordo com dados fornecidos pelo STR-Correntina, Sobrinho aponta que os incentivos estatais foram fundamentais para a apropriação privada da terra, passaram a atrair empresas de “reflorestamento”, “[...] só para município de Correntina, conforme a lista, foram atraídas 79 empresas do ramo silvicultor, pecuário ou ligado a um desses ramos”. (SOBRINHO, 2012, p. 55).

Em Correntina, os projetos de reflorestamento representam a chegada da frente pioneira (MARTINS, 1975). Podem ser apontados como o marco para o início das transformações percebidas nas paisagens, por meio do desmatamento, rebaixamento e secagem dos rios associados à apropriação de territórios de uso coletivo das comunidades tradicionais.

Ao investigar a efetivação dos empreendimentos de reflorestamento, são notáveis os elementos que “caracterizam a investida privatizante das terras sobre as áreas parcelares camponesas”. A chegada dessas empresas tinha por finalidade a especulação de terras, as atividades praticadas eram apenas para simular o uso e conseguir os financiamentos bancários. (SOBRINHO, 2012, p. 56).

A grilagem é prática comum em toda a região, mas a agressividade das lavouras de grãos, implementadas inicialmente na RBRG, resultaram numa aceleração do desmatamento e da expropriação camponesa. Dada a agressividade e intensidade do processo, atualmente, a maior parte das comunidades tradicionais remanescentes, que ainda disputam território, estão na Bacia do Rio Corrente, sobretudo no município de Correntina, como discutiremos adiante.

Corroborando com as discussões realizadas anteriormente sobre o papel do Estado para o direcionamento produtivo nos moldes capitalistas, Marcos Rogério (Marquinhos), ambientalista e membro de comunidade tradicional (fecho de pasto), durante entrevista explica que o processo de

apropriação capitalista na Bacia do Rio Corrente, se deu por mediação do Estado:

Foi criado na década de 1980 o chamado projeto de reflorestamento do Oeste da Bahia, que consistia na derrubada de toda a vegetação do Cerrado para o plantio do pinho e do eucalipto, transformar o Cerrado do oeste da Bahia em um verdadeiro deserto verde. Não só o oeste da Bahia, mas o norte de Minas Gerais também. E aqui tivemos inúmeros trabalhadores e trabalhadoras que foram assassinados, e um dos casos que foram mais divulgados foi o assassinato do advogado Eugênio Lyra, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Maria da Vitória, que na época vinha denunciando esse processo de desmatamento. Desmatamento que se deu em cima das terras das comunidades tradicionais. Houve violentas reações, mas infelizmente eram só as comunidades contra o Estado, o Estado apoiando justamente os grileiros. E aí eles tomaram conta. E aí veio o desmatamento. E um critério que foi utilizado foi desmatar o Cerrado para produzir justamente o etanol. Como era projeto do Governo Federal, e 60% era fundo perdido, e os outros 40% era para pagar após a venda do eucalipto e do pinho, a maioria das empresas de reflorestamento que chegaram aqui abandonaram o projeto. Até hoje nós encontramos aqui ainda, pinho e eucalipto dos anos 1980 ainda abandonado. Mas nos anos 1990, houve o carro-chefe que foi a chegada da soja aqui na região. Aí já foi muito mais agressivo, mais violento, esse processo de desmatamento. O desmatamento, é bom a gente lembrar, o desmatamento aqui no oeste da Bahia se dá em um dos principais aquíferos do Brasil, o Aquífero Urucuaia. (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2020).

A fala de Marcos, é retificada nas publicações do jornal “A Foice”, fundado em 1979, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina. Esse jornal, concordando com Santos (2020, p.53) se tornou, não só um importante meio para a denúncia contra as grilagens e outras ações de fazendeiros, mas também, para estimular a consciência de classe dos camponeses e o conhecimento de seus direitos, e assim tendo importante papel na formação política desses trabalhadores.

Em uma das edições de 1982, uma publicação denuncia a relação das empresas de reflorestamento com a prática da grilagem:

O ano de 1982 continua, com dificuldades em diversos modos, também com algumas mudanças. Como grandes dificuldades para os posseiros, pequenos proprietários, parceiros, meeiros, e Trabalhadores Assalariados nas Empresas a continuação da Grilagem conforme o mapa de Reflorestamento em Correntina, que mostra claramente todas as terras do município ficará para o PROJETO DE REFLORESTAMENTO, não ficará nem uma palma de terra para o plantio de lavouras: milho, feijão, arroz ou mandioca; As autoridades governamentais autorizaram as Empresas para, plantio de Eucalipto e pinus e ainda se comprometeram publicamente em

colaborar com as Empresas no que elas necessitarem. (A FOICE, 1982).

Sobrinho (2012, p. 54) aponta que a partir dos financiamentos concedidos pelo Estado, as empresas passaram, cada vez mais, a intervir no município, que possui as seguintes características atrativas: a) grande oferta de água, b) terras públicas (alvo de grilagens); c) topografia plana e; d) abundância de mão de obra barata. Tanto os recursos naturais quanto os humanos foram explorados por empreendimento silvicultores.

Em Correntina, a expansão da fronteira econômica, pode ser dividida em dois momentos: i) antes da década de 1970: onde o alicerce econômico-social era a prática da pecuária extensiva associada à agricultura e práticas extrativas; ii) a partir dos anos 1970, quando o apoio estatal associado às características naturais condicionou a territorialização de outras atividades.

A denominação grilagem designa a prática de elaborar e envelhecer documentos falsos para obter a propriedade da terra. Motta (2001) aponta que antigamente, os documentos falsos eram guardados por algumas semanas em caixas com grilos que se encarregavam de deteriorar e “envelhecer” os papéis para dar legitimidade a partir da aparência. Atualmente, os grileiros têm métodos mais sofisticados para roubar as terras, e a anuência do Estado é um fator facilitador para a prática.

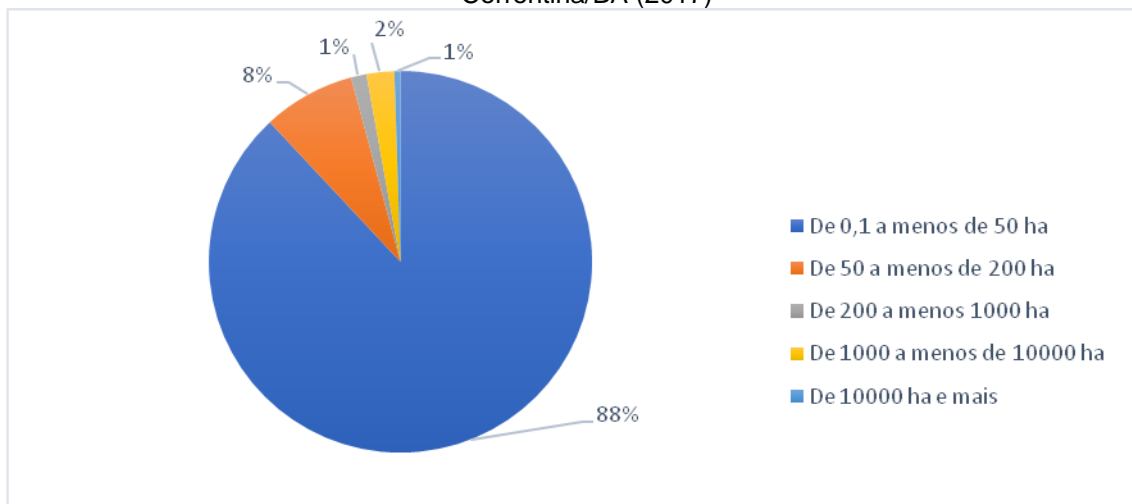
Tal prática é embasada na violência. Um dos casos mais emblemáticos, citado por Marquinhos, é o do advogado Eugênyo Lira que foi assassinado na véspera de seu depoimento na CPI da grilagem. O crime ocorreu em Santa Maria da Vitória – BA, no dia 22 de setembro de 1977. A morte do advogado foi patrocinada por grileiros e latifundiários, que viram a atuação de Eugênyo atrapalhar a apropriação criminosa das terras na região Oeste da Bahia.

A escalada da violência ocorre junto à intensificação dos fluxos migratórios. A chegada de migrantes se intensificou devido aos subsídios estatais, seja por meio dos créditos ou das obras de infraestrutura, que aumentaram a atração de estrangeiros. As terras foram compradas a baixos preços ou até mesmo doadas pelo governo aos imigrantes, com destaque para os sulistas. Assim, a privatização de terras passou a ser legitimada com os documentos falsos ou pela doação de terras, desconsiderando os posseiros que historicamente as ocupavam e utilizavam.

O aumento da área ocupada pelos proprietários, se dá a partir da ruptura nas relações de trabalho estabelecida pelos posseiros (ocupantes) para o estabelecimento da posse (proprietários). Esse processo, acabou por provocar a exclusão dos ocupantes justamente pela “inexistência da posse capitalista da terra, isto é, de elevado capital necessário para investir na expansão de sua produção a níveis competitivos.” (SANTOS, 2015, p. 74).

Como resultado, a grilagem e o desmatamento contínuos avançam em direção às áreas de uso e manejo comunitário, formando um cerco para as comunidades tradicionais. A partir das bases estabelecidas entre 1970 e a década de 1990, a virada do século esse processo se torna ainda mais perceptível. Em 2000, o desmatamento intenso estava concentrado, sobretudo, nas áreas mais altas. Contudo, com o passar do tempo as áreas desmatadas se aproximam das terras mais baixas, tradicionalmente ocupadas por comunidades de fecho de pasto. Dentro deste contexto, a partir dos dados do IBGE (2017), representados no Gráfico 1, é possível verificar que os menores estabelecimentos são maioria esmagadora no município de Correntina:

Gráfico 1 - Número de estabelecimentos agropecuários por faixa de tamanho (ha) em Correntina/BA (2017)

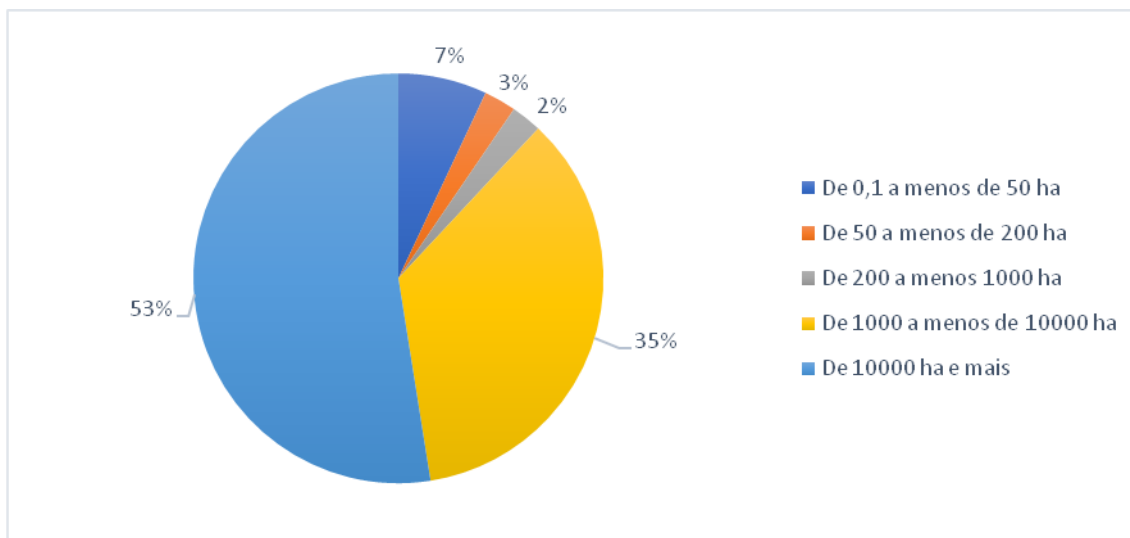


Fonte: IBGE (2017).

Elaboração: O autor (2021).

Contudo, apesar de formarem a grande maioria, ocupam menos de 10% da área total dos estabelecimentos, como representado no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários por faixa de tamanho (ha) em Correntina/BA (2017)



Fonte: IBGE (2017).

Elaboração: O autor (2021).

Os dados da estrutura fundiária do município de Correntina em 2017 revelam que seus 3.408 estabelecimentos agropecuários ocupavam uma área de 719.338 ha. O maior número de estabelecimentos estava no grupo de área de 10 a menos de 20 ha, com 2.795 estabelecimentos e detinham uma área de 30.780 hectares, que representam 82,01% dos estabelecimentos e 3,94% da área ocupada. Ou seja, a maioria dos estabelecimentos ocupam menos de 4% da área total de estabelecimentos.

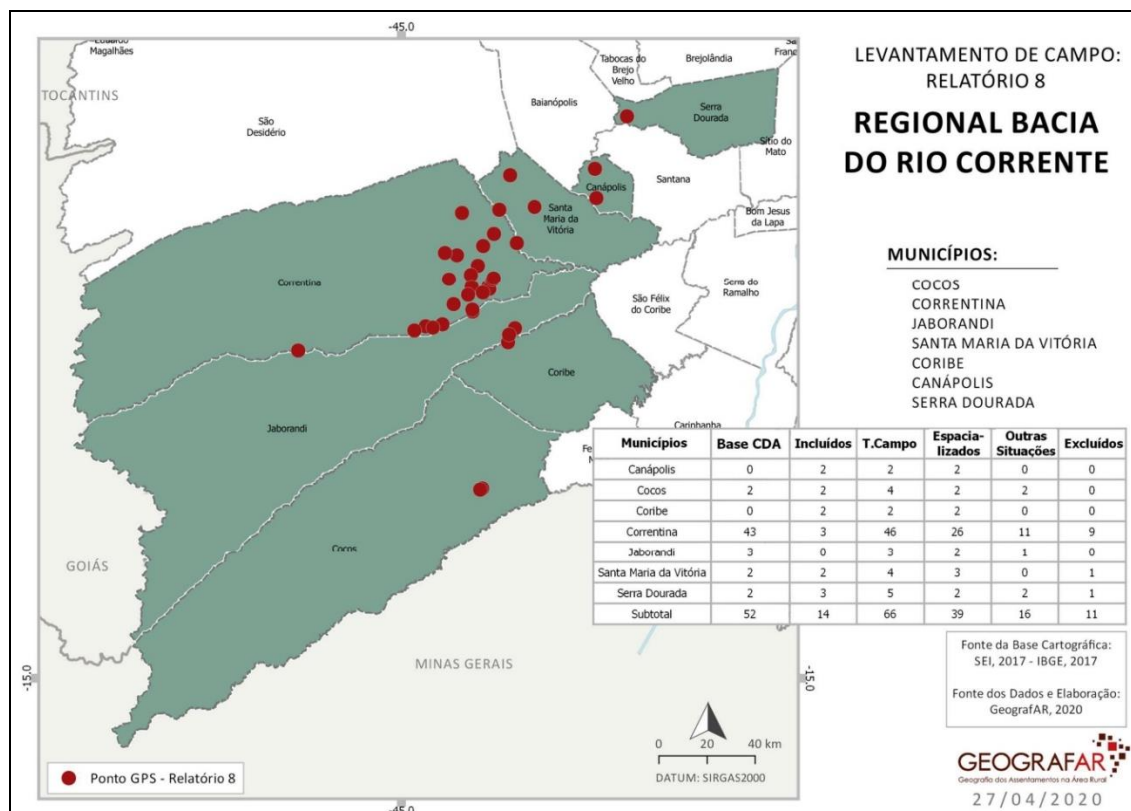
Já os 376 estabelecimentos nos grupos acima de 50 hectares, representam apenas 11,4% do total e ocupavam a extensa área de 688.498 hectares, o que equivale a 95,73% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do município de Correntina. Os dados explicitam uma concentração fundiária de muito forte a absoluta, com índice de Gini de 0,955.

A inserção do capital no campo correntinense, portanto, provocou mudanças e intensificou as contradições. Segundo Lavoratti e Moura (2012), o Oeste Baiano é um dos principais alvos de grilagem no Brasil “[...] demonstrando que a violência ao direito de posse é algo corriqueiro no modo de produção que mais defende a propriedade da terra.” (2012, p. 17).

A Lei Estadual nº 12.910/2013, “dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos (FFP) e dá outras providências”, onde a Secretaria de

Promoção da Igualdade Racial do Estado (Sepromi) foi responsabilizada por declarar a existência das comunidades de fundos ou fechos de pasto por autorreconhecimento. Esta secretaria, em parceria com o Grupo de Pesquisa Geografar/UFBA, realizou o Mapeamento Das Comunidades De Fundos E Fechos De Pasto No Estado Da Bahia (MCFFP) utilizando a Bacia do Rio Corrente como um dos recortes regionais (Figura 6). Nessa regional foram mapeadas 54 comunidades de fecho de pasto, e a maior parte se encontra no município de Correntina.

Figura 6 – Mapa do Levantamento das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto na Regional Bacia do Rio Corrente



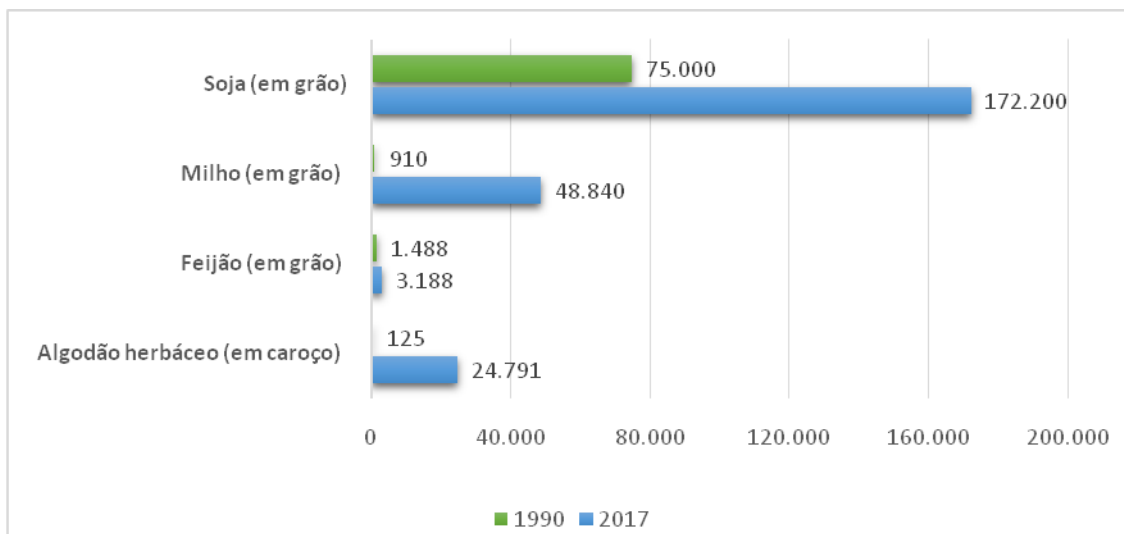
Fonte: GEOGRAFAR (2020).

O trabalho “Na fronteira da (i)legalidade: desmatamento no MATOPIBA”, que utiliza os dados deste mapeamento, aponta, que atualmente as áreas que são principais alvos dos grileiros são os territórios de fecho de pasto. O que se vê é uma manobra moderna de grilagem a partir do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) e do Sistema Nacional de Certificação de Imóveis (SNCI) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Na regional do Rio Corrente, ocorre a sobreposição de 258.762 hectares nas áreas de manejo

comunitário dos fechos de pasto. Discutiremos especificamente sobre isso mais adiante.

Portanto, em Correntina a grilagem está diretamente relacionada ao desmatamento, que substitui a cobertura natural por pastagens e lavouras, se deu ancorado na modernização da agricultura, e nesse âmbito destacam-se as políticas de: 1) crédito subsidiado, destinado à compra de insumos e financiamento de capital; 2) financiamento de infraestrutura 3) e a pesquisa agropecuária, com ênfase para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A partir disso ocorre um aumento da área ocupada por lavouras temporárias, sobretudo de soja, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Principais Lavouras Temporárias por Área Plantada (ha) em Correntina (BA) - 1990 e 2017



Fonte: IBGE (2017).

Elaboração: O autor (2021).

A partir desses dados, o que se percebe, é que com a escala privatista de terra a produtividade das lavouras capitalistas aumentam, sobretudo de grãos. Por isso, pode-se afirmar que a expansão de áreas utilizadas para plantio de soja e de outras monoculturas, sobrepõe-se às áreas ocupadas por camponeses e povos tradicionais.

A expansão dessas lavouras temporárias no município, se explica em parte pela modernização, visto que, os produtores buscando aumentar a produtividade e competirem no mercado, passaram a aplicar em suas produções as inovações tecnológicas (insumos, máquinas e sofisticadas técnicas de cultivo). O investimento nessas tecnologias só foi possível graças à atuação do Estado, com a criação de programas de financiamentos que ofereciam crédito rural a baixos juros.

Tudo isso mostra que, no município de Correntina, a crescente privatização da terra é resultado das modificações produtivas causadas pela expansão dos interesses do capital. Essa realidade implica no choque entre população correntinense (urbana e rural) e as grandes empresas do agrohidronegócio.

Percebe-se que os lucros do agronegócio ficam nas mãos de poucos pois segundo o último Censo Agropecuário do IBGE em 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) do município era de R\$ 786 mil (R\$ 25 mil per capita).

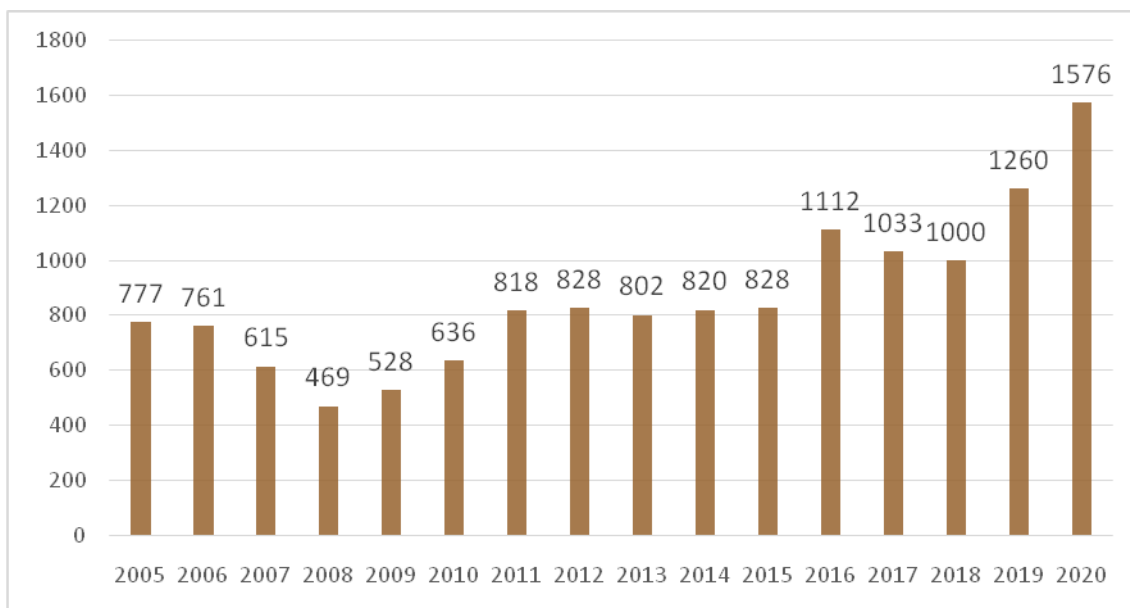
Contudo, em 2012 a partir dos dados do governo federal do Cadastro Único para Programas Sociais a pobreza no município atingia 31,8% da população e essa porcentagem sobe para 45% quando analisamos a população rural.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0.603 e estava abaixo da média nacional. Em 2006 o índice de concentração de terras do município já era altíssimo, numa escala de 0 a 1 atinge o expressivo valor de 0,927, em 2017 esse índice aumenta para 0,955.

Os conflitos que emergem atualmente, exemplificam as consequências das novas estratégias e mecanismos de territorialização do capital, mas também, a rearticulação e (Re)existências dos povos tradicionais, que sobreviveram aos períodos anteriores.

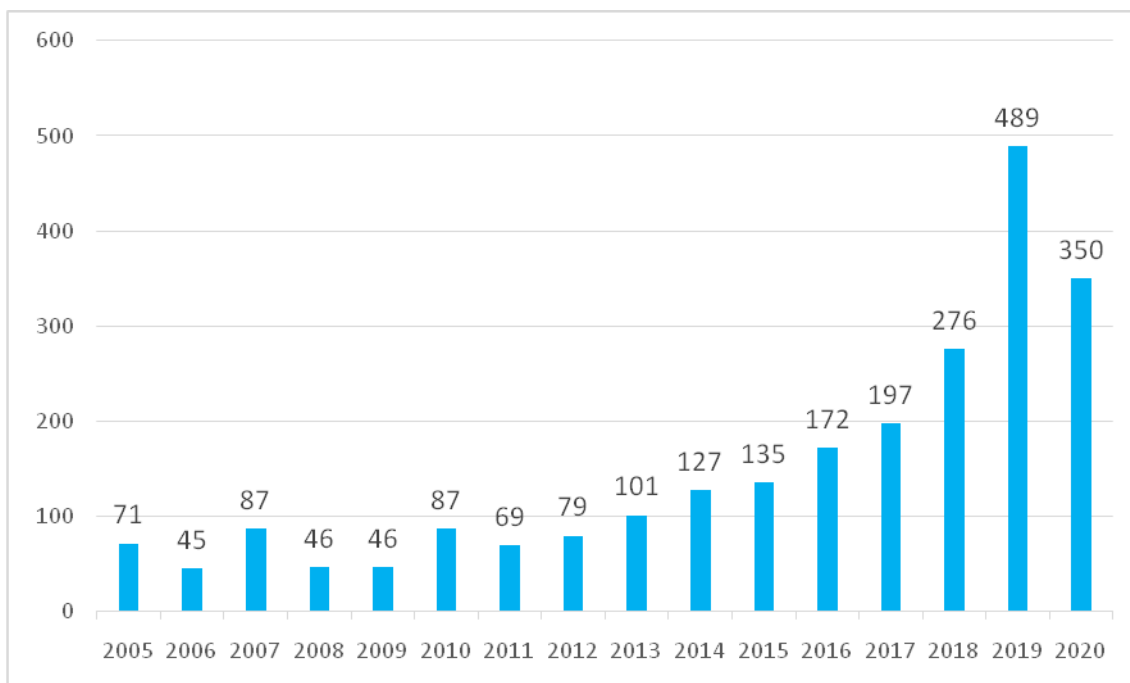
2.2 A construção da realidade correntinense

O Brasil foi construído a partir da luta por terra, desde a invasão portuguesa até a constituição da república que esse tipo de conflito é regra na constituição da propriedade privada de terra no país. Entre 2005 e 2020, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresenta dados (Gráficos 04 e 05) que indicam que os conflitos no campo aumentaram quase que constantemente, sobretudo, pelo uso da água, que tiveram aumento expressivo na última década.

Gráfico 4 - Número de Conflitos por terra no Brasil (2005 a 2020)

Fonte: CPT (2017; 2020).

Elaboração: O autor (2021).

Gráfico 5 - Número de conflitos por água no Brasil (2005 a 2020)

Fonte: CPT (2017; 2020).

Elaboração: O autor (2021).

O que se percebe, é que o número de conflitos no campo (por terra/água) aumenta à medida que a fronteira agrícola se expande e, um fato

importante é que desde 2002 a CPT registra separadamente os conflitos por água, dada a crise que já apontava na virada do século. Em 2019, registrou-se o maior número de conflitos dessa natureza.

No campo correntinense, os investimentos públicos e privados geraram consequências que podem ser observadas a partir de óticas distintas. A partir da rentabilidade, com o considerável aumento na produtividade, provocado pela modernização. Ou pela intensificação da desigualdade, concentração e violência conforme o direcionamento da estrutura agrária pelo capital.

A lógica estabelecida ameaça a produção de baixa escala, que embora produza a maior parte dos alimentos, não consegue competir com as grandes empresas. Sendo assim, ao passo que a modernização causou o aumento da produtividade, as inovações implementadas trouxeram à tona diversas consequências, com destaque para a sociedade, sobretudo a ameaça às comunidades tradicionais e ribeirinhos.

Em Correntina, a conflitividade aumenta à medida que os empreendimentos capitalistas se expandem em quantidade, e sobretudo produtividade. Com a chegada das empresas de reflorestamento, e depois com a consolidação da produção de grãos os conflitos se intensificaram no município.

As terras e as águas em Correntina estão em disputa. A conflitividade assinalada pela CPT é resultado do agressivo processo de acumulação capitalista no campo correntinense sobre os territórios tradicionais. Ancorado na modernização e apoiados pelo Estado, os representantes do capital têm um suporte mais que necessário para a marcha expansionista de seus negócios, impactando diretamente a natureza/sociedade. Como aponta o Mapa de Conflitos da Fiocruz:

Na região oeste da Bahia, a captação intensiva de água nos últimos anos, voltada para abastecer as empresas do agronegócio, atinge diversas populações, especialmente ribeirinhos e comunidades de Fundo e Fecho de Pasto do município de Correntina. Esta região é conhecida pelo nome de Além São Francisco, ou Berço das Águas, e está situada no Cerrado, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio). A partir da década de 1970, empresas da agroindústria se instalam na região, incentivadas pelo Estado a modernizar o campo e produzir para exportação. Contudo, também desencadearam diversos conflitos ao tentar expulsar comunidades que viviam e produziam ali há séculos. (FIOCRUZ, 2021).

A formação socioespacial de Correntina deu origem a comunidades tradicionais que até os dias atuais utilizam e protegem as áreas de cada vez mais ameaçadas do Cerrado. Enfrentam o agrohidronegócio e os especuladores (grileiros) que se apropriam e desmatam os amplos gerais. Os territórios dessas comunidades são os principais alvos dos agentes do capital e por isso, foi imposta a necessidade de organização para a proteção das suas áreas de posse. Sendo assim, os conflitos que emergem no município resultam da expressiva transformação de terras públicas e territórios de uso comum em domínio privado.

Nesse sentido, evidenciam-se as denúncias. Os casos de grilagem são apontados expressivamente desde a metade final do século XX. Nesse sentido, as publicações do jornal “A FOICE” são imprescindíveis para entender o outro lado da história, Santos aponta que:

[...] os jornais relatavam os conflitos fundiários da cidade, denunciava o avanço da propriedade privada sobre as terras camponesas e o regime de violência ao qual a população estava submetida devido às disputas de terras que haviam se estabelecido naquela localidade. (SANTOS, 2020, p.30).

Com a criação do jornal em 1979, passaram a ser publicados casos como de Sr. Avelino:

Ex-proprietário da FAZENDA CHACRINHA área de 350 hectares de terra onde Avelino plantava cereais e tudo que é fruteiras morando sossegado na sua terrinha de repente apareceu o GERENTE DO BANCO DO ESTADO DA BAHIA (AGÊNCIA DE CORRENTINA BAHIA) interessado em comprar a área [...]. (A FOICE, 1981).

O comprador prometeu pagar 350.000 cruzados divididos em 2 parcelas. Pagou a metade (175.000) e desapareceu. Sr. Avelino contratou advogados, fez o que pôde na época, mas ainda assim, perdeu as suas terras: “Atualmente AVELINO está morando nas beiradas da rua de Correntina em péssimas condições em relação sua vida antes dos anos 1976.

Ainda em 1981, o jornal dedicou duas páginas para divulgar os problemas e as reivindicações de diversas comunidades rurais de Correntina. Nessa publicação, são expostas várias denúncias de grilagem, além de reivindicações por serviços básicos (saúde, educação e transporte). O Quadro 2 apresenta a transcrição de alguns dos casos:

Quadro 2 – Problemas e Reivindicações das comunidades de Correntina (BA) em edição do “Jornal: A Foice” de 1981.

| COMUNIDADE | PROBLEMA/REIVINDICAÇÃO |
|----------------|---|
| Felicianópolis | Grilagem atinge 30 posseiros no Gerais. Posseiros iniciam a legalização de suas terras. |
| Barra de Lage | Vinte por cento dos lavradores são atingidos pela GRILAGEM; diminui a criação do gado. Por outro lado ainda é pouco os lavradores sindicalizados |
| Praia | Lavradores reclamam da GRILAGEM onde suas terras está dentro da discriminatória da LARGA, Quatro firmas estão desmatando para plantar pinheiros e eucaliptos. |
| Sussuarana | Gaúchos grileiros tentam invadir terras de lavradores denuncia o lavrador RICARDO. |
| S. Manoel | Lavradores reclamam da GRILAGEM que é apoiado por alguns lavradores comprados pelos grileiros. |
| Cajueiro | Lavradores foram enganados por treiteiros e perderem / suas posses por micharia, os demais encaminham documentação para legalizar suas posses. |
| Veredãozinho | As famílias desta localidade sofrem com a presença de pessoas estranhas a serviço das Empresas Reflorestadoras |

Fonte: A FOICE (1981).

Elaboração: O Autor.

Percebe-se que a maioria das denúncias se relacionam com a grilagem de terras de posseiros. A década de 1980 é marcante pela intensificação da expropriação dos camponeses.

Além das publicações sobre os temas e casos locais, o jornal mostrava as repercussões das lutas camponesas, encabeçadas institucionalmente pelo sindicato de trabalhadores rurais e pelos membros do poder municipal.

A edição especial apresentada na imagem (Figura 7) foi publicada em ocasião de viagem de representantes das comunidades a Salvador e seus efeitos.

Figura 7 – Manchete da capa da edição especial de 1984 do Jornal 'A Foice' de 1984.



Fonte: A FOICE (1984)

Nesta edição, é possível apontar a repercussão dos encontros realizados pelos participantes: (presidente do STR, camponeses e vereadores.) bem como entender o teor das denúncias publicadas na mídia de Salvador, destacamos algumas no mosaico (Figura 8).

Um grupo de treze lavradores, acompanhado do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Wilson Furtado, esteve em Salvador, de 19 a 25 de maio, para denunciar as grilagens praticadas por fazendeiros e reflorestadores contra os fechos dos gerais. (A FOICE, 1984).

Figura 8 - Mosaico das manchetes publicadas na edição especial do jornal 'A Foice' de 1985



Fonte: A FOICE (1984).

Organização: O autor (2021).

Nessa publicação, fica evidente a repercussão da situação que Correntina na mídia local da capital estadual. Contudo, as publicações dos anos seguintes evidenciam que os Governos da Bahia, pouco fizeram para que isso mudasse, como já foi dito, fez o contrário, patrocinou a investida capitalista de acordo com o direcionamento federal.

Nos anos 1980, portanto, já se denunciava os roubos de terras, a degradação do trabalho e do ser. Essas denúncias são reflexos da chegada de empreendimentos capitalistas diretamente ligadas à atuação dos governos estadual e federal, que financiava os projetos independentemente dos efeitos para a população do município, provocando a intensificação de expropriações e grilagens.

A virada do século representa a consolidação da fronteira agrícola no município com a manutenção de conflitos, surgimento de outros e principalmente com a agregação de novas formas de atuação do capital e dos posseiros. Atualmente, casos de grilagem chamam a atenção e precisam ser explorados. Esses casos envolvem territórios tradicionais, onde áreas são utilizadas coletivamente pelas comunidades de fecho de pasto de Correntina.

Nesse sentido, o trabalho realizado pela Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais é fundamental para compreender o que ocorre no campo correntinense. A AATR é uma “associação civil sem fins lucrativos e econômicos com base territorial no Estado da Bahia.” Prestam assessoria jurídica popular às organizações, comunidades tradicionais e movimentos populares rurais em conflitos fundiários, territoriais e socioambientais.

Recentemente (novembro de 2021) a AATR lançou a plataforma: NA FRONTEIRA DA (I)LEGALIDADE: Desmatamento e grilagem no MATOPIBA. Essa plataforma reúne análises que expõem a ligação entre desmatamento e grilagens no MATOPIBA. São expostos casos, evidenciando o modo de operação dos criminosos, novas práticas de grilagem e a variedade dos conflitos nas áreas dos quatro estados que compõe a região.

A plataforma, permite concluir que no Cerrado, o avanço do desmatamento serve como “instrumento central na consolidação dos processos

de invasão de terras públicas e tradicionalmente ocupadas, bem como novas formas de grilagem viabilizam a expansão do desmatamento.” (AATR, 2021).

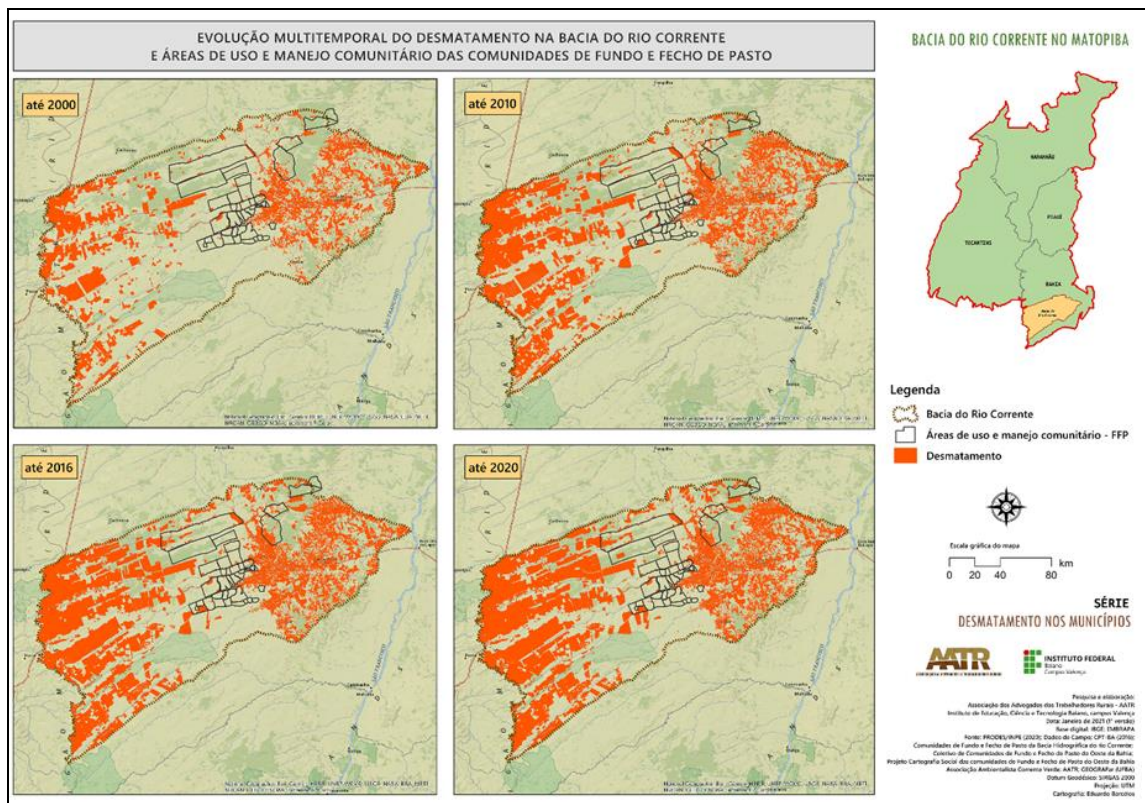
De acordo com a AATR existe um padrão nas grilagens do Oeste Baiano. Em Correntina o que se percebe é que ocorre a conversão das posses de terras em propriedade particular, a partir da aquisição dos direitos possessórios. O caso do Sr. Avelino segue esse padrão, ele detinha a posse de sua terra, vendeu seus direitos possessórios para o comprador, que logo tratou de medir e fazer a documentação transformando a posse de Sr. Avelino em propriedade privada.

Embora exista um padrão de grilagem na região, são variados os mecanismos utilizados para a apropriação irregular de territórios, destacando-se: 1) a violência como instrumento da grilagem; 2) alteração nas características fundiárias dos territórios; 3) elaboração de documentos falsos; 4) associação com membros de cartórios e autoridades. Esses métodos, isolados ou associados, são as principais ferramentas dos representantes do capital para a apropriação de territórios. Sobrinho aponta:

Há que se destacar ainda que, ao espanto provocado pela propriedade privada e seu significado, soma-se a força da violência usada nos métodos de tomadas de terras, utilizando-se das absurdas manobras fraudulentas no campo jurídico, assim como as agressões e os assassinatos praticados por pistoleiros a serviço do capital. (2012, p.39).

Sendo assim, a virada do século é marcada pela intensificação da grilagem juntamente com o desmatamento. O mapa da Figura 9, evidencia a evolução do desmatamento na Bacia do Rio Corrente, apontando também, os territórios tradicionais de Fundo e Fecho de pasto.

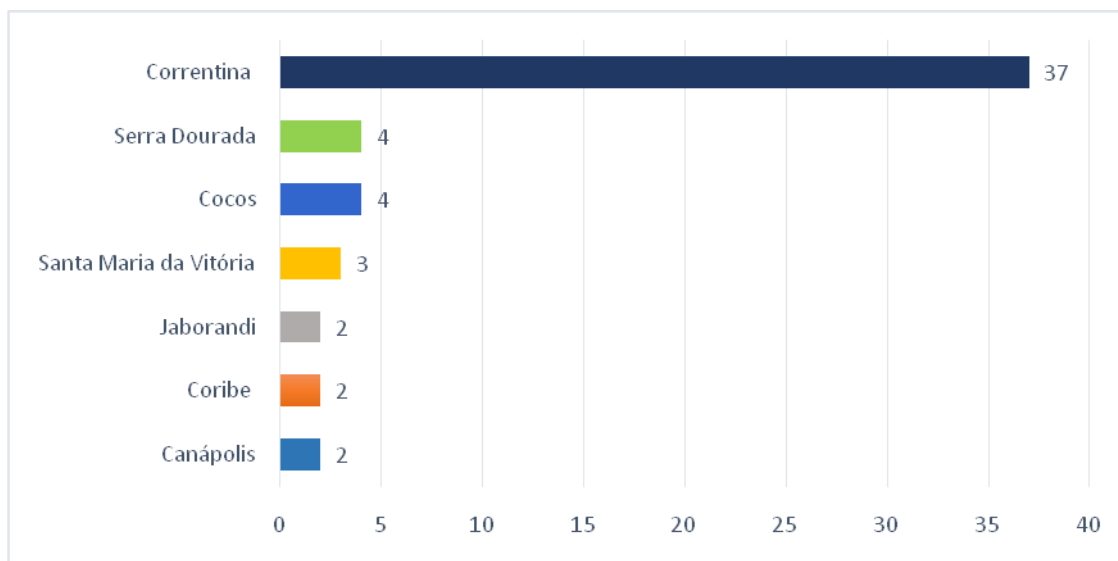
Figura 9 - Evolução multitemporal do desmatamento na bacia do Rio Corrente e áreas de uso e manejo comunitário das comunidades de fundo e fecho de pasto.



Fonte: AATR (2020).

Entre 2001 e 2020 a área desmatada de 880.721 hectares supera toda devastação antes do ano 2000 (639.520 hectares), ou seja, a maior devastação do Cerrado ocorreu após a virada do século. Na área central estão os territórios tradicionais. O Gráfico 6 mostra a quantidade de fechos e fundos de pasto presentes em cada município da Bacia do Rio Corrente:

Gráfico 6 - Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto na Bacia do Rio Corrente (2018)



Fonte: SEPRONI/UFBA (2018).

Elaboração: O autor (2021).

A maioria (68%) está localizada no município de Correntina. Note-se que é sobre o território das comunidades tradicionais que o desmatamento e a grilagem avançam. As áreas de uso coletivo são transformadas em lavouras capitalistas que utilizam a água superficiais e subterrâneas para a irrigação. Entre 2000 e 2020 as áreas entre as nascentes e próximas aos rios e riachos foram ocupadas por pivôs centrais, que se alimentam da água represada em piscinões. A AATR (2021) cita casos:

[...] entre as nascentes do Rio Arrojado e Veredãozinho, a SLC Agrícola afirma ser proprietária da Fazenda Piratini (25 mil ha), onde realizou grande desmatamento (2012-2017) e em seguida, no ano de 2016, arrendou as terras para a Agri Brasil Holding S/A, que por sua vez requereu ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), autorização para perfuração de 32 poços profundos para irrigação por meio de pivôs centrais^{1 2}. Foram realizados grandes desmatamentos entre 2017 e 2020, especialmente nas nascentes do Rio Guará, do Rio do Meio e do Rio Arrojado¹.

O agrohidronegócio inicialmente ocupou as áreas que as comunidades utilizavam para a solta do gado (chapadas) e a partir disso há uma ruptura no modo de vida dessas comunidades, que antes utilizavam as chapadas durante a estação seca e os vales na época das chuvas.

Ou seja, a partir da apropriação dessas áreas pelos empreendimentos capitalistas, as comunidades tradicionais ficam restritas apenas as áreas mais baixas e nos terrenos mais irregulares, dificultadores da mecanização. Recentemente, novas estratégias também visa a grilagem dessas áreas.

Conhecendo essas estratégias, a seguir destacaremos os casos das supostas fazendas: “Capão do Modesto”, “Capão de Cima”, “Riacho ou Sítio do Capão” e “Santo Antônio”, nas quais os mecanismos citados anteriormente são aplicados. Essas fazendas, segundo a AATR são “fazendas fantasmas”, evidenciadas a seguir (Figura 10), e sobrepõem-se exatamente sobre os territórios tradicionais.

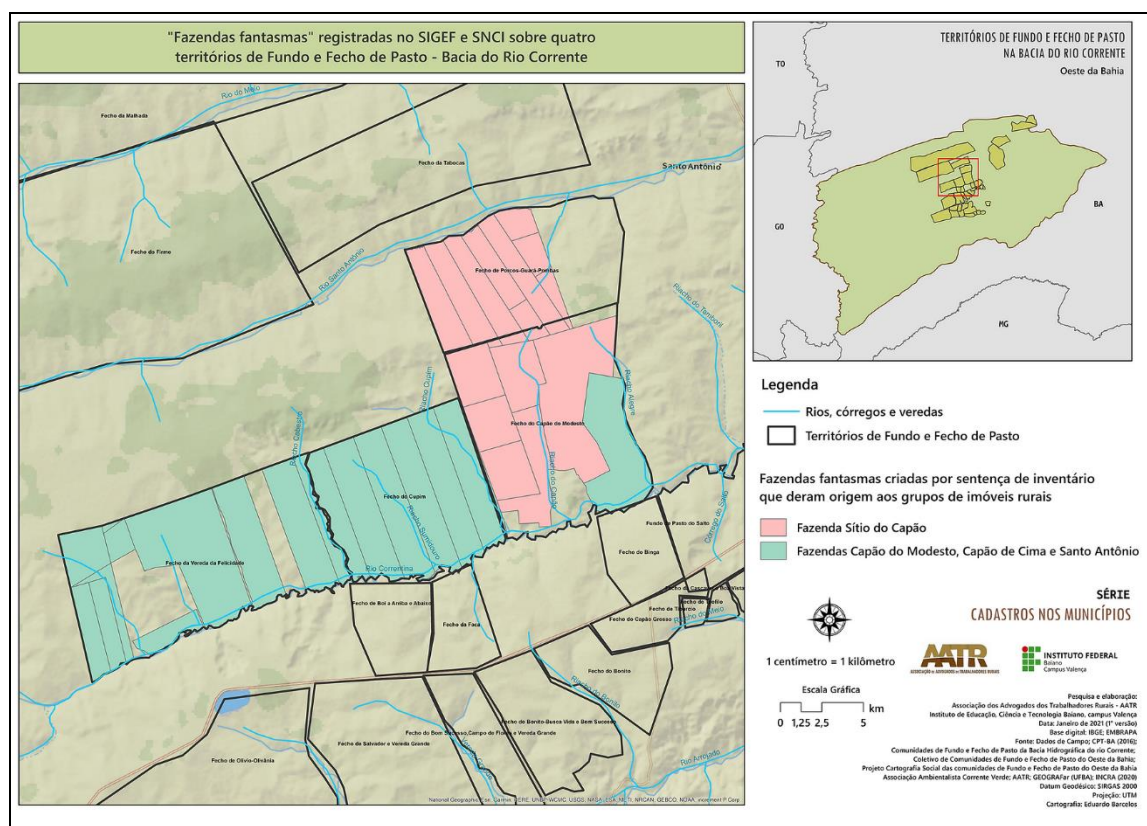
Vejamos o Quadro 3 e Figura 9, a seguir:

Quadro 3 – Fechos de pasto e fazendas fantasmas que se sobrepõem.

| Fecho de Pasto | Fazenda |
|--|---------------------------------|
| <i>Cupim; Vereda da Felicidade</i> | Capão do Modesto |
| | Capão de Cima |
| | Santo Antônio |
| <i>Capão do Modesto e Porcos-Guará- Pombas</i> | Riacho ou Sítio do Capão |

Fonte: AATR (2021).

Elaboração: O autor (2021).

Figura 10 - “Fazendas fantasmas” registradas no SIGEF e SNCI sobre quatro territórios de Fundo e Fecho de Pasto – Bacia do Rio Corrente (2021)

Fonte: AATR (2021).

Essa sobreposição, nos fechos do município de Correntina, se dá a partir da técnica mais comum da grilagem de terras no Oeste da Bahia, onde ocorre a conversão de supostas posses de terras em registros de propriedades, segundo a AATR esse processo realiza-se “por meio da aquisição de direitos possessórios com pretensa origem em ações de inventário e formais de partilha (herança)”. Como exemplo, a AATR destaca a grilagem que ocorreu na Bacia do Corrente, onde foi realizado

[...] a abertura ilegal, a partir de 1980, de matrículas dos imóveis rurais que se originaram das supostas fazendas “**Capão do Modesto**”, “**Capão de Cima**” e “**Santo Antônio**”, totalizando **82.000 ha**, atualmente sobrepostas aos fechos do Cupim; Vereda da Felicidade; e a suposta fazenda “**Riacho ou Sítio do Capão**”, totalizando **16.383 ha**, com imóveis sobrepostos aos fechos de Capão do Modesto e Porcos-Guará-Pombas. (AATR, 2021).

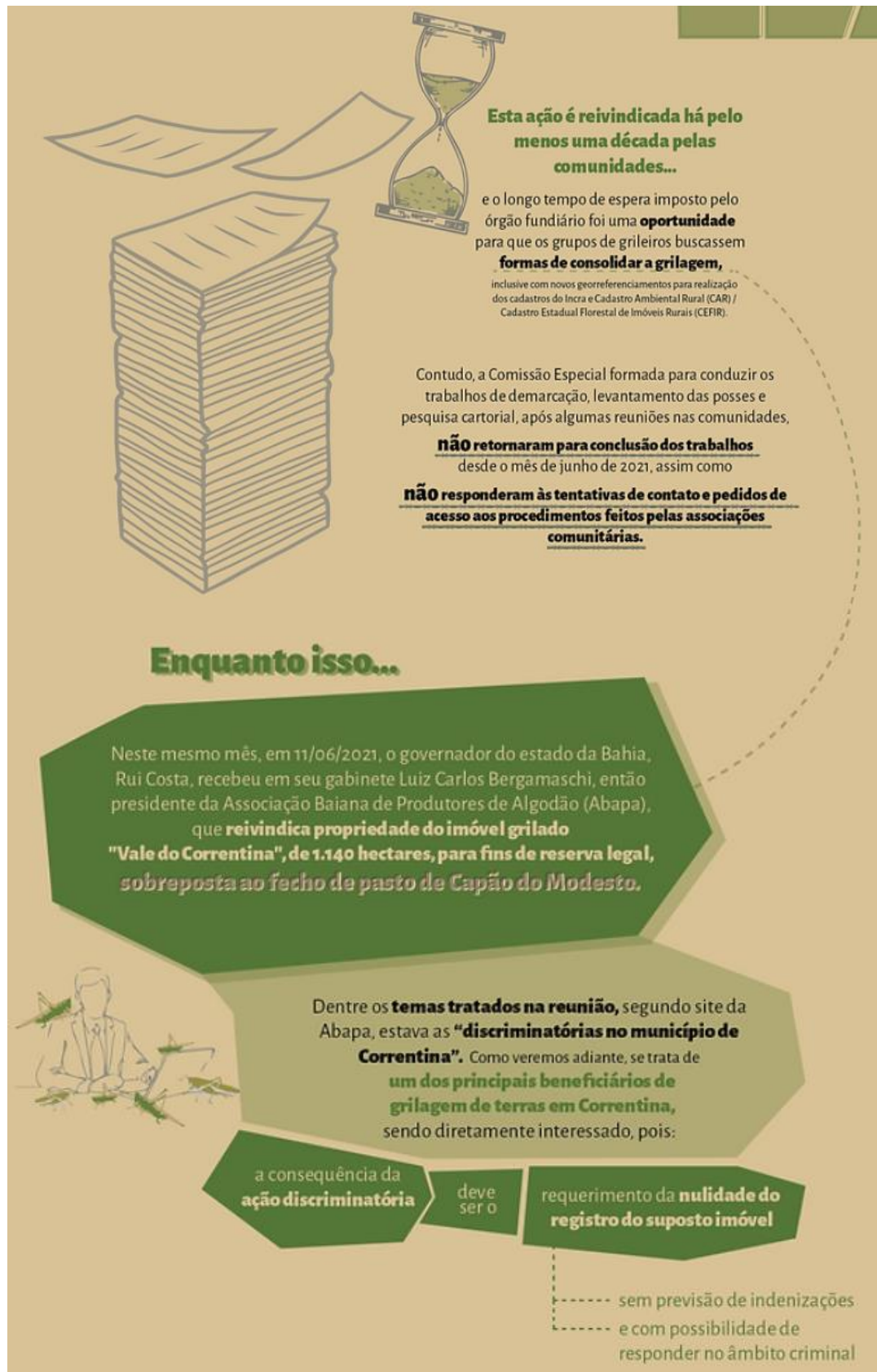
A partir desse padrão, a AATR (2021) aponta que a grilagem cartorial equivale a 98.383 hectares, considerando que apenas parte delas foi convertida em posse efetiva. Porém, de acordo com o total de títulos e registros de origem nestas fazendas, esse número pode passar dos 200.000 hectares.

Esse processo é feito a partir de documentos falsos baseados em referências aleatórias, que facilitam a atividade dos grileiros. Especificamente os casos dos fechos do Capão do Modesto, Vereda da Felicidade e Porcos-Guará-Pombas estão em processo de demarcação pelo órgão de terras estadual (CDA). A demarcação desses fechos se arrasta por mais de 10 anos, contando a partir das reivindicações, contudo, o processo só teve início oficial em 2021.

Sendo assim, a demora do Estado para demarcar os territórios de fechos contribui para a consolidação das grilagens em Correntina, visto que, os grileiros conseguem mais tempo para suas ações. Isso se confirma, a partir dos cadastros no Sigef e no SNCI do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que apresentam, por exemplo, cadastros georreferenciados mais recentes.

Isso se explica nos infográficos disponíveis na plataforma da AATR (Figura 11), que mostram o passo a passo da grilagem desses territórios tradicionais, e ainda evidencia as ações dos representantes do estado, com ênfase para o Governo da Bahia:

Figura 11: A grilagem nos territórios tradicionais tem o Estado como facilitador



Fonte: AATR (2021).

De acordo com os dados dos cartórios de Correntina e Santa Maria da Vitória a AATR aponta que a maior parte dos registros ilegais de terras que atualmente são ocupadas por comunidades tradicionais correntinenses são dos anos 1980, 1994 e 2005. Essas grilagens objetivavam a especulação fundiária e o acesso a empréstimos bancários e recursos públicos de incentivo à expansão das monoculturas. Contudo, os grileiros não ocuparam efetivamente essas áreas, primeiro por ser território tradicional e devido o direcionamento para as terras mais favoráveis em termos de topografia, solos e regime de chuvas (chapadas).

Sendo assim, essas fazendas fantasmas são empreitadas realizadas por grileiros no passado que são foram consolidadas, mas que atualmente, continuam a avançar devido a permissão do Estado. No dia 03 de agosto de 2021 foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei - 2.633. Tal projeto ficou conhecido como “PL da grilagem”, pois amplia a possibilidade de regularização fundiária de terras da União. Na realidade esse projeto enfraquece os controles sobre a ocupação de terras públicas, abrindo caminho para anistiar grileiros e criminosos ambientais associados.

Com a sinalização de que o Estado é conivente com a grilagem, as práticas antigas são utilizadas, mas também surgem novos mecanismos como a “grilagem verde”. Essa prática consiste na “apropriação ilegal de terras com objetivo específico de averbá-las como reserva legal de outros imóveis, ou mesmo para aferição de lucro por meio de arrendamento ou recebimento de valores de créditos de carbono” (AATR, 2021).

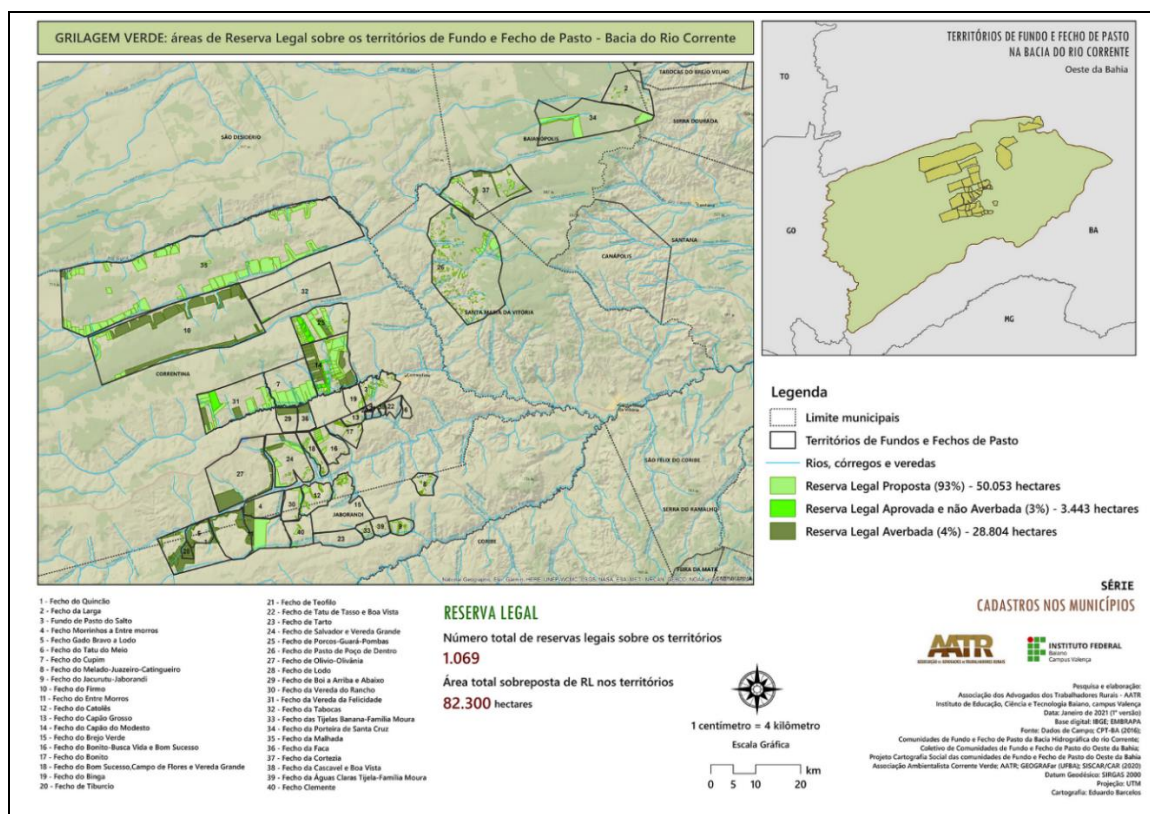
Os territórios tradicionais também vêm sendo alvos desse tipo de grilagem, em Correntina os fechos do Capão do Modesto, Porcos-Guará-Pombas, Cupim e Vereda da Felicidade são os mais afetados. Todos eles estão nas áreas mais baixas que recentemente vêm sendo incorporadas à lógica capitalista. A AATR, aponta que esse tipo de grilagem só foi possível graças as mudanças nas legislações estaduais e federais:

Na Bahia, a mudança começa ainda no ano de 2011, com a aprovação da Lei Estadual nº 12.377/2011, de iniciativa do poder executivo, que inseriu a possibilidade de que imóveis rurais pudessem fazer compensação de reserva legal fora do perímetro do

imóvel (art. 109-A). Logo depois, no cenário nacional, sob protestos da sociedade civil organizada, é aprovado o novo Código Florestal, em 2012 (Lei Federal 12.651/2012), que dentre outras reivindicações do setor do agronegócio, incluiu também a possibilidade de compensação de RL fora do imóvel rural (art. 66, IV). (AATR, 2021).

Nesse sentido, a flexibilização da legislação é fundamental para a grilagem verde. A Figura 12 aponta às áreas de grilagem verde na Bacia do Rio Corrente. De acordo com a AATR, existem 82.300 hectares estão cadastrados como reserva legal em sobreposição a áreas de fechos da Bacia do Corrente. Em Correntina os fechos do Capão do Modesto, Porcos-Guará-Pombas, Cupim e Vereda da Felicidade são os mais afetados. Todos em Correntina, nas áreas mais baixas que recentemente vêm sendo incorporadas à logica capitalista.

Figura 12 - Grilagem Verde nos territórios tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto da Bacia do Rio Corrente (2021)



Fonte: AATR (2021).

Sendo assim, a grilagem verde está diretamente associada ao contexto de transformações provocadas pelo agrohídronegócio. De acordo com a legislação do Código Florestal brasileiro (lei 12.651/2012) que estabelece no art. 3º que em áreas de Cerrado fica proibida a extração de recursos naturais, o corte raso, a alteração do uso do solo e a exploração comercial em 35% da

propriedade. Severino de Oliveira aponta os impactos desse tipo de grilagem para a sua comunidade, Capão do Modesto:

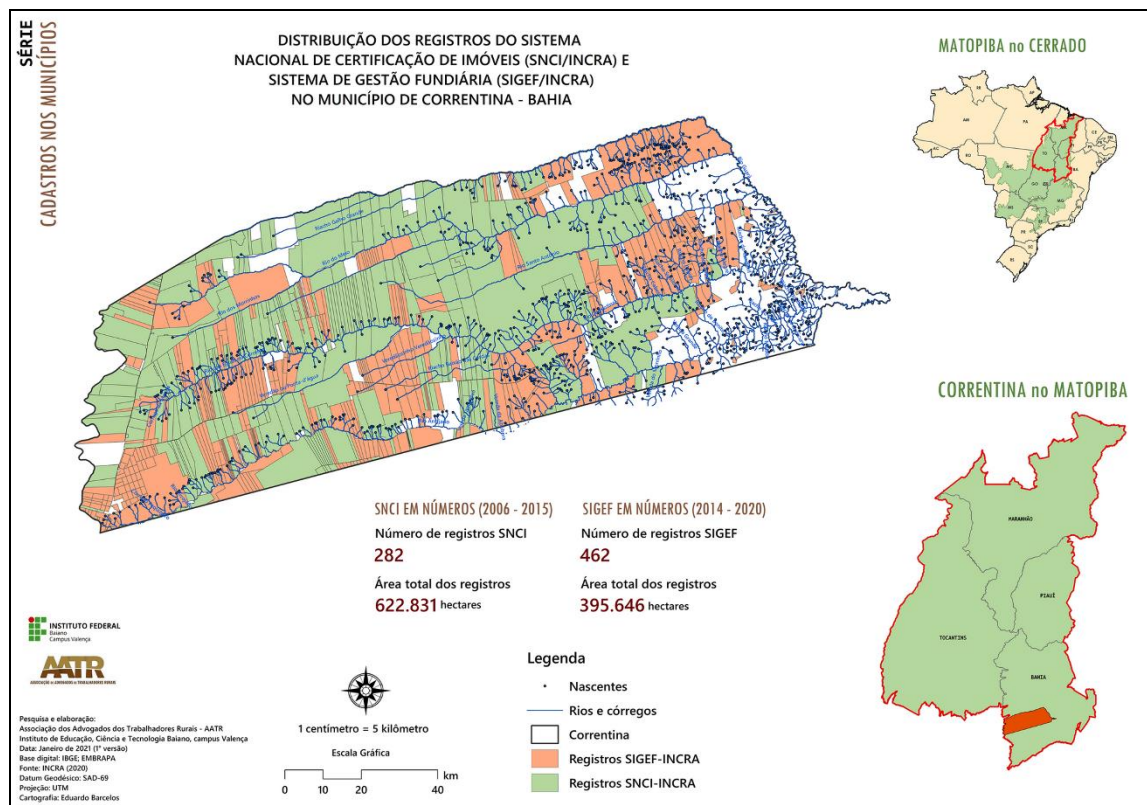
“Eles se juntaram em grupo. Fatiaram [a terra] e dizem que são donos da ‘reserva legal’ para compensar as áreas lá em cima que eles desmatam. “Como é que eles desmatam as áreas lá em cima que alegam que são deles para vim acabar com as comunidades? Matando as comunidades de raiva e de sofrimento? Isso é que é injusto”.- Severino de Oliveira (nome fictício), fecheiro de Capão do Modesto. (GLOBAL WITNESS, 2021, p.10).

Em Correntina, as áreas mais altas (chapadas) onde se encontram as maiores propriedades rurais, o intenso processo de transformação, já não apresentam condições naturais para a determinação de reserva legal privada, por isso, a flexibilização da legislação ambiental provocou o aumento da grilagem verde sobre os territórios tradicionais, muito mais preservados.

Não é só na flexibilização de legislação que o Estado atua como facilitador da grilagem em Correntina. Desde 2004, com a criação da primeira base de dados geoespaciais para a certificação de imóveis rurais (SNCI) pelo INCRA, o registro de imóveis rurais passou por uma mudança de direção. Para o cadastro nesse sistema se faz necessário o georreferenciamento, que custa muito caro e acaba por inviabilizar o cadastro dos imóveis dos pequenos produtores e das comunidades tradicionais. Já para as grandes empresas do agrohidronegócio, é um processo fundamental para a consolidação da grilagem.

A Figura 13 demonstra que no antigo cadastro do Incra (o SNCI) não havia registros na área entre o Rio Santo Antônio e o Rio Correntina. Em 2014 com o lançamento do Sigef o que se percebe é o aumento do interesse nas áreas coletivas das comunidades tradicionais visto que, nos novos registros de cadastro realizados, ocorre a sobreposição de áreas de compensação a quase todo o território tradicional das comunidades de Capão do Modesto, Porcos-Guará-Pombas, Cupim e Vereda da Felicidade, todas no município de Correntina.

Figura 13 - Distribuição de registros do SNCI e SIGEF em Correntina/BA (2021)



Fonte: AATR (2021).

Sendo assim, o que se vê no município é que ocorre a associação das estratégias de grilagem. Inicialmente, quando registrados pela primeira vez, na década do final do século XX, os objetivos eram a especulação imobiliária e o acesso a crédito subsidiado. Como essas áreas eram menos atrativas para a modernização, a grilagem não foi consolidada. Atualmente, mesmo essas áreas se tornaram interessantes para os grandes empreendimentos capitalistas para serem utilizadas para compensação ambiental ou lucros a partir dos créditos de carbono.

Sendo assim, o que se percebe é a investida capitalista se dá por meio do roubo de terras a partir de mecanismos associados ao Estado. A falta de agilidade na demarcação de territórios tradicionais facilita e concede tempo aos grileiros tempo para a consolidação da grilagem.

Não é só de terras roubadas que falamos, essas terras são ricas em águas superficiais e subterrâneas e é um fator determinante para o interesse dos grandes empreendimentos. A água é elemento central para a garantia da

alta produtividade alcançada pelo agrohidronegócio, mas também para a manutenção do modo de vida das comunidades tradicionais no município de Correntina, como discutiremos no tópico a seguir.

2.3 A centralidade da Água

A água é essencial para compreender a questão agrária em Correntina. As terras roubadas por meio da grilagem a partir da década de 1970, conhecidas hoje por suas vastas plantações de soja, algodão e milho, concentram também vários rios que passam pelo município e integram a bacia do Rio São Francisco.

Para entender sua importância é preciso ter em mente que a água vem se tornando negócio, mercadoria, como a produção nessa modernização conservadora no campo brasileiro. A água está sendo direcionada para os negócios, mas como bem comum, público e natural, ela não deveria satisfazer as necessidades do seu povo?

O governo estadual foi cooptado pelo mercado. As concessões de água não são fiscalizadas devidamente pelo INEMA e como o que vale é a ganância, o que não falta são formas de burlar ou de tomar para si o direito a água, socializando os custos como os prejuízos. Se as terras foram roubadas para a expansão da fronteira agrícola, não se conseguiu ainda roubar o imaginário as pessoas que cresceram e viveram no município.

Em 2020, em meio a pandemia de coronavírus, a CPT registrou o maior número de conflitos por água desde o início dos registros, em 2002. O aumento na incidência de conflitos desse tipo é provocado pela reorganização produtiva, impulsionada e fundamentada na exportação, sobretudo de *commodities*.

O município de Correntina, para além de outros fatores (geomorfológicos, geológicos, pedológicos, escoamento), o hidrológico é um dos principais atrativos para a expansão de lavouras capitalistas. Melo (2019) evidencia que as águas que correm na bacia do rio Corrente, abastecem 160 fazendas e todas elas têm autorização oficial para a captação. O modelo de exploração adotado coloca em risco os moradores, comunidades tradicionais e pequenos produtores rurais que sofrem com a escassez.

As consequências impactam diretamente a vida da população como um todo, sobretudo das comunidades tradicionais de Fecho de Pasto, pois este recurso é elemento central para os seus modos de vida. Assim como aponta a cartilha “Comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos e seu modo próprio de convivência e manejo da sociobiodiversidade do Cerrado: história, direitos e desafios” produzida pela Associação dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente (ACCFC), de Correntina.

As Comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos geralmente têm acesso aos rios, córregos ou possuem regos e riachos em seus territórios. A água é um fator primordial para o desenvolvimento dessas comunidades, contribuindo desde o desenvolvimento da agricultura ao lazer. A água é utilizada nas tarefas domésticas diárias, como limpeza, comida, higiene... Possuindo até elementos culturais como as lavadeiras de roupa, que com suas cantigas e prosas atenuam aquele momento árduo, atribuindo um pouco de prazer e encanto. (2017, p. 29).

Como descrito na cartilha, a água é elemento central para o modo de vida das comunidades de fecho de pasto, visto que, é um recurso fundamental não só para as atividades produtivas e de lazer, mas também para as manifestações e inspirações artísticas, espirituais e culturais.

A CPT define os conflitos por água como:

“ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, em oposição a apropriação particular dos recursos hídricos e a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores”. (2018, p. 147).

Porto-Gonçalves e Chagas acrescentam que:

o conflito é um fenômeno empiricamente verificável e, como conceito, capta um momento privilegiado do ponto de vista epistemológico, pois nos indica que sobre um determinado problema que está sendo objeto de questionamento existem, no mínimo, duas ou mais visões ou leituras distintas. (2018, p. 04).

A partir dessa compreensão, entende-se que os conflitos por água no município de Correntina se mostram como o ápice da expropriação e das alterações nas relações produtivas e sociais planejadas para o Oeste baiano.

As alterações produtivas e fundiárias resultaram na degradação ambiental provocada pela destruição da vegetação do Cerrado, que por sua

vez, se relaciona diretamente com as características hidrológicas, pois colabora com a infiltração de água para o abastecimento das reservas subterrâneas que alimentam as nascentes. Nesse sentido, passa a ocorrer na região o processo de migração de nascentes, conceito elaborado e discutido por Altair Sales:

A intensa ocupação dos chapadões teve como consequência a retirada da cobertura vegetal, substituída por vegetações temporárias de raiz subsuperficial. Com isso, a água da chuva não se infiltra o suficiente para reabastecer os aquíferos. Com o passar do tempo, o nível destes diminui, provocando num primeiro momento a migração das nascentes, que saem das partes mais altas para as mais baixas, e a diminuição do volume das águas, até chegar ao ponto de o curso d'água desaparecer totalmente. É um processo irreversível. (2016, p. 12).

Associado à migração de nascentes estão os desaparecimentos de rios que banhavam a região. Nos anos 2000, por exemplo, os correntinenses já denunciavam o uso predatório das águas no município e os respectivos efeitos para a população. Uma reportagem exibida no dia 10 de dezembro de 2000 pelo programa Globo Rural⁷ evidenciou alguns conflitos causados pelas ações de fazendeiros que impactaram diretamente na disponibilidade hídrica do município, visto que, denunciava a secagem de rios e obras sem autorização e/ou fiscalização, que desencadeavam elevados danos socioambientais na região.

Santos (2020, p. 39) ao analisar a reportagem em sua dissertação de mestrado aponta que a centralidade dos conflitos exibidos estava na abertura de um canal feito por dois fazendeiros que iria desviar praticamente a metade do Rio Arrojado. A autora destaca que tal ação “causou grande indignação e revolta da população, sobretudo das comunidades que estavam às margens do rio”.

Ainda que, vários alertas exigindo a fiscalização das obras e fazendas, sobretudo nas áreas afetadas e áreas de nascentes tenham sido dados, nada foi feito. Assim, a ausência/ineficiência dos órgãos ambientais permitiram a degradação ambiental e a intensificação/surgimento de conflitos. A autora conclui que este tipo de conflito passou a ser regra na história do município.

⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WJu2Lzawl_I Acesso: 05 de janeiro de 2022

Este conflito, especificamente, resultou numa manifestação popular onde participantes protestaram nas ruas da cidade, organizados e portando instrumentos de trabalho. (Figura 14). Após a marcha pelas ruas, foram até o canal clandestino para, para o seu “fechamento simbólico” (Figura 14). Os vídeos exibidos na reportagem foram enviados pelos participantes da manifestação, em um dos trechos escolhidos pela equipe jornalística, no áudio ao que parece, um homem em um carro de som falando aos presentes: “O Povo está se organizando para defender a vida de nossos filhos e filhas”.

Figura 14 - Mosaico de imagens da Manifestação em Correntina no ano 2000



Fonte: GLOBO RURAL (2000).

De maneira geral, a reportagem dos anos 2000 já alertava que a ocupação e expansão das lavouras no município já estavam provocando danos socioambientais, que culminavam em conflitos. O caso citado por Marquinhos no debate promovido pela AATR, é um caso recente que evidencia a manutenção dessa situação.

A Associação Ambientalista Corrente Verde (AACV), é uma ONG que visa a conservação do Bioma Cerrado no Oeste da Bahia. A AACV abriu um processo contra a empresa Sudotex em 2016. A ação tinha por objetivo o cancelamento imediato das autorizações, concedidas pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), que garantiam a “legalidade” para perfuração em apenas um estabelecimento (Fazenda Sudotex), 17 poços artesianos de alta vazão para o abastecimento de 10 piscinões. Essa água sairia do Aquífero Urucuia, traria impactos irreversíveis sobre o ambiente. Ao

longo das tramitações no judiciário, no dia 03/11/2016 o Desembargador Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro tomou a seguinte decisão:

[...] A liminar concedida na Ação Originária, por sua vez, foi feita sem um estudo exauriente das questões sub judice e antes de ser viabilizado o exercício do contraditório pelo Agravante. Mostra-se, pois, precipitada, principalmente pelo fato de que inviabilizará a continuidade das atividades atualmente exercidas nas Fazendas Sudotex, o que poderá ocasionar prejuízos de grande monta. Note-se ainda que estamos a tratar de uma fazenda com 1.108 ha, com extensa cultura de milho, feijão e algodão, além da criação de milhares de cabeças de gado, o que equivale a dizer que a simples interrupção das outorgas acarretará o fim das atividades empresariais, inclusive com perda de safras e inviabilidade de fornecimento de água aos animais, sem falar nos problemas trabalhistas que poderão advir da falta de funcionamento.[...] Ficam restabelecidos os efeitos da Portaria 11.797/2016, do INEMA, ora Agravante, e autorizada a reativação dos poços artesianos de alta vazão, em funcionamento nas Fazendas Sudotex, até ulterior deliberação deste Juízo. Oficie-se o M.M. Juízo Singular, notificando-o sobre o teor desta decisão, para devido cumprimento, e solicitando-lhe as informações de praxe. Intime-se a Agravada para, querendo, oferecer resposta, no prazo legal. Publique-se. Intimem-se. (TJBA, 2016, p.376).

Nota-se que a decisão monocrática do desembargador leva em consideração as perdas econômicas para a empresa, contudo, não considera os impactos sociais e ambientais da prospecção realizada pelos poços de alta vazão. Como evidenciado por Saramago (2002), mais uma vez, a justiça se mostra como um sujeito morto da modernização territorial. Ainda que, audiências públicas com a participação dos diversos atores socioterritoriais tenham sido realizadas, a Sudotex, e outros estabelecimentos continuaram a prospecção em larga escala no território correntinense.

Nesse contexto, as alterações no modo de vida dos fecheiros causadas pela territorialização do agrohidronegócio, se tornam cada vez mais impactantes, com o aumento do período de estiagem e a manutenção da prospecção das grandes empresas rurais, que provocam o estresse hídrico e comprometem a vida das populações tradicionais.

As comunidades tradicionais se veem obrigadas a pressionar o Estado da Bahia para atender as suas reivindicações. O silêncio e a falta de comprometimento do Estado fazem com que os sujeitos encontrem novas maneiras de se fazerem ouvidos. Nesse sentido, destacam-se os protestos e manifestações na área do Grupo Igarashi no ano de 2017, que discutiremos adiante.

A utilização dos recursos hídricos do município pelas fazendas do grupo, Rio Claro, São João Vianez e Curitiba é apontado como responsável pela seca do Rio Arrojado. A prospecção do grupo Igarashi, assim como a da Sudotex, também visa o abastecimento dos piscinões.

Desde 2015, o INEMA autorizou o grupo Igarashi, por meio da Portaria nº 9.159 de 27 de janeiro, retirar uma vazão de 182.203 m³/dia, durante 14 horas/dia, para a irrigação de 2.539,21 hectares. O Rio Arrojado, um dos rios da Bacia do Rio Corrente, foi um dos principais afetados com essa retirada e os impactos foram sentidos não só pelas comunidades tradicionais, mas pela sociedade como um todo. A omissão estatal para com as reivindicações populares e a facilitação pelos órgãos responsáveis para a utilização da água para o agrohídronegócio, culminou em atos a partir do dia 2 de novembro de 2017.

Nesse dia, um grupo de pessoas ocuparam uma das fazendas e destruíram equipamentos utilizados no sistema de irrigação que retirava água do Rio Arrojado, em Correntina. De acordo com o Correio24Horas (2017), a empresa agrícola Igarashi teve um prejuízo de cerca R\$ 50 milhões. Os participantes deixaram claro que a ação foi resposta aos impactos provocados pela diminuição e secagem de rios, além da contaminação por agrotóxicos das águas da bacia do Rio Corrente.

A ganância do agronegócio e as conveniências dos que representam o Estado são os responsáveis pelo desespero do povo. Não há ciência no mundo que possa estimar um valor monetário para o rio Arrojado, e isso o povo de Correntina parece compreender bem. Os próceres do agronegócio agem com hipocrisia e continuam se negando a assumir o passivo socioambiental existente no Oeste Baiano. Não resistem a uma mínima comparação com o modo de produzir dos pequenos e médios agricultores, que fornecem os alimentos diversos que a população consome com impactos infinitamente menores e muito mais cuidados de preservação. Não há como evitar a pergunta: os equívocos dos processos para outorgas hídricas e licenciamentos ambientais e a falta de fiscalização eficiente dos órgãos responsáveis são garantias para a legalidade e legitimidade do agronegócio? (CPT, 2017).

Mesmo após o conflito, durante a pandemia, em agosto de 2020, o INEMA renovou a autorização de uso de água da mesma fazenda do grupo Igarashi que foi alvo do levante popular. A empresa conseguiu a autorização, válida por 4 anos, para retirar diariamente mais de 176 milhões de litros do rio

Arrojado diariamente para irrigação. Só essa outorga equivale, a quase 60 vezes o consumo de água da população de Correntina por dia.

Esses conflitos por água que envolvem as comunidades de fecho de pasto exemplificam e expressam o caráter predatório do modelo de produção capitalista. As ações amparadas pelo Estado provocam a expropriação desses grupos, seja através da violência (ameaças, perseguições e mortes) seja pela flexibilização dos meios legais.

Sendo assim, o neoliberalismo (e a reestruturação no campo pelo capital) essa estrutura recebe investimento do Estado, do capital nacional e internacional - sendo este o controlador direto ou indireto da produção - circulação, processamento, transporte, produção de sementes etc. (THOMAZ JR, 2008).

Ou seja, de diversas formas possíveis, os capitalistas junto ao Estado se hegemonizam no território e produzem uma própria produção do espaço relegando a boa parte do seu povo a pobreza. A modernidade é hegemônica, então discutiremos agora os mecanismos não hegemônicos de (Re)existência.

CAPÍTULO 3 – A (RE)EXISTÊNCIA EM CORRENTINA: A GÊNESE DOS FECHOS, OS RELATOS E A REPERCUSSÃO DA (RE)EXISTÊNCIA

Me diz pelo que você luta?
 Que ar você respira, senão o meu fôlego?
 Que comida você come, senão a que eu dou?
 Abra a sua mente antes da sua boca
 É o Brasil que ninguém vê

Tic tac tic tac
 O Agro não é tech, não é pop e também mata
 Vestem rosa ou azul com as mãos manchadas de vermelho
 Vejo meus filhos se perguntando se você os mata ou se
 Eles se matam, se você os mata ou se eles matam primeiro.
 (Kaê Guajajara, Mãos Vermelhas)

As nuances percebidas na realidade territorial de Correntina podem ser evidenciadas, de certa forma, no filme brasileiro Bacurau⁸, que mostra a intensificação da crise social e civilizatória no país onde evidentemente os direitos humanos são desconsiderados. Logo de início, o filme mostra que o abastecimento de água do povoado foi interrompido, não fica claro por quem, mas aparentemente por grupos milicianos que têm “permissão” do Estado. Contudo, ainda que as incursões de povos do “Brasil do Sul” e estrangeiros se deem de maneira sangrenta, a resistência do povo de Bacurau é a centralidade da obra.

Bacurau representa um futuro distópico, ao passo que apresenta uma utopia, em que as personagens centrais são os indivíduos da comunidade em que as pessoas (Re)existem e lutam contra as investidas estrangeiras. Já Correntina, representa o real e o agora, as comunidades tradicionais de fecho de pasto são as protagonistas frente à investida modernizadora do capital, que, assim como no filme, são repercutidos e financiados pelos representantes do Estado.

As relações que constituem a realidade correntinense se mostram exaustivas para estas comunidades. As relações próprias com a terra e a água, as quais dependem e garantem as suas condições de existência, são diretamente atingidas com a expansão e produção das lavouras capitalistas

⁸ Bacurau é um filme brasileiro lançado em 2019 dirigido e escrito por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dorneles

(em área e quantidade), que acaba por intensificar a desigualdade por meio da concentração fundiária (de terra) e estresse hídrico (de água).

Achille Mbembe⁹, considera que a soberania culmina na produção de ordem geral por um corpo (povo) “composto por homens e mulheres livres e iguais.” Ou seja, um território de soberania é composto de sujeitos (mulheres e homens) “completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação”. (2013, p. 124).

O processo de dominação e controle da vida foi estabelecido junto ao estabelecimento do Estado e se baseia no controle da vida. Esta é sustentada a partir do poder do Estado, sendo assim, o território de soberania nacional, é sobreposto à vários outros territórios. O direcionamento estatal define quem vive, mas também, quem morre conduzindo assim uma necropolítica. Nesse sentido, Mbembe aponta:

A soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (2013. p.123).

O atual cenário brasileiro, governado por Bolsonaro (PL), onde algumas de suas promessas de campanha estão se materializando. Em seus discursos, como proposta de mudança, falava em “critério técnico” na escolha de ministros e pastas importantes do governo. Contudo, no que se refere às políticas públicas, sobretudo, ambientais, a fala do Ex-ministro Ricardo Salles durante reunião ministerial no dia 22 de abril de 2020, exemplifica e mostra o direcionamento do governo de Jair Bolsonaro à essa questão:

“Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos”. (RICARDO SALLES, 2020)

Recentemente, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou o relatório “Conflitos no Campo Brasil - 2020” que evidencia o maior aumento no número

⁹ Filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense.

de conflitos por terra, invasões de territórios e assassinatos em conflitos no campo desde 1985, apontando que:

Se comparados os governos, constata-se que a gestão de Jair Bolsonaro potencializou a ação dos agressores, ainda que considerado o curto período de dois anos. Durante a gestão Dilma, “fazendeiro”, a categoria que mais provocou conflitos, está presente em uma média de 322 conflitos anuais. Com Bolsonaro, o número subiu para 392, um crescimento de 22%. (CPT, 2020, p. 31).

As resoluções e atos legislativos vêm enfraquecendo a política ambiental e durante a pandemia de COVID-19 resultou no aumento da vulnerabilidade dos ecossistemas e da sociedade brasileira, dado os impactos sociais e econômicos provocados pela má gestão da pandemia, pela negação à ciência e a demora para aquisição de vacinas.

Assim, vive-se no Brasil um momento em que é preciso resistir, mas também necessário pensar e agir numa nova proposta, uma (Re)Existência, um novo projeto político. Os atuais governos, federal e estadual fortalecem as bases concentradoras, desiguais e nocivas para natureza e sociedade.

Ainda que extremamente degradante, a incursão modernizadora capitalista não as extinguiu. Os Fechos correntinenses passaram a incorporar em seu modo de vida a luta, por seus territórios, pela reforma agrária e pela preservação dos recursos naturais, buscando (Re)Existir. Em Correntina, os Fechos de Pasto não assistem ao processo, participam dele, são atores capazes de defender a todo custo a sua existência.

A necropolítica conduzida pelo racismo, xenofobia e violência baseados e embasada em discursos anti-ciência e de ódio, passou a controlar os rumos do país, tornam-se ainda mais importantes as frentes de (Re)existência, que sempre lutaram por seus territórios e que vem dando exemplo de força ao estabelecerem, novos usos, novas estratégias e novas áreas de atuação. A perversidade do atual cenário, somado ao restante da história do Brasil, deram origem a sociedades que se desenvolveram a partir da luta, da resistência, hoje denominadas comunidades tradicionais. Por isso, a (Re)existência é entendida como:

[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para

continuar enraizado ou poder criar raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54).

A dimensão política é evidente, visto que a luta pelos territórios da vida engloba a luta contra as mais diversas formas de atuação do capital, a luta pela reforma agrária e mecanismos que garantam as relações de pertencimento desenvolvidas ao longo da história.

Por isso, assim como a comunidade LGBTQIA+ luta por direitos civis e à vida, assim como a população negra luta por dignidade e igualdade, e assim como os movimentos sociais lutam por direitos fundamentais, as comunidades tradicionais são aliadas na luta contra a barbárie que vem ocorrendo no Brasil.

Neste capítulo, buscaremos evidenciar a (Re)existência das comunidades de fecho de pasto de Correntina e as suas particularidades, apontando os conflitos e as implicações para elas da incursão modernizadora sobre os seus territórios de vida, mas principalmente, os seus mecanismos de (Re)existência. Com efeito para a (Re)existência conduzida pelas mulheres.

3.1 Os fechos de (Re)Existência

Os Fechos de Pasto de Correntina, passaram a sofrer com a expansão da fronteira agrícola modernizadora. As alterações provocadas pela chegada dos sulistas inflexíveis aos latifúndios monocultores transformaram drasticamente as paisagens. Tais modificações, são consequências da dinâmica produtiva hegemônica impostas, divergentes das práticas tradicionais extensivas das comunidades. A territorialização do agrohidronegócio no município provocou não só um distúrbio no ecossistema, como também na existência de povos tradicionais.

Salutar seria, se fosse necessário evidenciar apenas à importância dos Fechos de Pasto na preservação do Cerrado correntinense. Entretanto, à medida que o papel dessas comunidades cresce para a proteção do Cerrados, os conflitos por terra e por água passam a integrar sua identidade, diga-se adaptativa, sob as novas condições modernizadoras, visto que, (re)existem através da luta e passam a se reafirmar buscando também a manutenção do seu modo de vida.

No passado e na atual conjuntura brasileira, a necropolítica conduzida pelo Estado, vêm avançando em sua forma mais agressiva sobre os territórios destas comunidades tradicionais. Sendo assim, de acordo com as regras do modelo imposto, as comunidades tradicionais são tratadas como empecilhos para o progresso e desenvolvimento econômico.

A realidade condicionada ao longo da história, sob as rédeas dos atores hegemônicos, aponta que as culturas voltadas à exportação são benéficas aos municípios produtores e os danos ambientais e sociais são tratados como o preço pago/necessário para o/pelo progresso.

Contudo, para compreender o processo se faz necessário englobar outras narrativas. O discurso e as ações contrárias ao dominante evidenciam que a expansão da fronteira agrícola representa uma forte ameaça para o meio ambiente e conseqüentemente para as comunidades tradicionais.

As populações geraizeiras, vivem, produzem e continuam (re)existindo no Cerrado brasileiro. No Oeste baiano, especificamente na Bacia do Rio Corrente as comunidades de fecho de pasto e seus sujeitos se destacam nesse processo. São comunidades que secularmente utilizam a terra coletivamente, com destaque para a produção agropecuária extensiva. Os territórios tradicionais, que foram formados ao longo da história são ameaçados pela expansão das lavouras capitalistas. Atualmente essas comunidades são as principais defensoras da preservação do Cerrado baiano.

A gênese das comunidades de fecho de pasto relaciona-se com o agrupamento de sujeitos que buscavam o afastamento territorial do sistema vigente e por conseqüência desenvolveram relações sociais e produtivas distintas do modelo colonial hegemônico. Que tarda, mas chega a todos os espaços para acumulação do capital.

Para compreendê-las, faz-se necessário destrinchar a denominação: Fundo e Fecho de Pasto apontando suas singularidades. Alcântara e Germani (2009), explicam o Fundo de Pasto “como experiência de apropriação de território típico do semiárido baiano caracterizado pelo criatório de animais em Terra comum, articulado com as áreas denominadas de lotes individuais.” (2009, p. 13).

Ao se considerar questões ambientais, sociais e econômicas a definição precisou ser reformulada, já que, “além do semiárido baiano, encontram-se no

oeste da Bahia comunidades que tem no uso de terras comuns a base de suas organizações, denominadas de “Fecho de Pasto” (ALCÂNTARA; GERMANI, 2010. p. 43).

As comunidades de Correntina denominam-se fecho de pasto, devido a expansão da fronteira agrícola nos platôs das chapadas que provocou o sequestro de áreas que eram utilizadas para o pastoreio sazonal. Os sujeitos que as compõem encontram no território as bases para a reprodução da vida.

A denominação “fechos” passa a ser utilizada a partir da chegada do agronegócio nas áreas de Cerrado, pois a expansão das lavouras capitalistas obrigou essas comunidades demarcarem os limites de seus territórios . Ainda que a origem das comunidades de fundo e fecho de pasto seja consoante, a diferenciação, dentre outros fatores, está diretamente ligada à localização geográfica, que resulta em diferentes condições edáficas, climatológicas, geomorfológicas, geológicas e hidrográficas, justificada pela extensão do território baiano.

Essa experiência foi construída ao longo do tempo, próximo aos vales dos rios que cortam a região, resultando em um modo de vida próprio. Segundo Guerra (1993) os modos de vida, devem ser analisados a partir de três dimensões: a) sistema e atores sociais; b) a história e o cotidiano; c) o objetivo e o subjetivo no entendimento da realidade.

Karl Marx Araújo, correntinense, estudante de artes visuais na Universidade Federal de Goiás (UFG), produziu a ilustração a seguir (Figura 15) buscando representar algumas das práticas cotidianas dos sujeitos das comunidades de fecho de pasto em Correntina: a) a lida com o gado; b) algumas das tarefas desempenhadas por mulheres; c) a importância da água; além de representar a expansão ameaçadora das monoculturas de *commodities*:

Figura 15 – Ilustração intitulada “Geraizeiros Gerais” de Karl Marx Araújo (2021)



Fonte: KARL ARAUJO (2021).

A ilustração aborda artisticamente, portanto, uma interpretação subjetiva de aspectos do modo de vida de fecheiras e fecheiros. Para entender os modos de vidas das comunidades de fechos de pastos de Correntina, buscaremos evidenciar as dimensões que representam a articulação entre a estrutura e a ação dos sujeitos que as compõem. Tais dimensões englobam aspectos cotidianos da vida, associados ao contexto histórico, econômico, político e cultural.

A perspectiva geográfica possibilita espacializar e apontar as transformações provocadas pelas diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico, e a partir do território, permite ainda, considerar as relações de poder entre os diversos agentes sociais envolvidos.

O uso comum das terras é elemento importante para as comunidades de fecho de pasto. Considerando a definição de campesinato proposta por Chayanov (1981), tais comunidades não desenvolveram apenas um modo de produção, mas também um modo de vida, visto que, a experiência desses sujeitos engloba o que eles produzem, mas também garante a reprodução de suas vidas, e por isso, divergem das práticas capitalistas que visam a produtividade e objetivam o lucro.

Como já evidenciado, as Comunidades de Fecho de Pasto são compostas de camponeses que ao longo dos séculos se instalaram em terras devolutas e praticam a agricultura familiar. A produção sustenta as famílias e o excedente é comercializado nas feiras locais. De maneira geral, concentram-se nos fundos de vales e as partes mais elevadas são de uso comum para a criação e solta de gado denominadas por eles de fechos de gerais. Além das terras comuns para o pastoreio, uma prática comum e valorizada e ameaçada nos atuais é baseada na construção de rêgos para a distribuição de água, que possibilitam a produção agrícola e abastecimento das famílias.

As comunidades tradicionais de fecho de pasto em Correntina são responsáveis pela manutenção das paisagens de Cerrado frente a expansão dos interesses do capital. Seu modo de vida é elemento de oposição ao modelo capitalista e se tornam frentes de luta, diante dos históricos conflitos fundiários e as mais recentes disputas pelo acesso, uso e disponibilidade de água, incluindo para população urbana do município, visto que, a apropriação do Cerrado correntinense produz impactos no espaço rural e urbano.

A CPT publica, sistematicamente, documentos e notas das representações de comunidades de fundo e fecho de pasto, que contribuem para compreender a luta dos povos geraizeiros. Principalmente ao evidenciar o uso de mecanismos de repressão - estatal, através da ação policial; e do capital, com ameaças e perseguições a camponeses que lutam. Ainda, pode-se destacar denúncias relacionadas a perseguição por parte dos latifundiários, que representam o capital. A Nota “Conflitos nos Fechos de Pasto de Correntina: uma realidade histórica que clama por justiça!”, de 2018, evidencia que:

No contexto dos conflitos que envolvem as comunidades de Fecho de Pasto de Porcos, Guará e Pombas e de Fundo e Fecho de Pasto de Capão do Modesto, destacam-se as constantes ameaças sofridas pelo Sr. Antônio dos Santos Silva, morador da comunidade do Capão do Modesto. Que como pode ser visto nos Boletins de Ocorrência (em anexo), no intervalo entre o ano de 2016 e 2018 já possui na Delegacia de Polícia de Correntina 11 BOs, sem que providências tenham sido tomadas para resguardar a sua vida, e sendo o seu caso já de conhecimento da Secretária de Segurança Pública do Estado da Bahia, da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e do Grupo Especial de Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos-GEMACAU. (CPT; AATR, 2018).

A ilustração a seguir (Figura 16) foi produzida durante roda de conversa com membros da comunidade, durante trabalho de campo em janeiro de 2020, antes da pandemia de COVID-19, e associado ao texto da nota temos alguns pontos importantes para análise.

Figura 16 - Ilustração de Priscia Barbosa durante trabalho de campo em fevereiro de 2020)



Fonte: BARBOSA, P. (2019).

A violência é presente em ambas. A linguagem verbal da nota e o desenho permite compreender as diferentes maneiras de como as comunidades são ameaçadas pelo capital e pelo Estado.

Embora os homens das comunidades, muitas vezes sejam vistos ou colocados como protagonistas únicos, as mulheres têm papel importante para as (Re)existências, assim como se evidencia na ilustração de Priscila, que produziu o desenho numa roda de conversa que estavam presentes Aliene e Conchita, duas personagens importantes da subseção seguinte.

Quando os homens são ameaçados, e infelizmente precisam sair para resguardar suas vidas, são elas que permanecem em suas casas, convivem

com a insegurança e garante a continuidade das atividades de vida: cuidar da casa, da roça, dos animais, dos filhos. São as mães que choram e rezam para que seus filhos e filhas fiquem bem e vivos. São as filhas do Cerrado e mães da (re)existência.

Buscaremos a seguir, compreender a narrativa dessas comunidades a partir de participações, publicações, vídeos e imagens que são fundamentais para entender como a (Re)existência foi construída ao longo da história e as nuances da luta enfrentadas pelos fecheiros e fecheiras. Posteriormente, na subseção 3.2.1 discutiremos como as mulheres e a arte são protagonistas dessa luta.

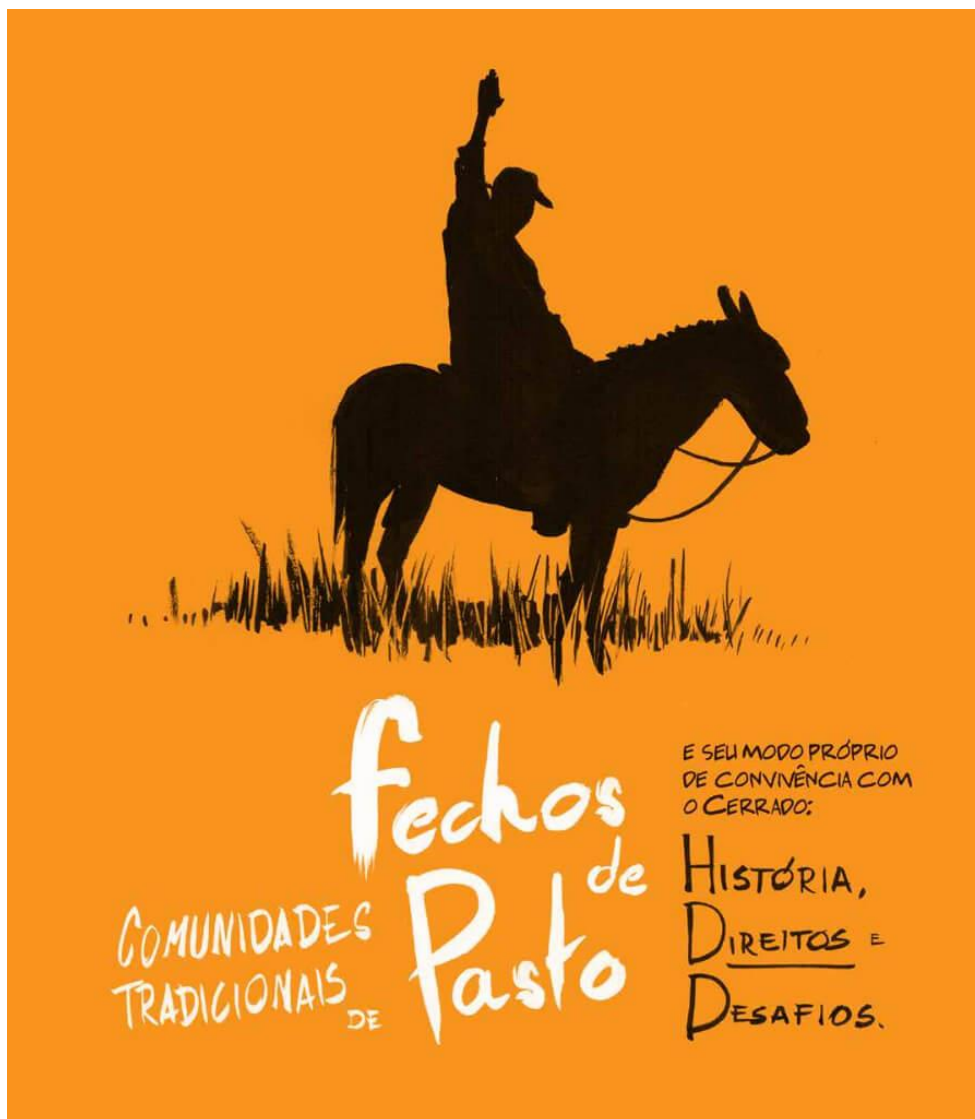
3.2 Os relatos possíveis da (Re)Existência das Comunidades de Fecho de Pasto de Correntina (BA)

O contexto de (Re)existência das comunidades de fecho de pasto evidenciado anteriormente, mostra que elas estão em constante processo de adaptação e vêm encontrando diversas maneiras de fazerem suas vozes serem ouvidas e por isso, alguns de seus sujeitos participaram de diversos encontros virtuais propostos por professores, organizações, associações, grupos de estudos ou partidos políticos.

Alguns dessas participações contribuem expressivamente para compreender a luta dessas comunidades, sobretudo no contexto da pandemia. Nesse sentido, utilizar essas transmissões não substitui o trabalho de campo, contudo, contribui grandemente para a compreensão do papel das comunidades de fecho de pasto, e evidencia que as participações também são mecanismos de (Re)existência.

Outro mecanismo recente, que expressa a (Re)existência das comunidades tradicionais de fecho de pasto consiste na participação, elaboração e divulgação de materiais que evidenciam seu modo de vida para que a sociedade conheça a sua importância para a preservação do Cerrado. Na cartilha “Comunidades Tradicionais de Fecho de Pasto e seu próprio modo de convivência com o Cerrado” (Figura 17), por exemplo, fica evidente que, em Correntina, as áreas de Cerrado remanescentes são exatamente os territórios destas comunidades.

Figura 17 - Capa da cartilha: “Comunidades Tradicionais de Fecho de Pasto e seu próprio modo de convivência com o cerrado”



Fonte: ISPN (2018).

Um dos encontros virtuais, por exemplo, foi promovido durante a pandemia pela AATR no Dia Mundial da Água (22 de março de 2021) onde representantes das comunidades de Fecho de Pasto se reuniram no bate-papo virtual “Comunidades de Fechos de pasto e seus modos de vida: cuidando da terra e das águas”¹⁰. O debate foi mediado por Julita Abreu, da CPT-BA. Os participantes foram: Marcos Rogério, documentarista e membro da coordenação do Coletivo de Fundo e Fecho de Pasto do Oeste da Bahia; Dernevaldo Soares, do fecho de pasto Vereda da Felicidade, Jamilton

¹⁰ Gravação disponibilizada no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QY6LHF8T_kuk&t=2205s>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

Magalhães (Carreirinha), do Coletivo de Fundo e Fecho de Pasto do Oeste da Bahia; João Leite do fecho de pasto Vereda da Felicidade e Aliene Barbosa do Fecho de Pasto de Tarto e Joice Bonfim da AATR. A seguir a imagem (Figura 18) mostra o banner de divulgação desse encontro:

Figura 18 - Banner da live “Comunidades de Fecho de Pasto e seus modos de vida: cuidando da terra e das águas



Fonte: AATR (2021).

O debate foi iniciado por Marcos Rogério, ambientalista e documentarista de Correntina, conhecido como Marquinhos. Em sua fala, evidenciou as características e a importância do Cerrado para a manutenção da disponibilidade hídrica no Brasil, apontando que o desmatamento provoca alterações no ciclo hidrológico (infiltração, volume dos rios e das águas subterrâneas).

Durante a sua fala no encontro da AATR, para exemplificar, cita o caso da transnacional Sudotex, que tem outorga do INEMA para perfurar poços e retirar água do aquífero Urucuia¹¹ para abastecer os piscinões para a irrigação. Segundo Marquinhos, cada piscinão tem capacidade de armazenamento de 190 milhões de litros de água.

O segundo participante foi Jamiltom Magalhães, conhecido como Carreirinha. Membro do Coletivo de Fundo e Fecho de Pasto do Oeste da Bahia. Iniciou sua fala evidenciando a histórica ocupação dos “barrancos”¹² da região por sujeitos que começaram a prática da agricultura e da pecuária. Relata que o criatório de animais era feito solto:

[..] Os relatos do pessoal daqui diziam que o rebanho da Bahia, propriamente de Correntina, encontrava com o rebanho de Goiás, na região de Guarani e São Domingos. Isso porque, as pessoas que moravam cá nas barrancas, na parte baixa, nas terras agricultáveis, soltavam o gado, não tinha cerca no chapadão, nos vales e os gados subiam rio acima. Tinha essa tradição que vem passando de geração. E esses relatos, esse modo de vida ele tem um laço bem regional, típico da região de Correntina. [...] Então, o pessoal morava na parte baixa e usava a parte alta pra fazer manejo. [...]. (Jamiltom Magalhães, 2021).

Carreirinha ressalta que a partir dos anos 1970 o processo de grilagem chega intensamente ao município e surge a necessidade de fechar, limitando as áreas de manejo e demarcar os territórios. Assim, os “fechos” surgem devido a “pistolagem, o agronegócio e o crime organizado para roubar terras”, que provocou o fechamento das largas¹³, antes livres de apropriação privada.

Outra participação foi a de João Leite, conhecido no município como Dão de Beto, um senhor de 74 anos membro do fecho de pasto da Vereda da Felicidade. Além de explicar algumas das práticas perpetuadas pela comunidade corroborou com a fala de Carreirinha evidenciando o cotidiano do manejo do gado:

[...] Nós transportamos o gado por terra. Varia de um dia e meio a dois dias de viagem. Na viagem, tem as paradas, tem as pousadas onde o gado descansa um pouco, bebe água e por aí vai... Então a

¹¹ O Aquífero Urucuia está localizado em sua maior parte no oeste do estado da Bahia, na margem esquerda do rio São Francisco, mas também ultrapassa os limites estaduais e está presente no extremo norte de Minas Gerais, extremo leste de Goiás e de Tocantins e extremo sul do Piauí e do Maranhão.

¹² Áreas mais baixas, onde se concentram as terras agricultáveis.

¹³ Áreas utilizadas para a solta do gado conhecidos também como gerais.

gente usa o fecho: usando e preservando, não queima e preserva tudo, principalmente a vegetação que não pode ser queimada. E aí a gente usa duas épocas do ano, usa na broca (de outubro a dezembro) e torna levar novamente em fevereiro que é a época do capim e volta em abril. Então, são esses manejos aí, onde tem essas posadas, tem os ranchos, onde a gente posava pra alimentação, dormir, tomar banho, e é assim que a gente trabalha lá. (João Leite, 2021)

O Fecho Vereda da Felicidade, do qual Sr. João Leite, é membro vem sendo alvo de ações de grileiros. Um vídeo publicado no YouTube¹⁴, no canal da Amanda Alves, mostra que no dia 10 de julho de 2021, fecheiros dessa comunidade fizeram mutirão, com participação de 50 pessoas, (membros dos Fechos Guará Pombas, Capão do Modesto, do Cupins e do Gado Bravo, representantes do Coletivo dos Fundos e Fechos de Pasto do Oeste da Bahia e da Comissão Pastoral da Terra). O objetivo do mutirão, representado nas imagens a seguir, (Figura 19) foi reconstruir o rancho e o curral comunitário que foram destruídos por grileiros que tentam ocupar a área.

Figura 19 - Mosaico de imagens do mutirão do dia 10 de julho de 2021.



Fonte: ALVES (2021).

A junção de várias comunidades para a reconstrução das benfeitorias, principalmente em meio a pandemia de Covid-19, mostra a disposição para a (Re)existência. A luta conjunta garante e defende o direito de todos que

¹⁴ Link do vídeo no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=YuAP7f87hW8&t=116s>

precisam das águas do Cerrado para viver. As comunidades se mantêm firmes na luta para a manutenção da posse e dos recursos naturais de seus territórios.

No caso das comunidades que compõe o Fecho de Vereda da Felicidade a violência não começou agora. A grilagem associada a apropriação da água já causou muitos prejuízos às comunidades. Os grileiros destruíram as benfeitorias dos fecheiros como as cercas, o curral comunitário, o rancho de apoio e a sede da associação que já estava em ponto de madeira.

As últimas ações violentas dos fazendeiros com destruição destas benfeitorias foram entre os dias 22 e 24 de janeiro de 2021, com obstruções com máquinas na estrada de acesso, aberturas de valas e grandes barricadas de areia. Mesmo diante dessas ações, as comunidades não se intimidaram e fortalecem o coro de que não desistirão de lutar pelos seus direitos. Os fecheiros João Leite e Joaquim Ribeiro falam o seguinte:

Estamos aqui no mutirão recuperando a destruição que os grileiros fizeram. Destruíram nossa casa de material, cortaram nosso rancho de apoio, enterraram e queimaram. Então nós estamos restaurando. Aqui estão nossas ferramentas, estamos reconstruindo o rancho e depois vamos reconstruir a casa de material que nós fizemos e eles destruíram. (João Leite).

Eu já estou com 82 anos, e desses 82 anos eu conheço os mais velhos botando o gado aqui e preservando. E isso acontece de geração em geração. [...] os grileiros invadiram a área e disseram que nós eramos os grileiros, que nós estávamos grilando as terras, agora, se os caras que nasceram e criaram aqui é grileiro? E os que chegaram, pode-se dizer, outro dia quer tomar isso aqui? E eles dizem que comprou uma área de 1 hectare e grilou 1000. E lá está a divisão de onde eles estão que nós nem podemos passar. (Joaquim Ribeiro).

A ação criminosa, analisada a partir destes relatos, permitem identificar: i) a violência direta e indireta dos grileiros, quando destroem as feitorias e impedem o uso da terra. ii) a noção contínua do processo, dada a percepção das grilagens históricas e das atuais.

Nesse contexto, no debate da AATR, Denervaldo Soares, também membro do fecho de pasto da Vereda da Felicidade, inicialmente apontou que os conflitos no Cerrado correntinense começaram na década de 1970 e que nos últimos anos vêm se intensificando. Salientou ainda, que os desafios que sua comunidade vem enfrentando não são exceções, mas comuns a vários fechos de pastos, onde a estratégia do agronegócio é ancorada na violência.

Organizações internacionais também vêm dando visibilidade à luta das comunidades tradicionais de fecho de pasto. A ONG internacional Global Witness foi criada em 1993 para investigar a relação entre a exploração de recursos naturais e os conflitos, pobreza, corrupção e abusos de direitos humanos em escala global, tal qual a produção. Sediada em Londres e Washington, em novembro de 2021 publicou o texto “Semeando Conflitos, já citado, evidencia casos de violações de direitos humanos no Cerrado correntinense.

O texto publicado é resultado da investigação que aponta como três das gigantes globais do comércio de grãos – Archer Daniels Midland (ADM), Bunge e Cargill que comercializam *commodities* agrícolas, contribuem para violações a direitos humanos no setor brasileiro da soja, destacando o caso da comunidade Fecho do Capão do Modesto.

A partir dos conflitos nesta comunidade a ONG revela um importante aspecto para este estudo ao concretizar, em Correntina, a atuação do capital internacional associado ao nacional, como abordamos anteriormente em contexto regional. Ao negociar direta ou indiretamente com os produtores problemáticos (que produzem em terras griladas, descumprem a legislação ambiental e/ou violentam as comunidades tradicionais), resultam no aumento da violência, da opressão e de abusos contra a comunidade do Capão do Modesto.

Os relatos dos fecheiros do Capão do Modesto convergem com os relatos dos membros do Fecho Vereda da Felicidade e ajudam a compreender o modo de vida das comunidades tradicionais de fecho de pasto:

“[...] Essa comunidade nossa é do tempo do meu bisavô. É de geração para geração”, lembra Limírio de Castro, de mais de 80 anos. Sua esposa, Geni, lembra que Modesto era seu bisavô: “O Capão é do Modesto porque morreu o homem e ficou o nome. Era o meu bisavô, o Modesto”. A comunidade de Capão do Modesto existe há 200 anos. Cerca de 80 famílias ocupam, criam gado e cultivam a terra em planaltos a cerca de 20 quilômetros do centro de Correntina, na região do vale do Rio das Éguas. Os fecheiros de Capão do Modesto levam uma vida modesta. Sem ligação à rede nacional de energia elétrica, algumas famílias têm acesso à energia solar, e outras, nem isso. A maioria das casas não tem banheiros internos; uma bomba d’água comum abastece cisternas para suas necessidades diárias de água. Cerca de 40 famílias do Capão e comunidades pastoris vizinhas utilizam aproximadamente 3.000 hectares de pastagens, fazendo a rotação entre as áreas para

permitir que as pastagens se regenerem. (GLOBAL WITNESS, 2021, p. 10).

As conclusões da investigação dos conflitos realizada pela ONG que envolvem os fechos do Capão do Modesto não são exceções. A violência praticada pelos agentes do capital se estende às outras comunidades do município de Correntina, bem como a outros da Bacia do Rio Corrente.

As multinacionais se vendem como empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável, contudo, lucram com os conflitos fundiários, por água e patrocinam, mesmo que indiretamente, a escalada da violência contra as comunidades tradicionais de Correntina (BA). A Global Witness destaca que:

[...] as políticas de sustentabilidade e de direitos humanos e fundiários dessas multinacionais são bonitas no papel, mas na prática são pouco mais que palavras vazias que disfarçam sua negligência generalizada em identificar, abordar ou solucionar os danos causados às comunidades vulneráveis que as empresas alegam respeitar. (2021, p. 11).

A grilagem verde, abordada anteriormente foi utilizada para embasar uma ação judicial que busca expulsar as comunidades das áreas de preservação de grandes empreendimentos. O grupo: Agropecuária Sementes Talismã, Almor Paulo Antonioli e suas filhas Claudia e Paula, Bergamaschi, Dino Rômulo Faccioni e Suzane Piana são os demandantes da ação, e alegam que as comunidades invadiram suas reservas “legais”.

O mesmo problema é enfrentado pelas comunidades de Porcos, Guará e Pombas e Vereda de Felicidade. Para se resguardarem, todas elas buscam a regularização de suas terras, contudo, mesmo incluídas nas categorias de Povos e Comunidades Tradicionais brasileiras, os processos se arrastam e a burocracia e falta de agilidade estatal são responsáveis pelo fôlego necessário para a consolidação das grilagens e invasões.

O grupo que busca expulsar comunidades tradicionais de seus territórios estão diretamente ligados a agroindústria brasileira e concentram as maiores propriedades no município de Correntina. O Quadro 04 a seguir evidencia algumas dessas ligações, de acordo com a Global Witness:

Quadro 4 - Síntese do levantamento da Global Witness (2021)

| Membro do Grupo | Característica | Representação/consequência |
|--|--|---|
| Agropecuária Sementes Talismã Ltda ('Talismã') | Detém a segunda maior quantidade de terras privadas. A Talismã possui 13 propriedades em Correntina, num total de 10.150 hectares. Três destas se sobrepõem à área de fecho de Capão do Modesto. | Os proprietários ocuparam cargos importantes e influentes no setor de sementes agrícolas do Brasil e participam de associações (ABRASEM e ABRASS) que fazem lobby na câmara de deputados. |
| Suzane Mari Piana | Titular de 22 propriedades em Correntina e no município vizinho de Jaborandi, possui com sua família, a Piana Capello Agropecuária, um total de 7.719 hectares. | Sobreposição aos fechos de Porcos, Guará e Pombas. |
| Família Antonioli: Almor Paulo Antonioli e suas filhas Claudia e Paula | Família especializada em pecuária bovina e soja s São titulares de nove lotes em Correntina (7.322 hectares). | Sobreposição aos fechos de Porcos, Guará e Pombas. |
| Luiz Carlos Bergamaschi (Grupo Bergamaschi) | Possui 7 lotes abrangendo 4.615 hectares em Correntina Bergamaschi é uma figura influente na região e representa o agronegócio brasileiro no exterior. Presidente de ABAPA | Representa os produtores de algodão do Oeste da Bahia, nacional e internacionalmente. Sobreposição a territórios tradicionais |

Fonte: GLOBAL WITNESS (2021).

Todos negam a sobreposição de suas fazendas ou reservas legais aos territórios tradicionais a partir de argumentos contraditórios, e que mostram como o Estado é fundamental para a manutenção e expansão de seus negócios.

Os argumentos são parecidos e permitem algumas observações. Por exemplo, o de Almor Paulo Antonioli e suas filhas: “não há nenhuma evidência legal de que a referida comunidade tradicional exista na propriedade” (GLOBAL WITNESS, 2021, p. 26). Esse discurso, evidencia que ao tempo que o Estado não reconhece oficialmente a comunidade tradicional, e concede o que é necessário para que a partir de estratégias fraudulentas e com um discurso jurídico consolidem a grilagem.

No caso da família Bergamaschi, Luiz Carlos alega que não há registros “de qualquer outra área que se sobreponha à minha” (GLOBAL WITNESS, p. 26). Bergamaschi dá a entender que se houvesse sobreposição, seriam as comunidades que estariam ocupando indevidamente. Essa narrativa, portanto,

não considera a ocupação histórica da comunidade e as colocam na situação de invasora das propriedades ou das reservas legais capitalistas.

Portanto, a denúncia da Global Witness, revela a conflitividade evidenciada anteriormente. Para além dessas publicações e do debate proposto pela AATR, partidos como o PSOL, também vêm buscando formas de visibilizar a luta. Um dos episódios do #FALA50 com o tema “Conjuntura e luta dos Fundos e Fechos de Pasto”¹⁵ contou com a participação de Aliene Barbosa, membro de uma das comunidades de fecho de pasto, em Correntina. Em sua fala, aponta que o modelo de desenvolvimento proposto e repercutido por governos, mídia e sociedade ignora o povo que secularmente ocupa esse espaço.

Sobre o desenvolvimento, que são passados nos jornais, o grande desenvolvimento que o Oeste da Bahia tem. Só que para esses grandes jornais, para os governos e pra outras pessoas não existe pessoas aqui. E assim... é o momento de dizer: nós estamos aqui, aqui existe povo que luta por terra, território e água. [...] Nós estamos a muito tempo ocupando essas terras, ocupando os fechos de pasto, mas, como se diz né? Tudo que é bom dura pouco, e a partir da década de 70 foi o agronegócio que chegou a aqui na região e foi fechando essas comunidades, como sempre eles chegam com promessa de desenvolvimento, com promessa de emprego, de cara pega logo lideranças da comunidade, familiares para começar o processo de grilagem e a partir daí surgem os grandes conflitos. (Aline Barbosa, 2020).

Portanto, ao se perceberem alheias e ameaçadas pelo desenvolvimento proposto, as comunidades tradicionais buscam novas maneiras de se mostrarem como atores territoriais e lutam para a manutenção de seus territórios de vida. Nesse sentido, surge o projeto “Cerrativismo – formando pessoas e organizações para conservar o Cerrado na região Oeste da Bahia”. Esse projeto busca fortalecer a atuação de pessoas que possuem raízes no bioma Cerrado e suas organizações sociais.

A junção da sabedoria dos representantes de povos e comunidades tradicionais aos conhecimentos jurídicos, científicos e sociais promovem a construção de uma formação participativa em que todos saem mais fortalecidos para atuar pelo Cerrado Vivo (ISPN, 2020).

Para além das discussões, organizações e relatos a arte, sobretudo, as produções de Conchita Silva, é uma poderosa ferramenta para a visibilidade da luta dos povos tradicionais de Correntina, com ênfase para as mulheres geraizeiras. Conchita é filha da terra, e por meio de seus trabalhos vem expondo as falas e os rostos das mulheres que sustentam a luta e são fundamentais para a (Re)existência. Em 2021, em meio a pandemia, a artista colocou em prática o projeto “Gravando a Resistência: Desde a década de 70, prefiro...”¹⁶. Em suas palavras:

A coragem, a representatividade e a afirmação das múltiplas identidades das mulheres do Oeste da Bahia (mães, filhas, netas, irmãs, agricultoras, rezadeiras, romeiras, geraizeiras, fecheiras, ribeirinhas, negras, jovens...), me estimularam a escutar e registrar quem são elas e contribuir, por meio da arte, para a visibilidade de seus papéis na luta e resistência dos territórios correntinenses com seus rostos e vozes gravados em xilogravuras expostas nas ruas de Correntina por meio da técnica do lambe-lambe. (Conchita Silva, 2021).

Sendo assim, tais mecanismos são de extrema relevância para uma análise que condiz com a realidade. As participações, publicações e produções artísticas aproximam do cotidiano e dos desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais de fecho de pasto.

Dentre os sujeitos que constroem a (Re)existência, as mulheres têm papel determinantes. A partir de seus trabalhos práticos e simbólicos do cotidiano são responsáveis pela sustentação da luta. A imposição de um papel pelo patriarcado não segura a força e a importância das mulheres na luta.

3.2.1 A (re)existência que vem das mulheres e da arte

De acordo com Calaça, Conte e Cinelli (2018) as relações sociais de produção são determinadas pelos sistemas capitalista, patriarcal e racista. Esse conjunto de sistemas é ancorado na exploração do trabalho e na apropriação privada do trabalho coletivo, provocando o aumento das desigualdades. Para as autoras, a divisão sexual do trabalho implica na divisão

¹⁶ O projeto "Gravando a Resistência: Desde a década de 70, prefiro..." foi documentado e está Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1-tunKIRsV8>>.

em “trabalhos de homens e de mulheres” onde ocorre a valorização dos trabalhos masculinos em detrimento dos femininos. Como consequência,

[...] grande parte do que é realizado pelas mulheres não é considerado trabalho, é coisa de mulher (naturalmente de mulher), como já apontava a pesquisa de Conte (2014). Assim, para que se consiga explorar mais as mulheres, é importante que elas não se reconheçam trabalhadoras e seus trabalhos sejam diluídos em mil tarefas invisibilizadas. (CALAÇA; CONTE; CINELLI, 2018, p. 1170).

A ofensiva do capital apoiada pelo Estado, fez com que as populações geraizeiras se articulassem em movimentos e organizações. Tais articulações são protagonistas dos levantes contra essa ofensiva. A “Revolta da Água”, em novembro de 2017, foi uma delas e conseguiu alcance na academia e nas mídias nacional e internacional. Outro fator articulador indispensável para entender a luta e sua manutenção, é fazer coro as mulheres e a arte na reprodução da vida e na reprodução simbólica dos territórios.

As mulheres são fundamentais nessa luta, a carta do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado evidencia quem são essas mulheres:

Nós somos as guardiãs do Cerrado e dos saberes populares que herdamos de nossos e nossas ancestrais. Por toda nossa história, lutamos para que nossa cultura e modos de vida resistissem. Unidas na nossa diversidade, afirmamos aqui que o Cerrado brasileiro tem cara de mulher! Essa mulher é resistente, resiliente, negra, indígena, quilombola, feminista, camponesa, assentadas e acampadas, sem-terra, atingida por mineração e barragens, quebradeira de coco babaçu, sertaneja, pescadora, vazanteira, LGBTQI+, assalariada rural, fundo e fecho de pasto, raizeira, benzedeira, agricultora familiar, geraizeira, ribeirinha. O Cerrado é um mosaico de vidas e biodiversidades. É berço das águas do país e seus campos e florestas são os lugares que nos alimentam. Por isso, participamos da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado por compreender a profunda relação desse bioma com nossos modos de vida. (ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES DO CERRADO, 2019).

Conchita Silva, citada anteriormente, é neta de geraizeiros, e estudante de artes visuais (na Universidade Federal do Oeste da Bahia). Ao participar da luta, percebeu que as mulheres são fundamentais, contudo, não são tratadas como o que são: protagonistas.

“Sempre escutamos que as mulheres são as mais atingidas, que são as que mais se articulam, mas, quando vamos ver, o protagonismo é sempre tomado pelos homens. Por isso quero trazer o olhar das mulheres, amplificar as vozes delas sobre a luta”. (Fonte?)

As produções de Conchita vêm sendo expostas nas ruas da cidade (Figura 20) de Correntina, expondo os rostos e as falas de mulheres que participam e tem papel fundamental na luta das comunidades de Fecho de Pasto. Ainda, junto aos lambes são colocadas páginas do já citado jornal “A Foice” com algumas das denúncias realizadas, sobretudo, as que envolvem as mulheres.

Figura 20 - Exposição de Conchita Silva no Ranchão, em Correntina (BA)

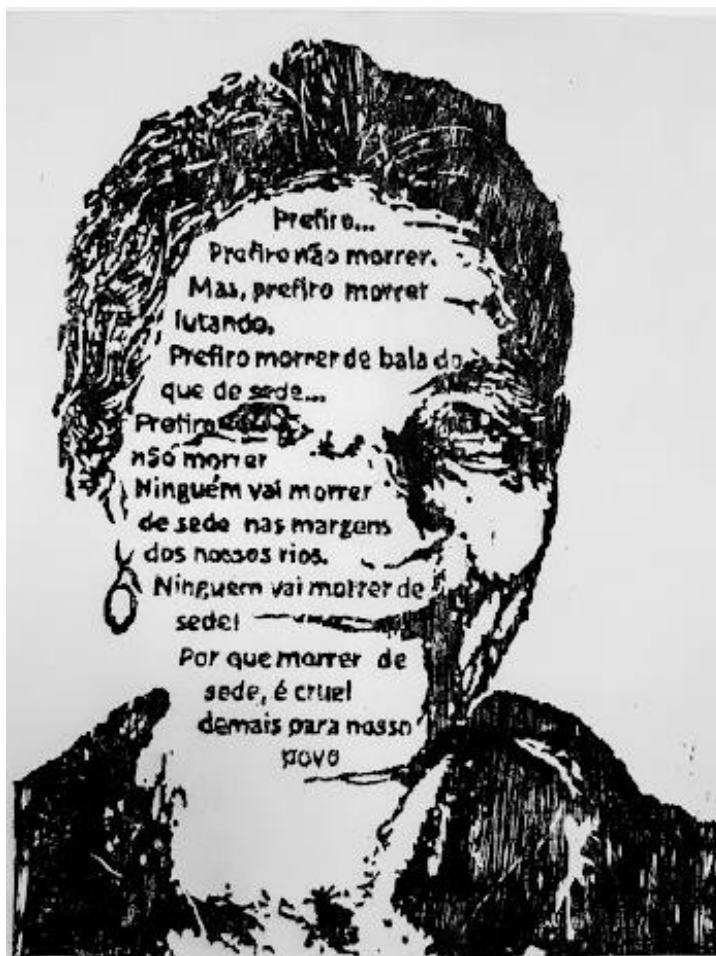


Fonte: O autor (2021).

O "Gravando a Resistência: Desde a década de 70, prefiro" , traz a luz a narrativas das fecheiras.

A narrativa artística de Conchita, evidencia as mulheres que estão na luta pelo Cerrado, especialmente, aquelas que têm suas filhas e filhos à frente dos conflitos. Nesse sentido, a primeira mulher representada foi Dona Ana (Figura 21), mãe de um dos defensores do Cerrado, que por saber da violência praticada pelos representantes do Estado e do capital sofre de preocupação com seu filho.

Figura 21 - Xilogravura de Dona Ana



Fonte: SILVA (2021)

Dona Ana representa as mães que, mesmo indiretamente participam da luta, já que cuidam, rezam, aconselham, promovem a permanência dos defensores na batalha em defesa do Cerrado e do futuro da comunidade, mulheres como ela precisam ser conhecidas e reconhecidas.

A produção de Conchita foi construída a partir da proximidade com as personagens representadas. A matéria publicada no site “Favela em Pauta” (2021), evidencia que o processo de criação da artista se dá a partir da proximidade e do diálogo com as mulheres.

A artista vai até a casa, e a partir das conversas, cafés e andanças pelos fechos, as trocas entre elas resultam na xilogravura. É um processo de escuta, onde Conchita percebe as marcas da luta, a preocupação, os sonhos, os medos e as ações e **transforam** em arte, mas não só isso, potencializa o papel das mulheres na (re)existência Correntinense.

Essas trocas são potentes, é um trabalho coletivo. A partir das conversas que tivemos, Conchita deixa claro que o trabalho só é possível graças a experiência dessas mulheres e que ela se conecta de verdade com suas companheiras de luta. Além disso, destaca-se a admiração da artista por Aliene Barbosa, citada anteriormente, que, é representada na Xilogravura (Figura 22) a seguir:

Figura 22 - Xilogravura de Aliene Barbosa



Fonte: SILVA (2021).

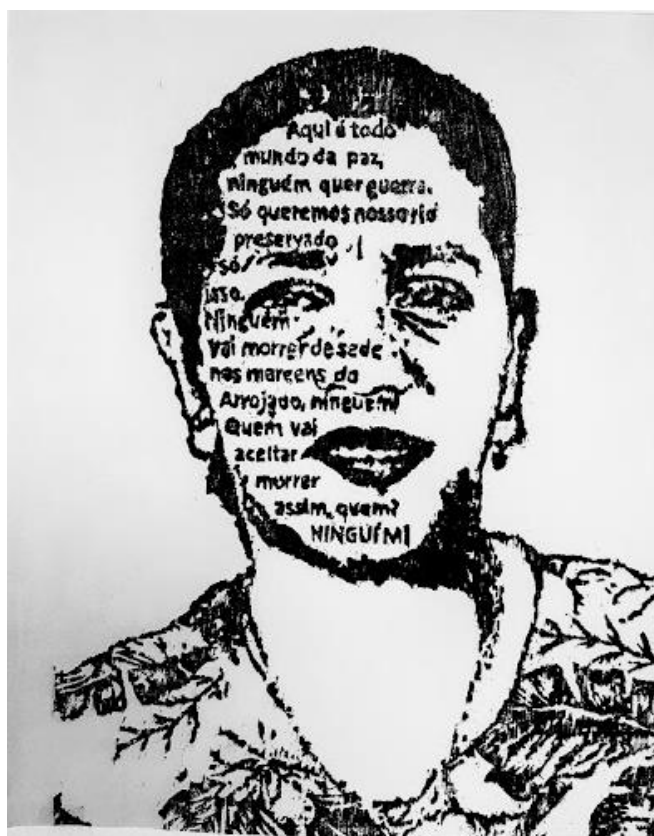
Após a colagem dos lambes para exposição no Colégio Estadual Duque de Caxias, durante uma conversa ela disse que essa personagem é uma das mulheres mais guerreiras e corajosas que ela conhece, que luta assiduamente pelo direito ao Cerrado para garantir esse direito também às gerações futuras.

Nessa conversa, a sensibilidade e a preocupação de Conchita são evidentes. Ao explicar seu processo criativo, seu construir de memória, seus olhos se enchem de lágrimas, a experiência de proximidade com as mulheres de luta transpassa a razão, e provocam reações complexas que são expressas em diferentes manifestações: fisiológicas, comportamentais, cognitivas, afetivas ou sentimentais.

O protagonismo feminino pode ser percebido em um dos momentos mais emblemáticos da luta do povo correntino. No episódio onde ocorreu a

ocupação nas fazendas do grupo Igarashi, um dos momentos mais marcantes, foi registrado em um vídeo, quando uma mulher grita “NINGUÉM VAI MORRER DE SEDE NAS MARGENS DO RIO ARROJADO”. Essa mulher é Marinês (Figura 23), professora da rede municipal de educação do município e que teve que se mudar após o agrohidronegócio secar o riacho que abastecia a comunidade que vivia. Ela é uma das personagens retratadas por Conchita:

Figura 23 - Xilogravura de Marinês



Fonte: SILVA (2021).

Em um dos vídeos¹⁷ que circularam, mostrando parte da ação nas fazendas do grupo Igarashi, rodeada por homens (camponeses e policiais) é Marinês que dá a voz a luta, o seu grito representa toda a força, sabedoria, coragem e disposição para a luta em defesa do Cerrado. O feminino é sagrado, é semente, assim como aponta a representação de Dona Rosa de Zeca e sua neta, Jakeline Honória (Figura 24).

¹⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7V-sjxv9CBc>>.

Figura 24 - Xilogravura de Dona Rosa de Zeca e Jakeline Honória



Fonte: SILVA (2021).

O feminino é (Re)existência. O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) tem a luta de classes como fundamento do feminismo que o movimento constrói, sendo assim, é preciso construir uma nova sociedade com outros valores, para isso, é necessário:

Desnaturalizar espaços e concepções a respeito do mundo e do funcionamento da sociedade. As militantes vivem a contradição e a dialética no seu dia a dia: elas rezam, mas fazem luta contra o sistema religioso que aprisiona e menospreza a mulher, buscando e redescobrimo outras lógicas de espiritualidade; são pacatas, mas desobedecem e contrariam as regras que as oprimem; são tidas como frágeis, mas lutam contra o sistema e contra os que violentam suas vidas, seus corpos e o planeta. (CALAÇA; CINELLI, 2018, p. 1178).

A ação dessas mulheres, de seus filhos, netos e companheiros de luta repercutem nos mais diversos campos: político, na mídia e na ciência, buscaremos agora, evidenciar essa repercussão.

3.3 Repercussão da (re)existência

Há quatro anos, em 2017, a população de Correntina, cansada do descaso do Estado para com a suas reivindicações, atacaram duas fazendas do Grupo Igarashi. Os camponeses, fecheiros e ribeirinhos mostraram a sua indignação com o uso extensivo de pivôs para irrigação que estão acabando com os rios da região, com ênfase para o Rio Arrojado que é fonte de vida e de renda para muitos deles. A repercussão nacional e internacional desencadeou discussões sobre a problemática, como o caso da audiência pública do dia 01/12/2017 (Figura 25).

Figura 25- Convocação para Audiência Pública após repercussão do ato de 02 de novembro de 2017



Audiência Pública
CORRENTINA-BA
Águas para a vida, Não para a morte!

NÃO SOMOS
BANDIDOS

Data: 01/12/17 - Sexta-feira - 9h
Local: Ginásio Poliesportivo de Correntina


Movimento dos Sem Pivô
ÁGUA E ENERGIA
PARA O AGRICULTOR

The image is a flyer for a public hearing. It features a red header with white text: 'AUDIÊNCIA PÚBLICA CORRENTINA-BA' and 'Águas para a vida, Não para a morte!'. Below the header is a black and white photograph of a crowd of people, with a man in the foreground holding a sign that reads 'NÃO SOMOS BANDIDOS'. At the bottom, there is text providing the date and location: 'Data: 01/12/17 - Sexta-feira - 9h' and 'Local: Ginásio Poliesportivo de Correntina'. To the right of this text is a circular logo for the 'Movimento dos Sem Pivô' (MSP), which includes the text 'ÁGUA E ENERGIA PARA O AGRICULTOR'.

Fonte: MAB (2017).

No livro de Porto-Gonçalves e Chagas (2019): Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina Bahia, esse conflito, especificamente é discutido. Para os autores:

a) O Estado cooptado pelo capital - visto que a ação atingiu diretamente apenas o capital, ou seja, o Grupo Igarashi, que por sua vez, representa as práticas políticas elitistas, utilizando a grilagem de terras e a perseguição a opositores, legitimada muitas vezes pelo Estado.

b) A ausência/ineficácia planejada do Estado - a mediação do conflito que culminou na ação violenta é resultado da burocratização estatal e falta de agilidade nas ações em favor dos grupos não hegemônicos, como as audiências públicas viciadas, a fiscalização ineficiente, a não demarcação de territórios de comunidades tradicionais.

c) A natureza da ação mostra, exatamente, a raiva e a disposição dos camponeses pela luta. A violência praticada é reflexo das incursões devastadoras do capitalismo nos territórios camponeses correntinenses.

A inércia dos órgãos do Estado responsáveis pelas autorizações, mesmo após as reivindicações provocou a ação. A violência fez com que suas vozes fossem ouvidas e ecoadas no noticiário nacional e internacional.

Dentre os desdobramentos destaca-se a reação de parte da mídia, dos representantes do capital e do estado que tentaram enquadrar os manifestantes como terroristas, bandidos, vândalos e baderneiros. Nesse sentido, Porto Gonçalves e Chagas (2019, p. 6) apontam que no episódio envolvendo a Igarashi “foram extremamente agressivos os discursos e as narrativas de validação ou não das demandas [...]”, e decifrar esses discursos permitem uma compreensão que considere “as vozes dos próprios interlocutores que protagonizam o conflito.

No que se refere a repercussão política, por exemplo, a então Senadora Ana Amélia (PP) em discurso proferido no plenário do Senado Federal no dia 06 de novembro de 2017, disse o seguinte:

Mas essa fazenda, lá em Correntina no Oeste da Bahia ela foi inteiramente destruída por 1000 militantes que lá chegaram e tocaram fogo na fazenda, destruíram 11 tratores, sabe o que fazia essa fazenda? Essa família japonesa Igarashi, descendentes de japoneses, e a gente sabe onde tem japonês o que acontece na agricultura. Pois lá eles produziam, vejam só: batata, cenoura, feijão, tomate, alho, cebola, soja, milho entre outras culturas. Vai dizer que

isso aqui é commodity? Que isso aí é alta produção? Não! [...] É do dia a dia da cesta básica do brasileiro. Mil pessoas!? Não, eu não diria mil pessoas, mil bandidos vestidos de não sei protestantes, aliás, eu li num site que me impressionou bastante [...] dizia assim: um grupo de mais de mil pessoas ocupou duas fazendas da cidade de Correntina, no Oeste da Bahia e chegou até a tocar fogo no galpão de uma delas em protesto contra o tipo de irrigação que é feito nessas fazendas. Senador, essa fazenda trabalha dentro da lei, eu não conheço, [...] com todas as autorizações de funcionamento, outorgas do uso da água e enfrentando as inúmeras dificuldades nesse Brasil pra colocar quem quer trabalhar e produzir com seriedade comida. Gerar desenvolvimento, exportação, impostos e empregos onde antes nada existia, ali eram terras de pastagens degradadas e aí transformaram com a tecnologia japonesa nesse verde mar. Destruíram tudo senador, tudo, tacaram fogo! [...] Eu queria cumprimentar o site O Antagonista, [...] ele tem lá em sua matéria imagens que aí falam mais que mil palavras [...] mostrando o grau de destruição que fizeram nessa propriedade rural desses japoneses. [...] Eu acho que seria muito bom se o governador da Bahia fosse lá pedir desculpas à família desses imigrantes japoneses da família Igarashi. [...] Segundo alguns, os invasores chegaram em caminhões e mais de 10 ônibus, quem financiou? Quem pagou? Será que esse é o exército do Lula? [...] Que não se satisfaz com o impeachment da Dilma e dos riscos de Lula não chegar ao poder? [...] Eles pegaram um patola e arrancaram 20 pivôs de irrigação da propriedade, transformando em um monte de ferro velho. Destruíram toda área de instalação elétrica, [...] destruíram as bombas e motores de captação de água do Rio Arrojado, o cenário é de devastação, há muita tensão e essa sensação de desamparo principalmente com a ação do governo. A polícia chegou depois que tudo estava inteiramente destruído e não prendeu ninguém. Os empresários do agronegócio perguntam: Quem vai pagar esse prejuízo? [...] É de ficar com vergonha do que foi feito criminosamente contra a família desses imigrantes japoneses, eu fico assim, como cidadã, pensando o que querem? (ANA AMÉLIA, 2017).

Seguindo a mesma linha, contudo, utilizando o poder estatal do governo do Estado da Bahia, comandando pelo Partido dos Trabalhadores, Rui Costa criticou o movimento e os definiu como “bando de destruição”, mobilizou as tropas da polícia militar para reprimir o movimento e defender a propriedade privada, numa agilidade nunca vista para com as reivindicações populares.

A classe política ligada a grupos hegemônicos tentou caracterizar o movimento como criminoso a partir da ação de vândalos/bandidos, ignorando que se tratava de uma disputa territorial onde os manifestantes gritavam: “ninguém vai morrer de sede nas margens (do Rio) Arrojado!”.

As comunidades tradicionais lutam há décadas para demarcação de seus territórios, contudo, o Estado ignora e empurra com a barriga as reivindicações dos ficheiros de Correntina. Os casos apontados nessa dissertação, não são isolados, constituem a realidade correntinense. Assim

como aponta Porto-Gonçalves e Chagas (2019 p. 99.) “[...] O conflito com/contra o grupo Igarashi está longe de constituir um fato isolado. Ao contrário, traz à tona uma Intensa conflitividade como vem sendo assinalada pela CPT [...]”. Por exemplo:

[...] o governo estadual enviou ao município uma “Força Tarefa” composta exclusivamente por policiais civis e militares. Trata-se, portanto, de uma decisão política que endossa a vocação histórica das elites dirigentes do estado em dar tratamento às manifestações populares, motivadas por causas profundas e estruturantes, optando pela via repressiva, a exemplo do envio de forte aparato militar, perseguição e criminalização de lideranças sociais, como ocorre com o movimento em defesa das águas de Correntina. (COMITÊ BRASILEIRO DE DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, 2017).

Após a ação, a repercussão parcial, violenta e desrespeitosa de políticos e da imprensa não abafou a luta, pelo contrário. Indignados com a maneira como foram apontados, a população de Correntina ocupou as ruas da cidade, para mostrar os reais motivos da ocupação na Igarashi. Já que a repercussão hegemônica se preocupou apenas com os interesses do capital. Nove dias após a ocupação das fazendas o povo ocupou as ruas em defesa das águas e dos manifestantes (Figura 26).

Figura 26 - Mosaico de fotografias das manifestações do dia 11/11/2017 em Correntina



Fonte: TUNES, R. (2017).

A luta também repercute no cenário internacional, a ONG Global Witness que foi criada em 1993 para averiguar vínculos entre a exploração de

recursos naturais e conflitos, pobreza, corrupção e abusos de direitos humanos a nível mundial, e atua junto as comunidades correntinenses. Em entrevista publicada no canal do YouTube da ONG, Vandelino Araújo Barbosa, membro da Associação de Fecho de Pasto do Capão do Modesto aponta a violência que sua comunidade enfrenta:

Eles chegaram tocando terror em todo mundo, botando pressão, ameaçando de morte. Te ameaça, te toma, te bota na boca de uma espingarda, você sem nada, o que você tem que fazer? Infelizmente sair daqui pedir arrego e dizer: eu só quero que você não me mate, me deixa vivo. (Vandelino Araújo, 2017).

Essa comunidade é ameaçada com a presença de pistoleiros/seguranças contratados pelos produtores. Esses capatazes intimidam membros da comunidade, como aponta Vandelino. De acordo com a Global Witness (2021), existem casos em que os fecheiros foram arbitrariamente detidos, espancados e ameaçados de morte. A comunidade afirma que suas terras ancestrais estão sendo usurpadas, colocando em risco seus meios de subsistência e sua própria vida.

Dito isso, a escalada privatista modernizadora no campo correntinense é conduzida pela violência que impacta principalmente as comunidades tradicionais de fecho de pasto, que são ameaçadas e correm riscos reais de desaparecer. Contudo, a (re)existência é tão forte quanto a investida capitalista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço agrário brasileiro é bastante diverso e plural, essas características abrem espaço para uma diversidade de pesquisas que se diferenciam metodologicamente, nos objetivos pretendidos e na escala de análise. Este estudo buscou discutir e refletir a formação socioespacial correntinense considerando sua inserção nos territórios brasileiro e baiano, em que atores socioterritoriais hegemônicos buscam a territorialização da produção capitalista moderna sobre territórios de comunidades tradicionais que (Re)existem.

Assim, evidenciou-se a histórica formação socioespacial do Oeste Baiano, apontando as particularidades e o papel dos atores territoriais hegemônicos e tradicionais. Nota-se que a partir da década de 1970, efetivamente, a expansão dos interesses do capital provoca transformações espaciais a partir do reordenamento territorial.

Os mecanismos dos atores territoriais foram sendo modificados ao longo da história, contudo os objetivos de suas ações são consoantes. O hiato até a chegada da frente pioneira, no até então Além São-Francisco, possibilitou a estruturação de populações, que a partir do uso comunitário das terras, associado a relações sociais, produtivas e econômicas, contrastantes ao modelo capitalista.

O Estado brasileiro, por meio das políticas públicas, financiamento de pesquisas e investimentos na infraestrutura direcionou a ocupação do Oeste Baiano a uma produção homogênea (latifundiária, monocultura, tecnificada) ao passo que obrigou os sujeitos que ocupavam a região historicamente buscar novas maneiras de permanecer em seus territórios.

Em Correntina, os conflitos que envolvem as Comunidades Tradicionais de Fecho de Pasto se multiplicam, sobretudo por conta da grilagem. Compras fraudulentas e inconsistentes de direitos possessórios no passado são utilizadas para legitimar a propriedade, tudo com anistia do Estado. Atualmente, associa-se a ferramentas modernas e excludentes (como o georreferenciamento) e o Estado é um facilitador para a prática.

A ocupação das chapadas pela agricultura moderna é tão destrutiva que não sobraram áreas para atender as demandas obrigatórias de preservação.

Assim, o Estado, novamente, flexibiliza a legislação para que a compensação obrigatória ocorra em áreas fora das fazendas, dando origem à grilagem verde.

As comunidades Capão do Modesto, Vereda da Felicidade e Porcos-Guará-Pombas e Cupim, exemplificam como a investida capitalista vêm ameaçando os seus territórios a partir da crescente agressão aos seus meios de subsistência ancestrais (terra e água), com o uso de violência e aporte do Estado e do sistema judicial.

Em 2021, a Conferência do Clima das Nações Unidas em Glasgow, Escócia – COP26 reconheceu o poder das comunidades locais, (povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais) para a preservação dos biomas e que são elas as mais atingidas negativamente pelo atual modelo de produção. Grandes multinacionais, apesar do discurso, ao manter negócios com produtores ligados a grilagem e crimes colaboram para o desmatamento do Cerrado e para a expropriação de territórios tradicionais.

Em Correntina (BA) as comunidades tradicionais de Fecho de Pasto lutam para (Re)existir, os elementos que compõem seu modo de vida são intrínsecos a preservação do Cerrado, o bioma mais devastado nas duas décadas iniciais do século XXI. A (re)existência conduzida pelas mulheres, notadamente por meio da comunicação empreendida pela arte de Conchita é uma representação da relevância do papel da mulher na luta.

A partir do que foi discutido e dos problemas apresentados é salutar que as grandes empresas revejam seus parceiros comerciais, visto que, eles são responsáveis por crimes fundiários, ambientais e violação de direitos humanos.

Em Correntina, o Estado (governos e judiciário) deveriam, respectivamente, reconhecer as comunidades tradicionais e priorizar as que vêm sendo agressivamente atingidas pela grilagem e pela expansão das lavouras e empresas relacionadas ao circuito produtor de *commodities*. Acelerar os processos relacionados à essas comunidades considerando o contexto global de emergência climática, onde o modo de vida dos fecheiros garantem a preservação do Cerrado correntinense.

O CDA, responsável pela titulação de territórios na Bahia deve dar andamento efetivo aos processos que envolvem as comunidades de fecho de pasto. O INEMA deveria revisar e fiscalizar a prospecção das

outorgas já concedidas, verificando possíveis crimes ambientais garantindo a manutenção dos recursos hídricos.

Mais do que trabalhos como esse, os Fechos de Pasto de Correntina (BA) devem ser tituladas, o direito à posse foi estabelecido ao logo da história, de geração em geração e precisa ser legitimado institucionalmente, e quem sabe seja iniciada a reparação que os sujeitos que as compõem precisam.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#FALA50 – *Conjuntura e Luta Dos Fundos e Fechos De Pasto*. Direção: Hilton Coelho. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7V-sjxv9CBc>. Acesso em: 30 nov. 2021.

A FOICE. Edição especial, p.1, Correntina - BA, 1984. Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

A FOICE., Ano II, nº 4, p. 2, abril, 1982. Fonte: Centro de Pesquisa e documentação Vergueiro.

AATR. *Na Fronteira Da (I)Legalidade: Desmatamento E Grilagem No Matopiba*. 2021, disponível em: <<https://www.matopibagrilagem.org/>>. Acesso: 21 de novembro de 2021

ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. *Revista HEERA*, p. 63-85, 2009.

ALCÂNTARA, D. M. de; GERMANI, G. I. As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia: luta na terra e suas espacializações. *Revista de Geografia, Recife*, nº 01, v. 27, pp. 40-56, jan/abr. 2010.

ALCÂNTARA, D. M. de; GERMANI, G. I. *Fundo de Pasto: um conceito em movimento*. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE, 8, 2009, Curitiba, Anais... Curitiba, 2009.

ANDRADE, A. B. A ocupação dos sertões no século XVIII. O caso do oeste baiano. *Geosul*, v. 28, n. 55, p. 77-102, 2013.

BARBOSA, A. S. Elementos para entender a transposição do Rio São Francisco. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, n. 227, p. 71-79, 2016.

BARBOSA, A.; ARAÚJO, L. M de. Pré-História do Cerrado. *Élisée - Revista De Geografia Da UEG*, v. 9, n. 2, p. e922007, 2020.

BITTENCOURT, M. Prejuízo da Igarashi em Correntina chega a R\$ 50 milhões. *Correio**, 18 nov. 2017. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/prejuizo-da-igarashi-em-correntina-chega-a-r-50-milhoes/> . Acesso em: 29 nov. 2021.

BRANDÃO, P. R. B. Um Território Indiferenciado Dos Sertões: A Geografia Pretérita Do Oeste Baiano (1501-1827). *Boletim Goiano de Geografia*, v. 29, n. 1, p. 47-56, 2009.

CALAÇA, M.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. *Revista Brasileira Educação no Campo*. Tocantinópolis, v. 3, ed. 4, p. 1156-1183, 2018.

CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. *Dicionário da Educação do Campo*. Expressão Popular, 2012.

CARLOS, Ana Fani A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, J. D. P. L.; MENDONÇA, M. R. (Re)existência camponesa nos territórios hegemônicos do agronegócio: uma análise do território goiano. In: encontro nacional de geógrafos. XVIII. 2016, São Luís (MA). *Anais [...]*. São Luís (MA): AGB, 2016.

CASTRO, I.E. O problema da escala. In: *Geografia, conceitos e temas*. Castro, I.E; Correa, R.L. e Gomes, P.C.C. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 114-40.

CASTRO, I.E. *O problema da escala*. In: *Geografia, conceitos e temas*. Castro, I.E; Correa, R.L. e Gomes, P.C.C. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 114-40.

CERRATINGA. Povos Geraizeiros, 2021. Disponível em:<
<https://www.cerratinga.org.br/povos/geraizeiros/>> Acesso em: 19 de novembro de 2021

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2017-2020*. Goiânia: CPT,2020. Disponível em: www.cptnacional.org.br

CPT, *Nota: Cansado do descaso das autoridades, o povo de Correntina reage em defesa das águas*, 2017.

DANTAS, M. D. Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822). *Penélope: revista de história e ciências sociais*, n. 23, p. 9-30, 2000.

EMBRAPA: MIRANDA, E. E. de; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. de. Nota técnica: Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA. Embrapa: GITE, Campinas. Disponível em:
<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/182109/1/Manual-para-referenciacao-bibliografica-Embrapa.pdf>> Acesso: 21 de Novembro de 2021.

FECHO de Pasto de Vereda da Felicidade - JULHO DE 2021. Direção: Amanda Alves. Correntina: YouTube, 2021. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=YuAP7f87hW8&t=114s>. Acesso em: 30 nov. 2021

FERREIRA, D. A. de O. *A Geografia Agrária brasileira: dinâmica, variada e complexa*. Revista da ANPEGE, p. 83-96, 2011

FIOCRUZ: Mapa de Conflitos: Injustiça ambiental e saúde no Brasil. 2021. Disponível em: < <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-populacoes-tradicionais-resistem-ao-crescente-modelo-do-agronegocio-no-municipio-de-formoso-do-rio-preto/#fontes>> Acesso em: 20 de junho de 2021.

FREDERICO, S.; BÜHLER, E.A. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia (2015). In: ALVES, V.E.L. (Org.), Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins. Rio de Janeiro: Consequência, 201

GIRARDI, E.P. Atlas da questão agrária brasileira. (2008). Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm#espaco_territorio> Acesso em 11/05/2021.

GOMES, P. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná; GOMES, P.; CORRÊA, Roberto. (Orgs). Geografia: conceitos e temas. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 49-76.

GUERRA, I. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. 1993.

IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82p

INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás: o projeto de colonização paineiras. 2002. 152f. Dissertação – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

INOCÊNCIO, M. E.. BRASIL/JAPÃO: Cooperação para o desenvolvimento dos Cerrados ou estratégia capitalista de ocupação capitalista das savanas. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos: São Luís-MA, 2016.

INOCÊNCIO, M. E.; CALAÇA, M. Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. Revista IDeAS, v. 4, n. 2, p. 271-306, 2010.

MACHADO, T. A. DA FORMAÇÃO SOCIAL E M MARX À FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MILTON SANTOS: UMA CATEGORIA GEOGRÁFICA PARA INTERPRETAR O B RASIL? GEOgraphia-Ano. 18-Nº38–2016

MAGALHÃES; CAMPOS; COVIZZI, 2017. A AÇÃO ESTATAL NO OESTE DA BAHIA: A Formação de Luis Eduardo Magalhães. Anais do SINGA, 2017. Disponível em: < https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/qt05_1506808312_arquivo_lem.pdf> Acesso em: 20 de novembro de 2021

MARTINS, J. de S. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975.

MBEMBE, A. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1edições, 2018.

MELO, L. Duelo pelo controle da água. #Colabora, [S. l.], 28 abr. 2019. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods6/duelo-pelo-controle-da-agua-no-oeste-da-bahia/#%20Acesso%20em%2023/10/21>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MENDONÇA, M. R. A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004, 458p.

MENDONÇA, M.; MESQUITA, H. A. de. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)sistências. Anais...II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS – Salvador, 2007.

MESQUITA, N. L.; MENDONÇA, M. R. As expressões da (re) existência camponesa nos espaços hegemonzados do sudoeste goiano. GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, v. 6, n. 3, p. 599-608, 2015.

Moradores de Correntina invadem fazenda. Canal: Correntina Online. Correntina: YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7V-sjxv9CBc>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MORAES, A. C. R. O Sertão. Um “outro” geográfico. Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 4-5, 2003.

MORAES, A.C.R. *Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico*. Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), p. 43-47, 2005.

MOTTA, M. A grilagem como legado. IN: MOTTA, M. e PINERO, Theo Lobarinhas (org.). Voluntariado e Universo Rural. Vício de Leitura: Rio de Janeiro, 2001

MOURA, B. de C. D.; LAVORATTI, J. T. Disparidades socioeconômicas no contexto agrícola do Oeste Baiano. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI, 2012.

OLIVEIRA, A. R. de; FERREIRA, L. C. G.; GARVEY, B. A OCUPAÇÃO DO CERRADO GOIANO PELO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO/The Cerrado biome occupation through the sugarcane agribusiness. REVISTA NERA, n. 43, p. 79–100, 2018

OLIVEIRA, M. A. B. A formação do oeste baiano e a trajetória de políticas territoriais do Estado no período entre 1889 a 2014. Entre-Lugar, v. 5, n. 9, p. 43-58, 2014.

PERAFÁN, M. E. V.; OLIVEIRA, H. (org.). Território e Identidade. Salvador: Edições e Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013.

PEREIRA, I. B. Os desafios da gestão das águas pelo Estado nas relações conflituosas da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente. Salvador, UFBA, 2019

PERICO, R. E. Identidade e território no Brasil. IICA, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De Saberes e de Territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Niterói: 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; BRITTO, S. Os pivôs da discórdia ea digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina–BA. Documento de trabalho, inédito, 2018.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Reportagem do Globo Rural feita em Correntina em 2000. Globo Rural. Disponível em:

< https://www.youtube.com/watch?v=Db0-YFkD_c4&t=0s>. Acesso em: 28/11/2021

ROGÉRIO, M. Desmatamento no Cerrado e resistências nos territórios [Entrevista concedida ao] Le Diplomatique Brasil em 27 de agosto de 2020. Disponível em : <https://diplomatique.org.br/desmatamento-no-cerrado-e-resistencias-no-territorios/> Acesso em: 28 de novembro de 2021

SALES, L. M. P. A formação do complexo soja no Oeste baiano: estratégias de diversificação.

SANTOS FILHO, A. M. D.;RIOS FILHO, J. N. V. A revalorização econômica do oeste baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães–BA. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 9, n. 2, 2008.

SANTOS, B. S. R. O conflito pela água em Correntina (BA): narrativas e disputas no Vale do Arrojado. UERJ (2020)

SANTOS, C. A. P. dos; SANO, E. . Formação da frente de expansão, frente pioneira e fronteira agrícola no oeste da Bahia. *Boletim de Geografia*, v. 33, n. 3, p. 68-83, 2015.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo UERJ - Ano 10, V. 2. 2º semestre de 2008. P. 24-42*

SARAMAGO, J. *Este mundo da injustiça globalizada*. Texto lido no encerramento do Fórum Social Mundial de 2002. Disponível em:

<<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Este-mundo-da-injustica-globalizada/12/15941>>. Acesso em: 30 de nov. 2020.

SILVA, C. "*Gravando a Resistência: Desde a década de 70, prefiro...*". Produção e exposição de lambes. Correntina, 2021.

SOBRINHO, J. de S. *O camponês geraizeiro no Oeste Baiano: as terras de uso comum e propriedade capitalista da terra*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 2012

SOUZA, E. J. C. de. *Políticas Territoriais do Estado da Bahia: Regionalização e Planejamento*. 2008.

SOUZA, M. A. A. de. A geografia da solidariedade. *GeoTextos*, v. 2, 2006.

SOUZA, M. J. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013

SOUZA, M. L. de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116

STÉDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)*. 2005.

TJBA – *Diário da Justiça Eletrônico* – Nº 1.780 - Disponibilização: quinta-feira, 3 de novembro de 2016. Caderno 1 / Página 375.

VALADÃO, V. de A.; BARCELLOS, G. H. Privatização da Terra: Intersecções das questões agrária e ambiental. *Temporalis*, v. 12, n. 24, p. 145-169, 2012.

WITNESS, Global. *SEMEANDO CONFLITOS*. 2021.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Bookman editora, 2015.